

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**“CAPITOLINO, UM ARTISTA TYPOGRAPHO E SEU MORRER”: O JORNAL
FOLHA DE SERGIPE E OS ANÚNCIOS NECROLÓGICOS (1886-1895)**

SUELAYNE OLIVEIRA ANDRADE

SÃO CRISTÓVÃO
2017

SUELAYNE OLIVEIRA ANDRADE

**“CAPITOLINO, UM ARTISTA TYPOGRAPHO E SEU MORRER”: O JORNAL
FOLHA DE SERGIPE E OS ANÚNCIOS NECROLÓGICOS (1886-1895)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa

SÃO CRISTÓVÃO
2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A553c Andrade, Suelayne Oliveira
 “Capitolino, um artista typographo e seu morrer”: o
 jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-
 1895) / Suelayne Oliveira Andrade; orientador Antônio
 Lindvaldo Sousa. – São Cristóvão, 2017.
 100 f.: il.

 Dissertação (mestrado História) – Universidade
 Federal de Sergipe, 2017.

 1. Sergipe – História. 2. Biografia. 3. Morte. 4.
 Necrológicos. 5. Jornais. 6. Notícias de morte. I. Sousa,
 Antônio Lindvaldo, orient. II. Título.

CDU: 94(813.7):929

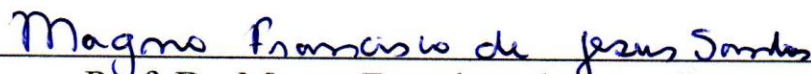
Suelayne Oliveira Andrade

“Capitolino, um artista typographo e seu morrer”: o jornal Folha de Sergipe e os
anúncios necrológicos (1886-1895)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Lindvaldo Sousa

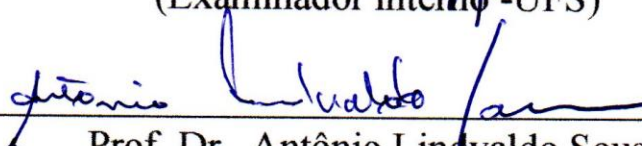
Aprovada em 09 de março de 2017.



Prof. Dr. Magno Francisco de Jesus Santos
(Examinador externo - História da UFRGN)



Prof. Dr. Claudefranklin Monteiro Santos
(Examinador interno - UFS)



Prof. Dr. Antônio Lindvaldo Sousa
(Presidente da Banca/orientador- UFS- PROHIS)

À minha família e aos colegas do Imprensa Cristã.

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de manifestar meus agradecimentos a todos que de forma direta e indireta contribuíram para minha trajetória acadêmica e para este trabalho de dissertação.

Correndo o risco de acabar omitindo alguns nomes por eventual esquecimento, discorro uma lista de pessoas e instituições às quais serei eternamente grata:

Começo agradecendo a meu orientador Antônio Lindvaldo, sempre prestativo e me propondo novos desafios na pesquisa e na escrita. Além de lhe agradecer por todas as vezes que ao cruzarmos pelos corredores da universidade, me questionou: "vai fazer a seleção este ano?". Seu questionamento sempre me inquietou e me deu estímulo para continuar na vida acadêmica.

Agradeço aos professores da banca de avaliação, Claudefranklin e Magno José, suas contribuições foram fundamentais para o aperfeiçoamento do meu trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a minha primeira orientadora, Professora Verônica Nunes, que foi a primeira pessoa que despertou em mim o gosto pelo trato com as fontes e o desejo de galgar uma vida acadêmica.

À família...

Agradeço a meus pais por sempre terem incentivado e me apoiado nos estudos desde a minha tenra infância.

Ao meu esposo Fernando e ao meu filho Fernando Gabriel pela paciência e apoio durante estes dois anos.

As minhas irmãs e irmão, que algumas vezes tiveram que me aturar falando sobre a vida acadêmica em reuniões de família.

Aos amigos que muitas vezes me neguei estar presente em visitas e reuniões devido a minha ocupação com a escrita. Em especial, agradeço a Ericarla que com um gesto fraterno não deixou que eu esmorecesse na continuidade da minha vida acadêmica e dividiu comigo manhãs, tardes e noites de muito café e estudos.

Aos meus colegas da turma de mestrado, por terem compartilhado os momentos de aprendizagem. Em especial ao colega de orientação, Manoel, por dividir comigo angústias, conhecimentos e alegrias em nossas conversas por WhatsApp. Como costumamos dizer: Você virou um irmão de orientação!

A todos do Projeto Imprensa Cristã que compartilharam o momento do meu achado e dividem a alegria da pesquisa histórica.

Ao senhor Jurandir, administrador do Cemitério Santa Izabel (Aracaju/SE), ou como ele se auto denomina, “prefeito da cidade dos adormecidos”, agradeço a recepção e o acesso aos documentos que contribuíram para este trabalho.

Às instituições que salvaguardam nossas fontes: a Biblioteca Pública Epiphânio Dórea, o arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe, o Arquivo Público de Sergipe e o Arquivo da Câmara de Vereadores de Aracaju. Agradeço a presteza dos funcionários dessas instituições em receber os pesquisadores.

A CAPES, financiadora desta pesquisa.

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro.

LE GOFF, Jacques

RESUMO

No dia 28 de março de 1895 é publicado na primeira página do jornal Folha de Sergipe um elogio fúnebre dedicado a Capitolino Henrique da Costa, tipógrafo e dono da mesma Folha. É a partir desta homenagem póstuma que será reconstruída sua trajetória, partindo de sua morte para vida, no intuito de compreender como o viver reflete nos aspectos que envolvem o morrer e o culto à memória dos mortos na Aracaju do século XIX. O objeto de pesquisa corresponde às práticas e representações diante da morte em Aracaju, entre os anos de 1886 a 1895. O marco temporal está condicionado às fontes utilizadas para a análise que correspondem as edições do jornal Folha de Sergipe dentro do período mencionado, sem deixar de dialogar com outras fontes, teses de doutoramento, do período em questão, entre outros. Este trabalho está sob a perspectiva da História Cultural, com análise voltada para as representações e práticas no campo da História da morte. A metodologia utilizada se baseia na interpretação dos vestígios que se revelam através da documentação, para isto é utilizado o método indiciário, proposto por Carlos Ginzburg. Para a descrição narrativa, e a compreensão dos entendidos e subtendidos no texto da fonte documental, concomitante a interpretação das sensações transmitidas através das expressões e símbolos presentes no necrológio, é utilizado do conceito de *experiência* proposto por Ankersmit, que permite uma experiência do autor com seu objeto através do texto.

PALAVRAS-CHAVE: Morte. Necrológios. Jornais.

.

ABSTRACT

The day March 28 1895, is published on the front page of the newspaper Folha de Sergipe an eulogy dedicated to Capitoline Hill Henry da Costa, a printer and owner of the same leaf. It is from this tribute that will be rebuilt his career, from his death to life, in order to understand how the living reflects in the aspects surrounding the die and the worship the memory of the dead in Aracaju. The search object corresponds to the practices and representations in the face of death in Aracaju, from 1886 to 1895. The timeframe is conditioned to the sources used for the analysis that match editions of Folha de Sergipe within the mentioned period, while dialogue with other sources, PhD, of the period in question, among others. This work is from the perspective of Cultural history, with analysis focused on the representations and practices in the field of history of death. The methodology used is based on the interpretation of traces which reveal themselves through the documentation for this method is used by indicting Carlos Ginzburg. For the narrative description, and the understanding of the subtendidos understood and documental source, concomitant to interpretation of the feelings transmitted through the expressions and symbols present in the necrology, is used the concept of *experience* proposed by Ankersmit, allowing the author's experience with its object through the text.

KEYWORDS: Death-obituaries-newspapers.

.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Trecho do relatório do Sr. Dr. João Dabney D'Avellar Brotero sobre a administração da província de Sergipe, no ano de 1859.....	25
FIGURA 2 - Agradecimento ao Dr. Ladislau Barretto publicado no jornal A Folha de Sergipe, em 05 de agosto de 1886, n.17.....	30
FIGURA 3 - Foto do Dr. Antonio Militão de Bragança.....	31
FIGURA 4 - Registro de óbito de Capitolino.....	38
FIGURA 5- Página de anúncios de A Folha de Sergipe de 09 de julho de 1886.....	46
FIGURA 6 - Trecho da primeira página do Edição de nº2 do Folha de Sergipe.....	49
FIGURA 7 - Notificação sobre a irregularidade da publicação do Folha de Sergipe.....	51
FIGURA 8 - Trecho da carta de procuração para o advogado de Capitolino Henrique da Costa.....	61
FIGURA 9 - Mapa com registro de óbitos presente no relatório do Vice-presidente José Martins Fontes.....	64
FIGURA 10 - Nota sobre caso de varíola em território Sergipano.....	65
FIGURA 11 - Poesia publicada na Folha de Sergipe, em 19/07/1894, n. 263.....	67
FIGURA 12 - A Folha de Sergipe, 16.07.1886, N. 08.....	68
FIGURA 13 - Primeira página da edição de nº 158 do Folha de Sergipe.....	69
FIGURA 14 - Nota anunciando a chegada do Coronel Valladão. Folha de Sergipe, 17 de fevereiro de 1895, n. 409.....	72
FIGURA 15 - Anúncio de falecimento do filho de Hermes Paulino da Costa.....	73
FIGURA 16 - Anúncios religiosos convidando para missas póstumas.....	75
FIGURA 17 - Notícia da morte de Capitolino.....	76
FIGURA 18 - Registro do enterro de Capitolino Henrique da Costa.....	78
FIGURA 19 - Necrológio de Capitolino Henrique da Costa.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
 1 ASPECTOS SOBRE ADOECER E MORRER NO FIM DO SÉCULO XIX: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS PRÁTICAS SOCIAIS	 18
1.1. Adoecer no século XIX: A doença de Capitolino.....	18
1.2. Causas da enfermidade de Capitolino.....	22
1.3. Capitolino em busca do tratamento.....	25
1.4. Relação médico/paciente entre Capitolino e o Dr. Bragança.....	32
1.5. A morte de Capitolino Henrique da Costa: transitoriedade das práticas sociais.....	35
 2 O ARTISTA TIPÓGRAFO.....	 40
2.1. A vida de Capitolino entre a prensa e a imprensa.....	40
2.2. Por trás das lutas diárias no Folha de Sergipe.....	44
2.3. Nas lidas da imprensa o embate político.....	53
2.4. Para além da política.....	58
 3 ENTRE AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DA MORTE ATRAVÉS DO NECROLÓGIO DE CAPITOLINO HENRIQUE DA COSTA.....	 60
3.1. As lidas na imprensa e a morte à espreita.....	60
3.2. A morte como assunto recorrente no Folha de Sergipe.....	63
3.3. Noticiar, convidar e agradecer: a morte no meio de comunicação.....	71
3.4. A morte de Capitolino é noticiada.....	77
3.5. O luto e a construção da memória de Capitolino.....	80
3.6. O necrológio como um memorial à Capitolino.....	84
3.7. O necrológio: Das representações da morte e religiosidade.....	89
 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 93
 FONTES.....	 96
 REFERÊNCIAS.....	 98

INTRODUÇÃO

Assim como viver, o morrer é uma condição inerente à realidade biológica de todo ser humano. No entanto, as formas de viver e morrer estão condicionadas às realidades sociais próprias de cada cultura. Nobert Elias ao tratar sobre a teoria simbólica, referindo-se ao processo de aquisição e reconhecimento da linguagem, diz que: “os processos biológicos e sociais são mutuamente dependentes; eles sobrepõem-se entre si quando os seres humanos aprendem, pela primeira vez, ao falar uma língua” (ELIAS, 1994, p. 21). Este condicionante pode ser aplicado para a reflexão de outros aspectos simbólicos intrínsecos a característica social e biológica dos seres humanos, seja qual for o modo de expressar.

Ao entender que existem várias regras sociais que condicionam o modo de viver, é possível que estas venham a interferir no modo de morrer, ou mesmo, no modo como a sociedade idealiza a morte. Assim, da mesma maneira que a cultura tem em sua representação elementos dominantes, os quais apontam os comportamentos na forma de se comunicar e de viver em sociedade, as práticas diante da evidência da morte e como os vivos lidam com ela, também possuem uma carga simbólica que revela as ideologias contidas em uma sociedade em determinado tempo.

As representações simbólicas, escritas ou iconográficas, traduzem uma ideologia dominante presente na sociedade, seja de caráter tradicional ou sob a alcunha da modernidade. As mesmas podem trazer à tona elementos que aparecem ou desaparecem do cotidiano no presente. Desta maneira, entender a visão sobre a morte no final do século XIX é percorrer um caminho de constantes dualidades tradição/modernidade, religião/ciência.

Jacob Pinheiro Goldeberg ao apresentar a obra de “História da morte no Ocidente”, de Phillippe Ariés (2012), determina o tema da morte como um tabu e enfatiza que abordar tal questão pode ser considerada uma atitude de compreensão íntima e de observação externa.

De fato, estudar os aspectos da morte leva a uma reflexão da própria vida e de como a sociedade lida com ela. Nesse sentido, Goldeberg ao descrever o trabalho de Ariés como um desafio da contradição, afirma que “o assunto do fim da vida é celebrado na perenidade da escrita”. É assim que o fim da vida de Capitoline Henrique da Costa ficou celebrado na perenidade do seu necrológio.

Ao refletir sobre a morte, apresenta-se Capitoline Henrique da Costa, um alagoano que em sua juventude chega a Aracaju com sua família, exercendo o ofício de tipógrafo. É através de sua atuação no jornal Folha de Sergipe, que a história desse personagem foi construída, a

fim de compreender a cultura que envolve as representações sobre a morte no final do século XIX.

Nas edições do *Folha de Sergipe*, durante o exercício das atividades de pesquisa no Projeto "*Escrevendo em nome da fé e diante das vicissitudes históricas...*": *Imprensa cristã e artigos de cristãos nos jornais laicos sergipanos*, deparou-se com um texto ornamentado, com símbolos de luto e uma escrita carregada de uma linguagem romântica e memorialista. Foi impossível ficar indiferente àquele texto e através do mesmo buscou-se informações sobre de quem se falava na homenagem fúnebre.

No projeto do mestrado, que inicialmente tinha por objetivo analisar as celebrações de missas póstumas, passou-se a buscar uma compreensão sobre a ideia de morte no fim do século XIX e suas representações simbólicas a partir daquela documentação. Para tal compreensão, procurou-se através do entendimento da história cultural, verificar como uma realidade social é construída, pensada e dada a ler (CHARTIER, 1990).

Em busca desse entendimento da morte no final do século XIX, através do registro necrológico destinado a Capitolino Henrique da Costa, publicado no jornal *Folha de Sergipe*, caracterizou-se através da homenagem póstuma, os aspectos que representavam a ideia de morte na Aracaju do final do século XIX.

Dessa maneira, se faz necessário o conhecimento das circunstâncias que podem determinar o fim de uma vida, compreender quem era Capitolino e sua atuação na sociedade em que vivia, além do significado de sua perda no grupo social ao qual pertencia.

O entendimento do objeto de estudo está condicionado às marcas perceptíveis do tempo no recorte delimitado. Tempo ao qual está inserida a representação humana em sua contagem, nesse caso do século XIX. Entretanto, dentro desta escala determinada pelo marco do calendário cristão, indicamos outro marco que pode ser caracterizado como o ponto de partida desse estudo, a morte de Capitolino Henrique da Costa, em 1895.

Paul Ricoeur (1997) ao definir o ponto de partida do marco histórico de um objeto o caracteriza como momento axial, o qual consiste em um marco no calendário para indicar características de um acontecimento, a partir do qual se dará outros acontecimentos. Assim, o marco histórico do objeto de estudo desse trabalho está determinado pelo ano de morte de Capitolino Henrique da Costa, em 1895. Este limite foi condicionado pela documentação.

Portanto, é necessário um giro histórico que possa levar para antes desse marco, no intuito de se compreender os fatos que determinam a morte de Capitolino. Dessa maneira, o

curso dessa história foi direcionado a partir da data de morte do personagem, em uma direção contrária, retomando, quando necessário, seu curso normal.

O discorrer dos fatos serão apresentados de forma narrativa, propondo uma exposição dos acontecimentos a partir da cadeia de eventos que estão ligados à análise dos documentos consultados, os quais são “o testemunho e o crédito da explicação dos fatos” (RICOEUR, 2007, p. 256) apresentados na narrativa.

Em auxílio à descrição narrativa, o uso do conceito de experiência proposto por Ankersmit (2012, p.239), entendido como a aproximação do autor com seu objeto histórico, permite uma experiência sinestésica em relação ao objeto através do texto. Esse subjetivismo se torna favorável para uma melhor transmissão do que possa aproximar da realidade exposta pelos fatos testemunhados através dos documentos, e uma melhor descrição dos sentimentos expressos através da escrita.

Esse trabalho tem como arcabouço uma diversidade de fontes documentais. Apesar do jornal *Folha de Sergipe* ser uma fonte constantemente citada, o que se justifica por ser o suporte que mais detém informações sobre Capitolino Henrique da Costa, outros tipos de fontes documentais são utilizados como suporte para afirmar ou negar a consistência das informações que são cruzadas.

Para complementar a análise documental também, utilizou-se o registro de óbito de Capitolino do livro de registros da Igreja Nossa Senhora da Conceição, teses de doutoramento da Faculdade de Medicina da Bahia do século XIX, processos crimes, entre outros documentos que contribuíram de maneira a valorizar a reconstituição e análise dos fatos.

Como a documentação pode ser considerada um indício que revela determinantes característicos de uma época e de uma sociedade, foi utilizado o método indiciário, proposto por Ginzburg (1990). Esse método auxilia extrair das fontes possíveis elementos de fenômenos gerais, de forma a contribuir para o entendimento da visão de mundo da sociedade aracajuana diante do adoecer e morrer, apontando as características próprias do contexto.

É através dos discursos apresentados nas fontes documentais que se obteve a percepção das representações indicadoras de particularidades as quais revelam as características do grupo social de Capitolino. Assim, conseguiu-se por meio da trama narrativa, os entendidos e subentendidos que o texto documental possa informar fazendo o exercício "a contrapelo" (BENJAMIN, 2012, p. 12), que leva ao questionamento sobre a linearidade dos fatos e retoma sempre que necessário a relação de Capitolino com seu mundo.

Logo, o mundo de Capitolino é compreendido a partir dos conflitos e tramas de sua história, obtendo através da fonte textual as formas de discursos de dominação e a legitimidade da memória, sendo possível perceber o que possa estar oculto ou subentendido.

Servindo-se dessas informações impressas relacionadas ao elogio fúnebre a Capitolino Henrique da Costa, foram utilizados elementos presentes para reconstruir a história desse personagem. Reorganizou-se essas informações, considerando as questões que sobressaltaram ao fazer a leitura do texto necrológico, por fim, estruturou-se uma narrativa seguindo o caminho que melhor correspondia aos pontos principais sobre a morte.

Ao estudar sobre a morte é de grande relevância entender os aspectos que condicionam o morrer. Tendo o intuito de apresentar esse estudo como forma de reconhecimento das práticas culturais que envolvem o evento da morte no final do século XIX, por conseguinte busca-se refletir as circunstâncias que inevitavelmente leva a inexistência biológica de uma pessoa. A morte em si não é o fato relevante, mas compreender o significado de todas as práticas em torno da mesma é o que deve ser ponderado.

A proposta em torno de algumas reflexões sobre a história da morte traz os apontamentos de Volvelle (1987), que considera um sistema para se trabalhar as causalidades mecânicas da morte, definindo três níveis: a morte consumada, a morte vivida e o discurso da morte. Esse sistema não será apontado como um molde engessado, mas considerando a importância dessa reflexão para o desenvolvimento de trabalhos voltados para a história da morte.

Em relação aos níveis na sequência proposta por Volvelle (1987) entende-se por “morte consumada” o fator biológico em si. Como o próprio autor aponta, “é a compreensão brutal do que é a morte”. Em seguida, a “morte vivida” constitui-se de toda uma rede de gestos e ritos que acompanham o percurso desde a enfermidade, a agonia, o túmulo e o outro mundo. Por fim, o terceiro nível, indicado pelo autor, constitui-se no “discurso da morte”, o qual corresponde à experiência da morte, esta possui uma linha tênue entre a morte vivida e a morte consumada. O discurso da morte está presente nos ritos funerários e no luto.

Refletir os estágios descritos por Volvelle (1987) favorece uma melhor percepção e desenvolvimento dos elementos que compõem o estudo sobre a morte, para que esses não se tornem falhos em decorrência das próprias dificuldades que a temática impõe. Assim, ao concordar com a relevância dada a caracterização e compreensão dos fatores que compunham a sequência, deve-se entender a morte e as práticas sociais, considerando-se relevante pensar nessa perspectiva para as crenças e práticas em torno da morte no século XIX.

Dessa maneira, toda ação reconhecida pelo desencadeamento da história de Capitolino Henrique da Costa favorece a construção de uma trama que revela outros fatos, os quais apontam as circunstâncias em que se morria um indivíduo. Portanto, é pretendido utilizar-se de um caso particular para compreender um *corpus* social.

Evidentemente, não é usado o exemplo apresentado como uma regra que determine toda a sociedade sergipana. No entanto, ao utilizar da particularidade da história deste tipógrafo é viável construir um diálogo entre dois temas da história cultural, a história das doenças e a história da morte. O caso é que existe uma inevitabilidade do encontro entre as duas temáticas, o que contribui para que ambas se complementem.

Ao buscar a construção de uma história que condiciona a entender as práticas diante da morte nas últimas décadas do século XIX, propõe uma reflexão sobre as atitudes que levam ao reconhecimento da consequente fatalidade. Caso tenha ocorrido a morte é porque algo motivou a isso, como por uma fatalidade acidental, consequência dos anos já vivido ou vitimado por uma doença, o fato é que no final dos oitocentos a ciência já tinha atingido um determinado avanço o qual favorecia a explicação da causa da morte ou a busca por uma forma de adiá-la.

A leitura do texto necrológico trouxe uma indagação, o que teria vitimado aquele homem que estava sendo descrito no necrológico. O próprio texto revela a resposta, no entanto, uma série de inquietações leva à construção do primeiro capítulo, no qual sugerimos entender a doença que vitimou o Capitolino e compreender que circunstâncias abarcava o adoecer na Aracaju do final do século XIX.

A descrição da doença, seu tratamento e circunstâncias que podem ter causado a enfermidade, nos direcionam ao contexto da realidade em que Capitolino vivia. Como era Aracaju nas últimas décadas do século XIX, seus problemas urbanos e sociais. Consequentemente, ao perceber a realidade citadina construímos um panorama acerca da saúde pública, o papel dos médicos para entender a relação de Capitolino com seu médico, e a função que este desempenhou no tratamento de Capitolino.

No segundo capítulo, há a descrição do personagem e como este estava associado à sua profissão de tipógrafo. Nesse capítulo procurou-se apresentar o que era ser tipógrafo no século XIX. Por conseguinte, tratou-se das características do jornal *Folha de Sergipe* e a importância desse periódico nas tramas da vida particular de Capitolino e no contexto político de Aracaju, sendo o jornal um suporte que representa a ideologia progressista da época. Em seguida, mostramos como o jornal pode ir além das discussões políticas, e ser analisado como

instrumento moderno de transmissão dos aspectos culturais que carrega um misto de tradição e modernidade nos aspectos ideológicos da sociedade.

Por fim, no terceiro capítulo, discute-se sobre como o jornal passou a ser utilizado como mecanismo para noticiar a morte. Apresenta-se ainda como as formas de vivenciar a morte foram transformando-se com o avanço científico, além de observar como a possibilidade de cura afastou cada vez mais o doente dos rituais pomposos que a tradição religiosa manifestou durante séculos. Ao mesmo tempo, as transformações de uma sociedade medicalizada não aboliram por completo as crenças e rituais próprios da prática religiosa de um catolicismo barroco, sendo possível identificar permanências e reinvenções nas práticas rituais perante o evento da morte.

Os aspectos de transformações, permanências e reinvenções das práticas culturais diante da morte estão, nesse capítulo, condicionados à análise detalhada do necrológio de Capitolino Henrique da Costa, reconhecendo os aspectos que representam a morte e o culto aos mortos através dos signos da escrita e da iconografia que compõem o necrológio.

1 ASPECTOS SOBRE ADOECER E MORRER NO FIM DO SÉCULO XIX: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NAS PRÁTICAS SOCIAIS

1.1 ADOECER NO SÉCULO XIX: A DOENÇA DE CAPITOLINO

Às 10 e 1/2 horas da noite do dia 26 de março de 1895, na vizinha cidade de Laranjeira, morre Capitolino Henrique da Costa. Dois dias após sua morte é publicado no *Jornal Folha de Sergipe* um necrológio exaltando a memória do falecido, descrevendo sua trajetória de vida e a causa de sua morte. É através da história desse tipógrafo, dono da referida *Folha*, que foi construída nesse capítulo uma reflexão a respeito dos aspectos de como era adoecer e o morrer no final do século XIX em Aracaju.

Em virtude da morte desse tipógrafo foi registrado o rastro de sua história. Tendo como base as informações fornecidas pelo necrológio faz-se necessário entender o cotidiano do que seria alguém adoecer dentro do contexto social, cultural e político do período referido anteriormente. Pois, é diante de situações como o surgimento da enfermidade e a morte que se revelam determinadas características de uma sociedade.

Ao analisar os elementos que condicionam a doença e a morte é que se pode entender as articulações e as mudanças sociais (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2004). Nesse sentido, além da compreensão biológica do que envolve a doença e o processo de morrer, é possível reconstruir uma realidade vivida, seja a partir de mecanismos de práticas políticas ou de manifestações culturais.

Na realidade vivida por Capitolino, a descoberta de uma enfermidade e os recursos para restabelecer sua saúde desencadeiam a construção de uma história, que revela o que de fato é possível perceber nos comportamentos e crenças na sociedade a qual estava inserido. Para tanto, é fundamental buscar os elementos característicos desse personagem para compreendê-lo, assim como todo o processo pelo qual passou sua vida e seu morrer.

Capitolino Henrique da Costa era dono de uma tipografia em Aracaju a qual deu origem ao jornal *Folha de Sergipe*, adquiriu admiradores e inimigos dentro da sociedade em que vivia, devido a sua atuação política e defesa dos ideais do grupo conservador. Tudo que se pode dizer sobre esse trabalhador da imprensa sergipana está testemunhado em seu jornal, documentos judiciais e algumas documentações que revelam sua vida política. Mas, é a partir de sua morte que Capitolino será apresentado, através da descrição de seus contemporâneos e, procurar dentro de seu jornal entender o papel desse personagem em seu grupo social.

Sempre descrito como um homem de “labor” e “alma artística”. Capitolino teria descoberto algo errado com sua saúde somente alguns dias antes de falecer. O autor de seu necrológico, até o momento não identificado, deixou assim registrado:

com efeito, profunda fora a impressão que nos assoberbou o espirito, quando o telegrapho nos trouxe a infausta notícia de seu passamento, na vizinha cidade de Larangeiras onde se acabava, havia dez dias, recebendo o necessário tratamento.¹

Na noite do dia 15 de março, Capitolino depois de interromper suas atividades apresenta sintomas de fragilidade na sua saúde, os quais o levaram a ficar acamado. Diante da situação evidenciada o estado de saúde do dono da tipografia do Folha de Sergipe, a redação do jornal publica:

Enfermo

Desde ante-hontem, á noite, guarda o leito de enfermo o nosso amigo Capitão Capitolino Costa.
Fazemos votos, pelo seu prompto restabelecimento.²

Desconfortável com os sintomas que revelavam problemas em sua saúde, Capitolino Henrique da Costa parte de Aracaju em busca de tratamento para o mal que *repentinamente o acometera*, o qual consequentemente o levou a ceder sua *matéria à lei fatal do aniquilamento*.

Para chegar ao entendimento do fato que determinou o fim da vida de Capitolino, é necessário compreender sua trajetória de vida, assim como é preciso determinar a consequência de sua morte, através da descrição da sua doença. Ao buscar a compreensão da enfermidade de Capitolino, centramos na representação da mesma no âmbito social para obter a dimensão da realidade vivida pelo personagem.

Uma hematuria segundo o diagnostico medico, foi a causa determinante da morte. Mas, no que consiste a hematúria? Para responder a esse questionamento, utilizamos da descrição dessa enfermidade a partir de um estudo desenvolvido na Faculdade de Medicina da Bahia durante o século XIX. O objetivo é compreender a enfermidade a partir da realidade em que o sujeito estava imerso e reconhecer as práticas e representações a partir de seu diagnóstico.

Segundo José Luiz Antonio de Couto, em sua tese de doutorado sobre *Hematúria endêmica dos paizes quentes*, defendida na Faculdade de Medicina da Bahia em 1872, o

¹ Folha de Sergipe, 28 de março de 1895, nº 439.

² Folha de Sergipe, 16 de março de 1895. N.430.

entendimento por hematúria resume-se *a excreção de sangue pelas vias urinárias, qualquer que seja a causa que a determine*.

É possível perceber que a hematúria não consiste em uma doença, mas em um sintoma que pode ter causa diversa. A presença de sangue na urina pode estar relacionada a infecções urinárias, litíase (cálculos) renal, tumores ou doença inflamatória dos rins, entre outros fatores. Entretanto, Couto (1872) determina dois tipos de hematúria, uma que ele classifica como hematúria clássica, existente em diversas sociedades no mundo, e a hematúria endêmica recorrente nos países de clima tropical que teria uma natureza verminosa.

A hematúria endêmica consiste, especificamente, na existência de protozoários no sangue da urina que podem penetrar no organismo através do consumo de alimentos e águas contaminadas, ou sob condições externas que permitem sua introdução no organismo por formas diversas. Uma vez contaminado pelos vermes, todos os órgãos do sistema renal podem ficar comprometidos a ponto de os vermes atingirem outros órgãos através do canal vascular, podendo chegar até mesmo ao coração.

Couto (1872) indica que a enfermidade existe desde a antiguidade, e as causas da hematúria comum, assinaladas desde Hipócrates, Celso e Galeano como devidas a afecção das vias urinárias. Porém, o autor acusa a ausência do termo da doença nas obras clássicas de patologias, como enciclopédias e dicionários, e justifica o fato de a doença configurar fora de observação e ser tratada como uma hemorragia comum.

A descrição da hematúria apresentada por Couto revela uma das características do desenvolvimento da medicina no Brasil, que correspondia à parasitologia médica, a qual surge experimentalmente a partir de 1866, com o trabalho do Dr. Otto Wucherer publicado na *Gazeta de Medicina da Bahia* (EDLER, 2002).

A tese de Couto enquadra-se nas características da Escola Tropicalista Baiana, que consistia em um movimento médico-científico, originado em torno da Academia Imperial de Medicina, e reunia trabalhos a partir de uma nova perspectiva ideológica para explicar doenças associadas ao clima tropical.

Flávio Coelho Edler (2002) aponta que, mesmo a Escola Tropicalista Baiana que se desenvolvera às margens, muitas vezes sendo seus métodos não reconhecidamente aprovados pela Academia Imperial de Medicina, tanto o movimento médico-científico quanto a instituição oficial tinham atributos progressistas. Ambos tinham por finalidade “promover ilustração, o progresso e a propagação das ciências médicas”.

O referido autor afirma ainda a importância da criação da Academia Imperial de Medicina, e o papel que esta instituição desenvolvera na primeira metade do século XIX. Edler enfatiza que a Academia Imperial de Medicina teve grande valor em relação ao poder político brasileiro higienista, bem antes da criação da Junta de Higiene Pública, em 1850 (EDLER, 2002).

Porém, a partir da influência do trabalho de José Francisco Xavier Sigaud, *Doenças de clima do Brasil ou estatísticas médicas deste Império*, publicado em Paris no ano de 1844, ocorre uma mudança no perfil epistemológico, na política institucional e no ambiente profissional, provocando a perda do privilégio da Academia Imperial de Medicina diante de seu papel como formuladora de políticas de saúde pública.

O estudo Sigaud propunha uma configuração de patologias brasileiras a partir da influência das febres palustres (paludismo, impaludismo, febre intermitente), caracterizando-se por um trabalho repleto de descrições, observações que foram discutidas e debatidas com outros médicos e na própria Academia (EDLER, 2002).

A influência do método de Sigaud pode ser percebida no trabalho de Couto (1872) sobre a hematúria endêmica. Com uma abordagem climatológica, o autor descreve a hematúria a partir de uma análise clínica com experiências de outros médicos e listam casos de pacientes que foram estudados, inclusive com contribuição de clínicos de Sergipe.

Como se pode perceber, estudos sobre doenças condicionadas à abordagem climatológica já possuíam adeptos antes da influência de Sigaud. No caso dos estudos da hematúria, em 1835 há uma incidência de alguns trabalhos desenvolvidos no Rio de Janeiro com a Sociedade de Medicina, os quais passam a investigar através da contribuição dos médicos de hospitais e de clínicas civis, a causa e a natureza da doença, fato que demonstra a curiosidade dos médicos acerca da patologia naquele período.

A justificativa para poucos estudos e registros da hematúria terem sido desenvolvidos até aquele momento, podem estar ligados ao fato do pequeno número de falecimentos ter sido determinado pela enfermidade. Dentre os casos estudados por Couto (1872), ele aponta que somente um hematúrico teria chegado a óbito, mas que não se pode afirmar com precisão se de fato a enfermidade teria sido um determinante, já que o indivíduo apresentava outras complicações e a autópsia não foi realizada por não ter “conseguido vencer os escrúpulos e preconceitos” da família do falecido.

Assim, as determinações quanto à incidência e a causa de morte por hematúria esbarram em algumas complicações. Primeiramente, não havia registros suficientes que

determinassem a hematúria como um mal que afligisse a sociedade, a ponto de ser considerado um problema de saúde pública. Outro fator mostra que quando os casos poderiam ser determinados, esbarravam nas crenças e hábitos tradicionais da sociedade.

Nos grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro, a partir de meados dos oitocentos, já se chegava à conclusão que a deterioração das condições de saúde pública já não consistia nas eventuais epidemias, como da febre amarela, cólera, varíola e entre outras. Mas que outras doenças também causavam grande número de mortandade para a população (CHALHOUB, 1994). No entanto, médicos e autoridades públicas, mesmo em situação epidêmica, tinham dificuldades para interpretar as doenças e implementar medidas eficazes para a contenção das mesmas.

As explicações médicas sobre a doença que vitimou Capitolino estavam condicionadas ao contexto das descobertas da ciência e das ideologias que eram discutidas durante a segunda metade do século XIX. A tese de Couto estava ligada aos aspectos das “noções gerais e abstratas do meio ambiente e aclimatação” (CHALHOUB, 1994, p.80), consequentemente, seu diagnóstico e tratamento estavam condicionadas aos métodos correspondentes as práticas médicas vigentes naquele período.

1.2 CAUSAS DA ENFERMIDADE DE CAPITOLINO

Ao afirmar que a enfermidade, que vitimou Capitolino, consistia em um mal que atingiu o seu sistema urinário, não ficam esclarecidas as circunstâncias em que a doença teria atingido seu organismo. Porém, ao consultar o trabalho de Couto percebe-se que há determinantes que contribuem para entender a doença, seus sintomas, como ela pode se desenvolver no organismo e como pode ser tratada.

A hematúria, em geral, é consequência das complicações causadas por infecções renais, diferenciando-se em hematúria comum e endêmica. Essa distinção está determinada pela presença de vermes na urina ou no aparelho urinário, quando acometido por uma hematúria endêmica.

A caracterização da hematúria endêmica nos leva a compreender que esta enfermidade pode estar relacionada à contaminação de alimentos e da água. De acordo com Edler (2002) os acadêmicos influenciados por Sigaud, já constataavam que muitas doenças estavam ligadas

aos hábitos higiênicos, determinando que os principais agentes de mortalidade no Brasil estariam condicionados aos hábitos alimentares e ao abuso do ato venéreo. Numa perspectiva higienista, apontavam que atenuar tais hábitos às condições climáticas e miasmáticas teriam efeitos reduzidos sobre a incidência das moléstias.

Ao lançar olhar para a realidade vivida por Capitolino, na Aracaju dos anos de 1890, especificamente, compreendendo as condições de salubridade da cidade, pode-se indicar uma probabilidade que Capitolino tenha desenvolvido uma hematúria endêmica, apesar de não haver uma documentação precisa sob essa afirmação, percebe-se que não é uma possibilidade a ser descartada, quando entendemos que a Aracaju do século XIX e início do XX ainda sofriam com o fornecimento de água potável.

Aracaju surgiu sob o arcabouço da “ideologia civilidade e modernidade” projetada pelo discurso da política higienista (SOUSA, 2013, p.7), sustentados pela ideia de que o progresso está baseado na grandeza e na prosperidade, projetando estas características na formação do indivíduo que passa a ser condito numa imagem de “ ‘bom trabalhador’, associado a família e à moralidade” (SOUSA, 1991, p.22).

De acordo com Chalhoub (1996) tal discurso implicou numa despolitização da realidade histórica que acabou por legitimar as decisões em relação às políticas públicas aplicadas aos centros urbanos. Neste contexto, Aracaju surge como símbolo do progresso em oposição ao caráter colonial que estava representado pela antiga Capital São Cristóvão. A nova capital foi projetada de acordo com o modelo de cidade do século XIX, preocupada com o comércio, com a entrada e saída de mercadorias, tornando-se lugares de consumo, de melhoria de vida e de bons costumes (SOUSA, 2013).

Entretanto, essa modernização tão almejada não vem desprovida de problemas sociais e urbanos, enfrentando dificuldades para que fosse estabelecido o ordenamento de Aracaju. As autoridades carentes de recursos financeiros e humanos passaram anos buscando formas de atingir a construção de uma paisagem urbana moderna, progressista e de liberdade política (PRATA, 1998).

De acordo com Maria Nely Santos (2008), na década de 1870, Aracaju ainda estava longe do ideal de progresso e modernidade almejado. O comércio irregular com venda de produtos de primeira necessidade (lenha, água, leite) transportados em carroças e lombos de animais, comercializados de porta em porta, somados aos hábitos da população que lançava entulho nas ruas, ou acumulavam em quintais e valas, acabavam por afastar a paisagem aracajuana de seu ideal de origem.

Ao fazer uma ligação entre os problemas urbanos que Aracaju teve desde sua fundação até o período vivido por Capitoline, é possível perceber as dificuldades na qualidade e no abastecimento de água da capital sergipana, um dentre tantos problemas os quais as autoridades públicas tinham que buscar solução para que a cidade pudesse atingir seu tão almejado signo de modernidade.

A cidade de Aracaju padecia por meio século até que o abastecimento de água fosse efetivado com qualidade para a população. Desde o período imperial houve uma preocupação com a condição da água na cidade, que era consumida, basicamente das cacimbas, fontes e poços (SANTANA, 2001).

As fontes existentes em Aracaju para o consumo de água da população seriam abertas por ordem do Presidente Salvador Corrêa de Sá e Benevides (1856-1857), no intuito da instalação de novas fontes, amostras das águas aracajuanas foram enviadas para análise em Salvador e constatadas como de péssima qualidade (SANTANA, 2001).

Dentre os testemunhos da época, sobre a qualidade da água de Aracaju, se tem a impressão do imperador D. Pedro II,

Que a água de que bebo e é bem ruim vem do rio Pitanga daqui a duas Léguas indo barco busca-la saindo a barca daqui. O povo bebe das bicas públicas ou cacimbas onde a água é de cor xerez preferindo-a algumas pessoas, fervendo uma – particular de um Guerra cuja a água é melhor porém toldada não perdendo esta, nem a outra, a cor pelo descanso.³

A descrição registrada no diário do imperador revela a origem e a má qualidade da água que era consumida em Aracaju.

Aracaju, levantada sob o signo do progresso, teve sua construção atrasada devido à subtração de recursos em decorrência da grande epidemia da cólera *morbis* entre os anos de 1855 a 1856. De acordo com Amâncio Cardoso dos Santos Neto (2001), a cidade sempre foi marcada pela fama de praias insalubres, águas de má qualidade e charcos miasmáticos.

Fernando Figueiredo Porto (1991) chama a atenção, que apesar de Inácio Barbosa, ao justificar a escolha das praias da Olaria para o estabelecimento da capital sergipana, ter apontado como uma das justificativas, que estas terras eram banhadas por muito boas águas, não correspondiam a realidade. Este autor ainda enfatiza:

³ Trecho do diário do Imperador D. Pedro II em visita à Aracaju, em 11 de janeiro de 1860. Fonte: www.museuimperial.gov.br/images/stories/images_museu/PDF/Diarios-imperador/vol04.pdf. Acessado em 10/08/2015.

As águas que a princípio se utilizaram em Aracaju, tomadas em lençol freático muito superficial, eram de cor escura e de gosto ligeiramente desagradável. [...] Quanto a salubridade não é preciso que se diga nada: as tradições ainda correm, pintando de negro os dias de infância da nova cidade. A solução destes problemas, muito confiantemente, Inácio Barbosa entregou aos filhos da terra para que, lutando por ela, melhor a amassem.⁴

A descrição de Porto a respeito da qualidade da água em Aracaju, quando conflitadas ao testemunho do imperador D. Pedro II, reforça as dificuldades que a população tinha em relação ao fornecimento e ao consumo de uma água mais apropriada para a população.

Na tentativa de melhoramentos no abastecimento de água em Aracaju, em 1858, o governo da província autoriza o contrato de uma empresa para efetuar obras de abastecimento, como pode ser observado no trecho do relatório sobre a administração da Província de Sergipe, entregue pelo João Dabney D'Avellar Brotero⁵.

Encanamento d'agua do Rio Pitanga.

A Resolução Provincial numero 539 de 12 de Julho do anno passado autorisou a Presidencia á contractar com quem mais vantagens offerecesse á Fazenda o fornecimento d'agua potavel trazida do rio Pitanga para esta Capital pelo systema de aqueductos por tubos de ferro, ou de louça.

Por Edital de 30 d'aquelle mez impressos no Jornal da Provincia, e nos da Bahia forão marcados trez mezes para que os pretendentes apresentassem suas propostas por escripto.—Findo o praso consignado o unico pretendente que appareceu foi o Cidadão Horacio Urpia, com quem o contracto se effectuou no 1.º de Dezembro do dito anno da maneira que V. Ex. verá da copia, letra.—I—

Canalisação dos Rios Poxim e Santa Maria,

A Resolução Provincial numero 515 de 22 de Junho do anno proximo passado autorisou o Governo da Provincia á mandar levantar a planta, e fazer o orçamento para a canalisação entre si dos rios Poxim, e Santa Maria, e á contractar semelhante obra, caso não excedesse a quantia de 130:000\$000 reis com Jose Gomes Ribeiro, ou com quem mais vantagens offerecesse á Fazenda.

Poucos dias depois de promulgada semelhante Resolução, á que prestei minha sanção por consideral-a do maior interesse para a Provincia, appareceu-me o Negociante Horacio Urpia e declarou-me que estando á partir para a Capital da Bahia, e tendo de contractar ali por sua conta um Engenheiro habil para os exames e planos do encanamento do rio Pitanga, e trabalho da empreza para refinação de assucar, offerecia-se-me para tratar com o mesmo Engenheiro o trabalho da planta e orçamentos concernentes á canalisação do Santa Maria.

Figura 1 - Trecho do relatório do Sr. Dr. João Dabney D'Avellar Brotero sobre a administração da província de Sergipe, no ano de 1859.

Entretanto, até a efetivação da obra, a realidade da água de Aracaju foi traçada por constantes quebras de contratos das empresas e as obras eram repetitivamente inviabilizadas.

⁴ Porto, 1991, p.22.

⁵ Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe, no dia 07 de março de 1859. Ao Ilm. Sr. Dr. Manoel da Cunha Montalvão pelo Sr. Dr. João Dabney D'Avellar Brotero. Sergipe. Typographia Provincial, 1859.

De 1858 a 1908 a população aracajuana aguardou o cumprimento da promessa da canalização das águas, que garantiria um fornecimento de melhor qualidade para o consumo. Mas, durante os 50 anos de espera, diversos administradores públicos não conseguiram concluir as obras. As denúncias contra a má administração dos recursos para as obras públicas eram apresentadas nos jornais da capital.

Prestes a completar um ano após a morte de Capitolineo Henrique da Costa, o jornal *Folha de Sergipe* publicou, por exemplo, em sua primeira página, no dia 22 de janeiro de 1896, uma matéria intitulada *Obras Públicas*, a qual consistia em criticar o governo vigente quanto a má administração das obras públicas pelo governo de Prisciliano de Oliveira Valladão, dentre as críticas, a obra de canalização das águas de Aracaju é citada:

[...] Durante um anno e mezes de administração, não se aponta uma só obra de iniciativa de S. S. a não ser um corêto á semelhança de kiosque na praça pública, e meia duzia de rotulas que mandou pregar nas janellas do seu palacio, a systema de D. João VI. Entretanto a directoria de obras publicas consome uma parte das rendas do Estado, para apresentar-se na rua d'esta cidade, com um pessoal sem habilitações de instrumento em punho, a fazer estudos para a decantada canalisação d'agua do Pitanga, depois que S. S., chamando concorrência publica para esta Empresa, se apresentasse para este mister. Para sanar este incidente, designou sem o minimo escrupulo, Venancio Telles de Menezes e Francisco Freire Pitombo para encarregarem-se deste serviço tão importante: esquecendo-se o primeiro quanto mito pode servir para a *administrador o apontador* de um caudelaria que S. S. está construindo nos fundos de seu palácio, e o segundo, *auxiliar técnico*, não tem habilitações para a construção (salvo se fôr estas de tubos de mamoneiras). [...]⁶

Além da falta de água potável para a população, outros agravantes são somados a esse problema, a precariedade de alimentos é uma delas. Desde a grande epidemia da cólera *morbis*, a escassez e a má qualidade da alimentação tornaram-se um problema. Em uma época em que a saúde estava associada às ideias infeccionistas, acreditava-se que as más condições sanitárias criavam um estado atmosférico propício a surtos epidêmicos (SANTOS, 2001).

O asseio público era uma constante preocupação e motivo de queixas por parte dos moradores. Em um dos primeiros exemplares do *Folha de Sergipe*, datado de 31 de julho de 1886, é possível perceber como os moradores sentiam-se incomodados com a situação de salubridade: *Hontem pela manhã, era um gosto ver a quantidade de porcos que vagavam pela praça da Matriz, mesmo em frente da porta de um dos fiscais do município. E... viva a liberdade suína!*⁷

⁶ Folha de Sergipe, 22 de janeiro de 1896, edição nº 10.

⁷ A Folha de Sergipe, 31 de julho de 1886. Edição de nº 14.

Apesar de medidas tomadas durante a república para melhorar o funcionamento da administração da saúde pública em Aracaju, esta continuou nos primeiros anos do regime republicano com as mesmas características do império. Somente na primeira década do século XX que as ações sanitárias por parte do poder público foram mais efetivas.

A saúde pública em Aracaju, na segunda metade do século XIX, estivera sempre em constante ameaça de doenças epidêmicas. Na realidade, essas eram as únicas doenças consideradas como problemas de saúde pública que chamavam a atenção das autoridades, o que não descarta que outras endemias fossem tão problemáticas quanto às doenças pestilenciais.

Antônio Samarone Santana (2001) indica que as endemias mais comuns em Sergipe, que acometiam a população, mas não eram considerados como questão de preocupação para as autoridades, consistiam em reumatismos, afecções catarraes, oftalmias, bronquites, disenteria, sarampo, coqueluche, sarna e tuberculose. Essas doenças eram registradas por terem acometido muitos a morte como consequência da enfermidade.

Se as doenças registradas pelas autoridades públicas eram as que tiveram certa mortandade, com que frequência as enfermidades atingiam a população sem serem diagnosticadas? E que tratamentos eram utilizados para amenizar estes males? Tais questionamentos podem motivar a novos pesquisadores que se interessem pela história da doença e da medicina. Não cabe, nesse trabalho, aprofundar tais questões, pois não consistem no foco principal do objeto.

Porém, esses questionamentos permitem buscar uma reflexão a partir do contexto aqui apresentado. Não é difícil imaginar como a saúde da população estava constantemente acometida por algum tipo de enfermidade, podendo a realidade de uma determinada situação ser mais problemática do que os registros documentais apresentam. O quadro sanitário da capital sergipana por si só já era o suficiente para revelar a quão problemáticas eram as constantes ameaças à população.

Ao expor as dificuldades presentes na implantação e ordenação de Aracaju, fica evidente que os problemas não consistiam somente em questões dos aspectos físicos urbanos, mas que estes também eram somados as questões de saúde. Tal fator nos direcionam ao questionamento, como se dava o auxílio a população quando acometidos por uma enfermidade? Essa interrogativa leva a buscar a compreensão de como o Capitão Henrique da Costa possa nos direcionar a encontrar respostas sobre o assunto, e a partir de seu caso

entender o tratamento de saúde como elemento de representação desse mundo moderno, diante de antigos problemas.

1.3 CAPITOLINO EM BUSCA DO TRATAMENTO

Durante o século XIX, a busca por tratamento médico não era algo comum à maioria da população, pois médicos, cirurgiões e boticários dividiam espaço com outras práticas terapêuticas mais populares. Mesmo após a implantação das escolas cirúrgicas no Brasil (1808), fato que colocou as práticas médicas populares em um posto de ilegalidade, os médicos formados ainda tiveram que batalhar para garantir o seu espaço entre as demais práticas e conquistar a confiança da população.

Flávio Coelho Edler (2012, p. 25) ao abordar sobre o saber médico e profissional no contexto entre o período correspondente ao sistema monárquico no Brasil, afirma que “os cuidados dispensados ao doente tem constituído uma arena social em que conhecimentos, habilidades, instituições e práticas são constantemente providos e contestados pelos diversos grupos sociais”. Dessa maneira, no final do século XIX, percebe-se a busca da legitimidade médica, a partir das transformações científicas e sociais vigentes.

Esta legitimidade do grupo de médicos se deu diante de intensos debates dentro e fora de seu grupo, a exemplo da Escola Tropicalista Baiana e a tradicional medicina, além dos enfrentamentos com a medicina popular. Durante o século XIX, a medicina estava em constante avanço, embora frequentemente questionada, mas dividindo-se entre práticas e reconhecimento de sua validação.

No contexto aracajuano em pleno século XIX, o segmento social dos médicos encontra um espaço acolhedor para sua validação, o que não extingue a presença das práticas médicas populares, e nem a dificuldade de afirmação dos médicos diante de maior parte da população. Mas, assinalado como espaço acolhedor, o fato deste segmento de se estabelecer tendo o apoio dos grupos políticos e elitistas do período.

Essa acolhida, provavelmente, foi favorecida por Aracaju já ter surgido em um momento em que no Brasil as ideias progressistas estavam se estabelecendo, junto a elas as ideias higienistas. Dentro de toda essa luta de legitimidade e reconhecimento do grupo social médico, obteve sucesso com as políticas higienistas, do processo de medicalização, que passou a dar autoridade necessária a classe médica para impor valores inovadores à sociedade,

intervindo nos hábitos e costumes das pessoas, ditando novas formas de relações familiares e padrões de comportamento, dando origem a um tipo diferenciado de indivíduo (SAMPAIO, 2001).

Esse novo tipo de indivíduo encontra nas práticas médicas científicas respostas e socorro para as enfermidades, desde então deixa o ambiente doméstico para buscar no espaço clínico os cuidados que possam restabelecer sua saúde. Além de manter com o médico as confidências e credibilidade de que seria destinada a um sacerdote, não substituindo a figura religiosa, mas agregando-a aos cuidados da alma ao do corpo.

Nesse perfil caracteriza-se Capitolino Henrique da Costa, um indivíduo que procura respostas e recursos para sanar a enfermidade que lhe atinge. Assim, ele sai de Aracaju em busca de tratamento na vizinha cidade de Laranjeiras. Tal atitude desperta um questionamento: Por que Capitolino não procurou auxílio médico em Aracaju?

A provável resposta para esta pergunta é que Capitolino estaria fugindo dos ares atemorizantes da capital sergipana. Com a saúde fragilizada era favorável afastar-se da constante ameaça das febres palustres. Apesar do desenvolvimento de Aracaju, suas condições sanitárias a tornava propícia para surtos endêmicos levando moradores mais abastados a procurarem outras localidades para se recuperarem das enfermidades (CERQUEIRA, 2014), buscando auxílio em clínicas particulares em outros centros urbanos de Sergipe

Durante o século XIX, a assistência médica hospitalar, em Sergipe era destinada ao socorro dos pobres, pois a instituição de saúde era representativa do espírito de caridade e de seu estado civilizatório (SANTANA, 2001). Havia ainda a assistência médica particular que consistia na prestação de serviços médicos em domicílio ou em consultórios estabelecidos, normalmente, na casa do próprio médico.

A assistência médica particular corresponde a uma nova tradição clínica que surge no Brasil no século XIX, com a criação da Academia Imperial de Medicina, que deu origem a formação de um novo grupo de médicos formados no país, contribuindo para o aparecimento da figura do médico de família que atuava como clínico, cirurgião e conselheiro higienista (EDLER, 2002).

Para obtenção de clientela esses médicos utilizavam-se do jornal para anunciar seus serviços. Os anúncios apresentavam informações como: instituições que o médico tenha trabalhado, suas especialidades, endereço do escritório e horário de atendimento. Alguns desses profissionais apelavam para certas comodidades como meio de atrair a clientela,

horário flexível, atendimento a domicílio ou mesmo a gratuidade para seus partidários políticos, como pode ser observado a seguir no anúncio do Dr. João Vieira, que oferecia gratuidade a clientela simpática ao grupo dos “pebas”⁸

ANNUNCIOS

Dr. João Vieira

EX INTERNO DO HOSPITAL HONG-KONG

Especialmente em moléstias nervosas e caseiras, pôde ser procurado para misteres de sua profissão em seu consultório [...], á rua de Itabaiana desta cidade, das 10 da manhã ás 2 da tarde.

Grátis aos *pébas*.⁹

Além da propaganda, os clínicos serviam-se da construção de uma reputação que viesse a atrair a confiança da clientela. Para isso, muitas vezes a imprensa era, novamente, uma aliada, já que muitos pacientes acabavam publicando nos jornais notas de agradecimento e elogios aos serviços prestados pelo médico.

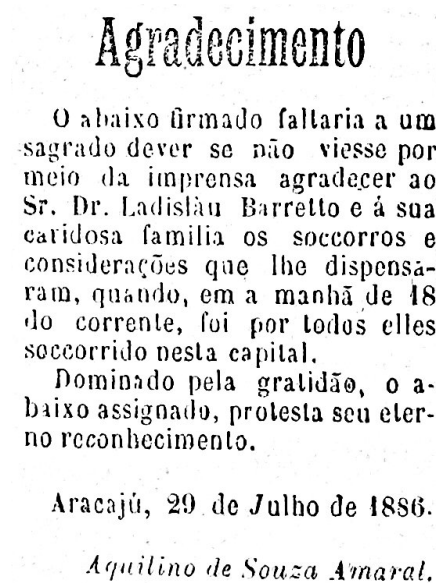


Figura 2 - Agradecimento ao Dr. Ladislau Barretto publicado no jornal A Folha de Sergipe, em 05 de agosto de 1886, n.17.

As cartas de agradecimento eram uma contribuição para a construção da imagem do médico para a sociedade, legitimando sua idoneidade profissional. A imprensa foi o veículo utilizado como meio aliado para validar as habilidades dos facultativos médicos.

⁸ O grupo dos “pebas” consistia por adeptos políticos de características liberais, em sua maioria formada por profissionais liberais, que se opunha de maneira acirrada ao grupo conservador (ex-monarquistas) chamado de “cabaús”.

⁹ Folha de Sergipe, 20 de outubro de 1891, n. 326.

Considerando a realidade social vivida por Capitolino, não era possível que ele viesse a buscar assistência médica no hospital, já que o exercício do ofício de tipógrafo o colocava entre os grupos urbanos em ascensão social. Sua condição social lhe impunha a busca por uma assistência médica particular.

Mas, resta ainda uma questão: Por que Capitolino procurou um médico na vizinha cidade de Laranjeiras? A cidade de Laranjeiras era considerada um dos centros urbanos mais importantes de Sergipe, sendo constituída de um dos núcleos comerciais mais ativos do século XIX, fator que contribuiu para que profissionais liberais se estabelecessem nesta localidade. De acordo com Ibarê Dantas (2004, p. 19) “o setor de serviços era bastante qualificado. Sendo seus profissionais, entre os quais professores, advogados e médicos, eram os mais famosos e procurados”.

Possivelmente, Capitolino foi para Laranjeiras tratar-se com um médico específico, o Dr. Antônio Militão Bragança (ver figura 5). Sua boa relação com o grupo político que dominava a região da Cotinguiba pode ter favorecido seu contato com o Dr. Bragança. O Médico laranjeirense era famoso por seus serviços prestados e por um caráter humanitário. Além do que, se deve levar em consideração que segundo descrição de Dr. Juliano Simões (1960, p. 80), o consultório do Dr. Bragança era o mais bem montado do estado de Sergipe, com equipamento cirúrgico variado e moderno para a época, possuía grande número de clientela constituída por ricos e pobres.

Após o falecimento de Capitolino, surge no jornal Folha de Sergipe alguns agradecimentos exaltando o Dr. Bragança pela sua dedicação no cuidado com o paciente. Assim, ao falar da trajetória percorrida por Capitolino em busca do tratamento de sua saúde e da sua morte, vale ponderar sobre o reconhecimento dado ao seu médico.



Figura 3 - Foto do Dr. Antonio Militão de Bragança publicada na Revistas do IHGSE Edição de N.24.

1.4 A RELAÇÃO MÉDICO/PACIENTE ENTRE CAPITOLINO E O DR. BRAGANÇA

A imagem do médico Antônio Militão Bragança está arraigada ao fato da morte de Capitolino. A representação deste médico é construída a partir dos amigos e parentes como ato de reconhecimento dos serviços prestados por ele. É a partir dos agradecimentos publicados no *Folha de Sergipe* que é certificada a notoriedade do Dr. Militão Bragança.

A relação médico/paciente é transmitida através de uma perspectiva mais próxima da realidade do paciente. Gabriela dos Reis Sampaio (2001) ao analisar as cartas de agradecimentos nos jornais do Rio de Janeiro no século XIX, chama a atenção da importância de estudos que apresentem uma visão mais próxima da compreensão do paciente sobre a atividade médica.

A autora percebeu através da análise das cartas de agradecimentos, elementos que transmitiam a impressão de que não era algo comum procurar um médico quando se estava doente, e que só buscavam auxílio desses especialistas como último recurso, e como a visão positiva ou negativa do paciente poderia ajudar a compor a integridade do médico (SAMPAIO, 2001).

A princípio, a descrição que obtivemos a respeito do Dr. Bragança está transcrita no agradecimento de Lucilla Costa, pelos cuidados que o prestado médico ofereceu a seu pai.

Agradecimento

A abaixo assignado, acabrunhada ainda pelo tremendo golpe que a fatalidade acaba de desfechar-lhe, arrancando tiranamente de seo carinhosissimo pae, sr. Capitolino Henrique da Costa extinto na cidade de Larangeiras, a 26 deste mez, não tendo outro meio de manifestar o seo profundo e sincero agradecimento ao ilustre e humanitário Illm. Sr. Dr. Antonio Militão Bragança seo medico assistente até aos últimos momentos, vem fazel-o por este vehiculo da imprensa, tornando bem patentes os relevantes serviços desinteressadamente prestados, por tão distincto Facultativo para ainda mais se alargue a aureola de considerações e estima publica que lhe é com máxima justiça devida.

Sente immensamente não só a impossibilidade de bem exprimir os seos sentimentos, como a de cabalmente desde que tomou conta do curativo de seu querido progenitor, o intelligente sr. dr. Bragança dedicou-se ao mesmo, tudo empenhando, tudo, para salvar-o, não abandonando mesmo um só momento, com sacrificio de sua própria saúde, a cabeceira do infeliz enfermo, como faria unicamente um irmão destes que sabem comprehender perfeitamente os altos deveres da fraternidade.

Inexcidivel na dedicação, no vivo, e palpitante interesse que toma pela cura dos [doentes] [couthados] a sua grande pericia, o sr. dr. Bragança é incontestável um modelo e um ornamentona sua nobilíssima classe, como uma distincção fulgurante entre os sergipanos beneméritos.

Nada mais sabe nem pode dizer uma filha afflictta, desolada, perseguida atrozmente pela sorte, que tirou-lhe de uma maneira tão brusca o único arrimo que tinha neste

mundo, senão que aquelle honrado e digno Médico, que soube collocar-se em uma altura a que nem todos attingem, deve o seo coração repassado de dores pungentissimas, mas ainda forte para sentir a mais extensa gratidão pelos grandes e inolvidáveis benefícios, que recebe.
Aracaju, 30 de Março de 95.

*Lucilla Costa*¹⁰

A descrição de Lucilla Costa a respeito do Dr. Bragança retrata um médico laborioso, que não mede esforços para obter os meios e os recursos necessários para curar seu paciente. Essa descrição deixa transparecer uma imagem de um homem ilustrado, que tem conhecimento científico e formação necessária para efetuar seu trabalho.

Em virtude do jubileu científico “do clínico sergipano Dr. Antonio Militão de Bragança”, no ano de 1933, o Padre Filadelfo Jônatas de Oliveira, assim o descreveu no seu livro *História de Laranjeiras Católica*, como “luminar da ciência médica brasileira e um dos grandes benfeitores da Humanidade” (OLIVEIRA, 2005, p.227). Novamente, o Dr. Bragança aparece exaltado por seu saber e ações humanitárias.

Diante de tantos elogios apresentados sobre o Dr. Bragança, procurou-se estudar sua trajetória até o momento de reconhecê-lo como médico de Capitolino. Assim, inicia a reconstrução de um retrato sobre esse médico, fazendo uma combinação entre a trajetória de Militão Bragança e sua participação na morte de Capitolino.

O Dr. Antonio Militão de Bragança, filho do renomado médico sergipano Francisco Antonio de Bragança, que atuara durante a proliferação de Epidemia do cólera morbo em Sergipe (1855-1856), nasceu em Laranjeira em 1860. Muito jovem ficou órfão de pai, como ele próprio deixa testemunhado em sua tese de doutorado através da homenagem destinada à memória de seu progenitor.

Cedo, muito cedo, aos quatorze anos apenas, nessa idade em que tudo para mim apresentava-se por um prisma risonho, quando ainda mal antevia as agruras que a cada passo surgem na senda escabrosa da vida, o sopro gélido da desapiedada morte arrebatou-vos deste mundo enganoso e cheio de ilusões.

Cruel separação! Irreparavel perda!

Senti-me orphã; tremulo e vacilante, mas cheio de fé e sempre lembrado dos conselhos edificantes que deixastes indelevelmente gravados em meu coração, continuei na minha vida escolastica, e, desde então, compenetrado do sagrado dever de honrar a vossa memoria, trabalhei muito e muito, e eis-me hoje chegado á nobre posição de Medico.

Já que o destino não permitiu que, neste momento, talvez o mais solemne de minha vida, eu vos estreitasse no mais intimo amplexo contra o meu peito repassado das mais acerbos saudades, lá da mansão dos justos abençoe a vosso ANTONIO que, seguindo o vosso exemplo, procurará não só trilhar o caminho da honra e da virtude,

¹⁰ Folha de Sergipe. 31 de março de 1895, n.442.

mas ainda, como vós, com proficiência e caridade desempenhar a missão santa de socorrer a humanidade sofredora.¹¹

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1883, tendo grau adquirido com a apresentação da tese “Paralisias consecutivas às moléstias agudas”. Segundo a descrição de Armindo Guaraná (1925), o Dr. Militão Bragança era “Médico oculista de reconhecidos sentimentos humanitários” possuía “créditos profissionais numa longa prática oculística” adquiridos a partir do exercício desta especialidade na cidade de Pão de Açúcar (Alagoas).

Seu interesse pela especialidade em oftalmia, provavelmente, surgiu por influência da convivência que teve com o Dr. Moura Brasil quando adquiria experiência clínica no Rio de Janeiro (SIMÕES, 1960, p. 77). De tal modo, sua fama como especialista em oftalmias estava registrada no jornal Folha de Sergipe, através do agradecimento de Antonio Ferreira da Silva.

Molestia dos olhos

Agradecimento ao Dr. Antônio Bragança

A este sabio e facultativo, um dos mais talentosos da actual geração sergipana, devo grande somma de gratidão pelo estabellecimento de meu filho Edgar de uma olphtamia purulenta que o accometera por alguns mezes passados, deixando-o privado da vista.

Em pouco tempo o illustre especialista. - Dr. Bragança, a despeito da rebeldia da molestia, curou-o completamente, ficando elle com a vista tão perfeita como se nada houvera soffrido; por esse motivo julgo de meu dever testemunhar-lhe de publico a minha gratidão, que será eterna.

Aracaju, 18 de fevereiro de 1895.

Antonio Ferreira da Silva¹²

A carta de agradecimento ao Dr. Bragança deixa explícito como este médico era reconhecido socialmente. Seu consultório, fixado em Laranjeiras, era “largamente frequentado por clientes de dentro e de fora do Estado” fato que pode ter contribuído para que Capitolino o tivesse escolhido para o tratamento de sua saúde.

Ao deparar-se com os testemunhos apresentados pelos pacientes, agradecidos pelos esforços e sucesso nos tratamentos empreendidos, pode-se obter uma perspectiva acerca da representação do médico na sociedade. A partir desses aspectos, é possível perceber nas cartas de agradecimento ao Dr. Bragança como este médico era reconhecido socialmente, fato que pode ter contribuído para que Capitolino o procurasse para o tratamento de saúde.

Allan Kellehear (2016) em seu trabalho *Uma história social do morrer* aponta que com o crescimento da classe média urbana que contribuiu para que houvesse um desdobramento crucial na profissionalização, o qual colaborou para mudanças na reação

¹¹ BRAGANÇA, 1883.

¹² Folha de Sergipe, 12 de fev. 1895, nº 413

diante do morrer, favorecendo a profissionais como os médicos tornar-se relevantes para administrar o morrer.

O médico como um profissional indispensável para administrar o morrer também tinha um papel significativo de batalhar com a morte. Assim, a manifestação de uma enfermidade dá evidência a uma proximidade com o morrer, este por sua vez contribui para se tornar um *lugar de serviços*. Parafraseando Kelleher (2016, p.268), “ao morrer, nós nos tornamos ‘consumidores de saúde’, ‘pacientes’, ‘clientes’, e até ‘objeto de pesquisa’.”

Um ponto deve ser ressaltado, como o médico representa o profissional que pode encorajar o enfermo a batalhar contra a morte ou como o amenizador dos sofrimentos na mesma. Assim, a morte administrada deve ocorrer em equipe, médico e paciente são agentes ativos, o que pode vir a qualificar como um “bom” morrer.

Considerando o que está descrito no agradecimento de Lucilla Costa ao Dr. Militão Bragança é possível compreender que, Capitolino e seu médico travaram uma batalha contra o avanço da doença, na tentativa de barrar uma morte iminente. No entanto, Capitolino veio a falecer enquanto estava em tratamento na clínica do Dr. Bragança, o que significa que a batalha foi perdida.

A morte de um paciente poderia afetar a integridade e o reconhecimento profissional do médico, já que durante o século XIX a idoneidade era algo importante para a construção de uma imagem que favorecesse ao aumento da clientela. Mas, a maneira que o profissional administrasse os cuidados nos últimos momentos de vida do paciente poderia refletir a importância de seus serviços. Os agradecimentos ao Dr. Bragança não só reconheciam os esforços do médico, como também representava um atestado de idoneidade. Era o reconhecimento que a morte de Capitolino representava uma fatalidade e não uma incapacidade médica de cura e que todo esforço despendido representou numa morte bem administrada.

1.5 A MORTE DE CAPITOLINO HENRIQUE DA COSTA: TRANSITORIEDADE DAS PRÁTICAS SOCIAIS

Mesmo com toda dedicação de seu médico e com todos os recursos terapêuticos destinados ao tratamento de sua enfermidade, Capitolino mostra sinais de fragilidade. E,

inevitavelmente, na noite dia 26 de março de 1895, como descrito em seu necrológio *as 10 e 1/2 horas da noite* ocorre o seu falecimento.

Prostrado em seu leito, na clínica do médico que lhe assistira, Capitolino dá seu último suspiro sob o olhar atento do profissional de saúde que o ajudou na batalha pela vida e administrou o momento de sua morte buscando aliviar seus sofrimentos, além da presença de "crescido número de amigos". Dentre estes amigos estaria Miguel Corrêa Leite, testemunha dos últimos momentos da vida de Capitolino, que deixou registrado em nota no jornal *Folha de Sergipe* a dedicação do médico,

[...]tendo acompanhado a vítima infeliz, por um dever sagrado, durante todo curso da terrível molestia que ceifou tão precisa existência, e sendo portanto, testemunha ocular dos dedicados e inolvidáveis serviços médicos que lhe foram prestados até exaustar o último suspiro, pelo inteligente e laureado Facultativo, o ilustre dr. Atonio Militão Bragança[...]¹³

Em toda documentação analisada sobre aqueles que testemunharam a morte de Capitolino, não há nenhuma menção de que ele soubesse a gravidade de seu mal, nem deixa transparecer se de alguma maneira esteve consciente ou disse as últimas palavras antes de morrer. A interpretação dada a esses silêncios estabelece uma provável caracterização de morte inaudita, ou seja, Capitolino morreu sem saber que ia morrer, ou ao menos não lhe foi anunciada.

Este fato indica a dessacralização da morte, o que simbolizou uma mudança cultural conduzida pelos médicos. A maneira sagrada de morrer não necessitava da presença do médico, o moribundo tinha seu fim prolongado até ser consumado, o único socorro que lhe assistia era o socorro sagrado. Porém, com o discurso civilizatório durante o século XIX, os profissionais da saúde passaram a interferir nestes tipos de práticas que envolviam a forma de morrer e passaram a administrar o momento da morte.

Desde o processo de higienização dos centros urbanos resultante da necessidade de conter a proliferação de doenças das quais vitimaram várias pessoas em diversas partes do Brasil, os médicos passaram a interferir na educação da sociedade. Já foi apontado nesse trabalho que houve mudanças na forma de cuidar do corpo na vida e na morte, e o momento da morte também foi afetado por esse processo reeducacional. Assim, médicos passaram a desenvolver estudos afirmando que as antigas práticas religiosas, que envolviam o momento da morte, afetavam diretamente os doentes através dos sentidos.

¹³ Folha de Sergipe, 31 de março de 1895, nº 442.

João José Reis (1991) ao analisar as mudanças ocorridas à sociedade baiana do século XIX a respeito das práticas de bem morrer, afirmou que a reeducação dos sentidos na sociedade foi posta como necessária para o bem dos doentes. Assim, hábitos como badalar de sinos e rituais fúnebres longos eram combatidos pelos profissionais de saúde, o que tornava a morte asséptica.

Dentre as justificativas dadas está a de que "a morte não devia ser lembrada, por representar uma espécie de chamamento". Segundo o autor, estudos desenvolvidos durante esse período apontavam para a sensibilidade dos enfermos através dos sentidos, ou seja, doentes que tinham certa progressão na melhora de sua saúde, acabavam por ter uma recaída após ouvirem sons que despertassem a proximidade da morte.

Ao analisar a morte de Capitolino a partir dos relatos apresentados por testemunhas do evento, é possível apontar elementos que representam uma transitoriedade dos comportamentos sociais diante da morte, observa-se uma percepção dos símbolos que indicam a representatividade das práticas culturais diante da morte em vários aspectos.

Há uma quebra de rotina e um isolamento do Capitolino para o seu tratamento. Ele se afasta de sua rotina, do convívio de seu grupo social em busca de tratamento em um outro espaço. Estes aspectos revelam atitudes próprias do processo de medicalização da morte. Nobert Elias (2001) afirma que este afastamento do enfermo do convívio social é próprio das mudanças comportamentais em relação a morte, que são provocadas pelo processo civilizador.

No entanto, o espaço e os cuidados direcionados ao enfermo não o priva de um ambiente que caracterize a um espaço familiar ou fraterno, algo próprio dos costumes do início do século XIX, que também remete a uma morte familiar, ou seja, com a assistência de amigos e familiares. Esses aspectos revelam a permanência e continuidades de práticas antigas. A presença de parentes e amigos é uma forma de reconfortar o moribundo.

Entender a figura do médico presente no momento da morte aponta a substituição do sacerdote, que até o início do século XIX era o responsável por registrar o momento da morte. No entanto, em 1895, já existia uma separação entre as funções da Igreja e do Estado, e os registros civis já eram de responsabilidades dos órgãos governamentais. Dessa forma, a presença do Dr. Militão Bragança diante do leito de morte de Capitolino, além de uma representação familiar, também pode ser considerada uma representação civil.

Registrar a hora e a causa da morte havia se tornado uma função do médico. Era dever do profissional da saúde constatar a partir de seu conhecimento técnico a ausência da vida, a

falta de respiração e dos batimentos cardíacos. O médico tinha por função registrar o momento e a causa da morte, que tinha o objetivo de confirmar que a morte não era aparente, para evitar o enterro por engano de indivíduos vivos, e contribuir para as estatísticas de morbidade (REIS, 1991).

Mas como tem-se ressaltado a história de Capitolino não representa uma ruptura de antigas tradições que dão origem a práticas contemporâneas diante da morte, e sim uma transição. Além da identificação da causa da morte de Capitolino pelo registro do necrológio no Folha de Sergipe, também se encontra o registro de óbito no livro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Aracaju) (registro nº. 9062. Ano 1895). O que prova que o cuidado asséptico do corpo se aliava ao cuidado com a alma na morte. O que o registro aponta é uma permanência das práticas da tradição religiosa em virtude do evento da morte (ver figura 4).

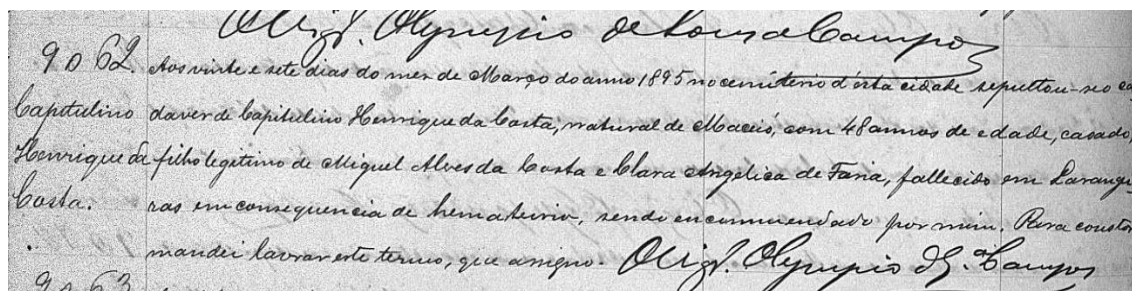


Figura 4 - Registro de óbito de Capitolino. Livro de Registro de óbitos da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Aracaju-SE, 1785-1994. Fonte: <<https://familysearch.org/>>

O registro de óbito realizado pela Igreja apresenta as informações pessoais de Capitolino, sua causa de morte e a encomendação do corpo pelo Pe. Olympio Campos, então vigário da igreja matriz Nossa Senhora da Conceição (Aracaju). A encomendação do corpo era o ritual de despedida do cadáver, realizado no ambiente doméstico ou religioso, feito pelo pároco à saída do funeral. Este ritual caracteriza-se pela solenidade que se dava pela manifestação de carinho e deferência dos vivos para com o morto, na saída deste para o cemitério (REIS, 1991)

Conforme visto, procura-se neste capítulo entender o que ocasionou a morte de Capitolino Henrique da Costa. Descrevendo sua doença foi possível perceber como a realidade vivida por Capitolino apresenta uma relação com o diagnóstico de sua enfermidade. Desta forma, descreve-se como o mal que o submetera pode estar relacionado com as questões de salubridade e a qualidade da água em Aracaju, no final do século XIX, revelando a realidade da saúde pública na capital sergipana.

Concomitantemente, percebe-se que Capitolino se caracteriza um sujeito imerso em uma sociedade em que o processo da medicalização passa a interferir nos hábitos e comportamentos sociais, tanto no cuidado da vida como na morte, o que revela uma relação médico/paciente sem que as tradicionais práticas religiosas sejam dispensadas neste momento.

Neste sentido, Capitolino revela-se um sujeito imerso no mundo urbano e moderno. Estes aspectos serão enfatizados através do seu ofício, assunto a ser tratado no capítulo seguinte.

2 O ARTISTA TIPÓGRAFO

2.1 A VIDA DE CAPITOLINO ENTRE A PRENSA E A IMPRENSA

Conforme foi dito anteriormente, Aracaju origina-se como cidade sob o signo do progresso e da modernidade. Mesmo com os problemas estruturais, devido a organização administrativa recém-implantada, em decorrência da transferência da sede da capital da Província de Sergipe de São Cristóvão para Aracaju, a cidade já se mostrara promissora.

Somada as dificuldades que a substituição da sede do governo acarretou, veio incluso o surto de doenças que acabou por atrasar o desenvolvimento das estruturas da cidade, sendo as verbas governamentais direcionadas a conter a proliferação das enfermidades que acometiam a população e dá socorro aos doentes. Porém, o flagelo da epidemia contribuiu para que políticas mais eficazes fossem implantadas na organização do espaço urbano.

Aracaju foi projetada com a perspectiva de ser um eixo de desenvolvimento do progresso de Sergipe. O crescimento econômico da província, na década de 1850, tornou uma das prerrogativas que impulsionou a instalação da sede do governo provincial em Aracaju, seguindo a "norma dominante da geopolítica da época" (NUNES, 2008, p.87).

Na década de 1860, Aracaju ainda estava se estruturando, muitas edificações civis e religiosas ainda se encontravam em construção. A incipiente vida urbana-industrial já tinha alcançado considerável importância e, juntamente, com a capital destacavam-se cidades como Laranjeiras, Estância e Maruim. Com o valor da vida na cidade, somou-se a relativa agitação cultural nos principais centros urbanos de Sergipe.

Com a intensidade da vida na cidade, surge a necessidade de se pensar um sistema de formação educacional, levando em conta o crescimento comercial, escasso de mão de obra qualificada. O processo de desenvolvimento econômico advindo do crescimento da exportação do açúcar favoreceu para que os incipientes centros urbanos comesçassem a ter uma maior concentração de habitantes.

Assim, com um ideal de desenvolvimento econômico sustentado na ideia de progresso, Aracaju começa a se apresentar como um espaço urbano favorável ao comércio, que se desenvolvia em decorrência do estabelecimento do porto em Aracaju. Toda esta movimentação contribuiu para o florescimento de políticas educacionais que passará a cooperar para o crescimento cultural da cidade.

É nesta Aracaju em vias de progresso, mas em constante construção que Capitolino Henrique da Costa se estabelece. Não se sabe ao certo o que teria motivado o alagoano a instalar-se na recente capital Sergipana. Muitas informações sobre ele são reveladas pelos relatos presentes no jornal *Folha de Sergipe*, os quais guiam a outras fontes documentais que ajudam a reconstruir a trajetória de vida de Capitolino. Mas as lacunas deixadas pelos documentos não invalidam a reconstrução da sua história. Utilizando-se das palavras de Dosse (2009, p. 297) "é possível superar as falhas das fontes para descobrir qual tenha sido seu mundo"

Capitolino Henrique *da Costa estabeleceu residência nesta cidade desde 1867*, viveu em Sergipe até sua morte por 28 anos. As motivações que o trouxeram a Aracaju está definida em seu necrológio: *o finado para aqui viera ainda muito jovem, afim de exercer a sua profissão de typographo.*

A afirmativa do redator do necrológio torna-se justificável quando, ao cruzar informações sobre a circulação de jornais em Aracaju na segunda metade do século XIX, tendo como sustento desta afirmativa a colocação de Thétis Nunes (2006) sobre as transformações socioculturais em Sergipe nesse mesmo período.

Maria Thétis Nunes (2006) ao analisar o crescimento da vida citadina em Sergipe no século XIX, mostra como o melhoramento da estrutura educacional foi um fator contribuinte para o despertar da imprensa em Sergipe. A autora indica o número de 134 jornais circulavam em Sergipe no final do império, sendo que destes, 79 circulavam em Aracaju.

É provável que a necessidade de profissionais tipógrafos na recente capital sergipana tenha motivado ao jovem de 20 anos de idade, com família constituída, procurasse espaço para estabelecer-se e alcançar certa ascensão social. Se não chegou a alcançar uma melhoria financeira ao menos prestígio e respeito na sua classe Capitolino Henrique da Costa adquiriu êxito.

Reconhecido como *artista typographo*, e por ocasião de sua morte, em sua biografia transcrita no jornal *Folha de Sergipe*, na edição de 29 de março de 1895, foi descrito como *o primeiro de todos. Sua geração de typographos de Sergipe não desdourava de reconhecê-lo como um mestre.* Com tantos agrados destinados ao exercício de sua profissão, instiga a curiosidade quanto às características do exercício da atividade do tipógrafo no século XIX. Para tanto, vale buscar resposta no entendimento do que era ser tipógrafo e, o que permite que Capitolino Henrique da Costa tenha o título de artista tipógrafo.

Tais títulos podem ser melhor compreendidos ao buscar a definição das palavras utilizadas dentro do contexto do século XIX. De acordo com o Dicionário da Língua Brasileira de Luis Maria da Silva Pinto (1832), *typographia* tem por definição arte de imprimir, por sua vez o *typographo* define-se como impressor. Assim, o tipógrafo é aquele que detém o conhecimento técnico para desenvolver a tarefa de imprimir. No entanto, ao buscar a compreensão da característica dada a Capitolino, conferindo a ele o reconhecimento de artista tipógrafo, entende-se a partir das definições apresentadas no dicionário de Pinto, que o artista tipógrafo é aquele que possui a prática facultativa, que dá as regras para realizar a tarefa de imprimir com acerto.

Desta maneira entende-se que o título dado a Capitolino favorece à compreensão de que sua experiência na atividade tipográfica era merecidamente reconhecida pelas suas habilidades. Reconhecimento que lhe proporcionou o conferido título de mestre, aquele que ensina alguma arte ou ciência, dando provas que ao deter o conhecimento ele também foi apto a transferi-lo para outros.

Entender a atividade de tipógrafo se torna um desafio ao considerar que as fontes raras e muitas vezes oficiais não facilitam adentrar no cotidiano deste ofício. É válido ressaltar que o exercício desta atividade está intimamente ligado a vida urbana, já que as oficinas tipográficas e os jornais surgiram no espaço citadino. Portanto, são elementos representativos das sociedades que passam a ter um ritmo de vida alinhado no âmbito da cidade.

As poucas fontes que descrevem a atividade de tipógrafo não facilitam a reconstrução da realidade do cotidiano destes profissionais, porém, os próprios jornais acabam por fornecer vestígios que ajudam a conhecer os profissionais que se dedicavam a emitir, informações, notícias e ideologias, e as dificuldades no exercício do ofício.

Cristiano Gomes e Marta R. Maia (2013) ao tratar sobre imprensa “na região dos Inconfidentes”, afirmam que a tipografia era considerada a arte da impressão. Segundo os autores, alguns intelectuais do início do século XIX se encontravam e buscavam aprendizagem de algumas técnicas na Oficina Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco Cego em Lisboa, trazendo para o Brasil os frutos desta aprendizagem, o que resultou na fundação das primeiras tipografias no país.

O ofício de tipógrafo é estabelecido após a instituição da primeira tipografia instalada na Bahia, a partir de licença concedida pelo rei de Portugal a particulares, marcando os primeiros passos da imprensa como empreendimento (ANDRADE, 2013). Com o

estabelecimento de tipografias, evidentemente, exigiu o uso de instrumentos apropriados e mão de obra especializada para o funcionamento destas oficinas.

A necessidade de um trabalho especializado constituía-se num conjunto de atividade que abarcava desde a composição das chapas tipográficas à revisão do trabalho impresso. Tais atividades compunham a função do ofício do tipógrafo, muitas vezes configurando todas as atividades em um só indivíduo, podendo o próprio dono da oficina tipográfica estar revezando nas atividades que envolvem todo o processo de produção.

Luciano da Silva Moreira (2008, p. 32) descreve as dificuldades que compunha a realidades das tipografias do século XIX e as atividades das mesmas nas primeiras oficinas em Minas gerais,

O proprietário, por vezes, revezava-se nos papeis de redator, compositor e impressor. Além, do mais, a maioria das tipografias, senão todas. Estava às voltas com problemas gerados pelo pequeno número de funcionários. No entanto, esses mediadores foram indispensáveis na produção impressa. Eram compositores e impressores quem ordenavam os tipos, compunham o texto e apertavam as prensas que traziam a luz os panfletos, proclamações e periódicos [...].

As dificuldades em relação à mão de obra também estavam presentes no jornal administrado por Capitolino. Na edição do *A Folha de Sergipe*, publicada no dia 21 de julho de 1886, exemplifica como tais necessidades afetava a produção e circulação do jornal.

Em consequência de grave encommodo de que foi victima o nosso impressor; Aquilino de Souza Amaral, e não sendo fácil de substituir, no trabalho da machina especial que possuimos, fomos forçados, a fazer uma pequena interrupção na Folha, do que pedimos desculpas ao srs. assignantes!

A falta de pessoas habilitadas a trabalharem com os instrumentos das oficinas tipográficas poderiam afetar a publicação de materiais, dos quais eram provenientes os recursos que mantinham o funcionamento da oficina. Assim como, acarretava na interrupção da circulação dos periódicos, dos quais se primava pela qualidade da impressão dos mesmos.

Provavelmente, novos profissionais eram formados no exercício prático das funções desenvolvidas dentro da tipografia, durante o funcionamento da mesma pelo tipógrafo da oficina. Possivelmente, esta prática tenha conferido a Capitolino o título de “mestre”, por ter ensinado vários impressores o manejo com a máquina.

Esta aprendizagem improvisada na prática cotidiana, no funcionamento de uma oficina tipográfica, poderia afetar a qualidade da impressão pela falta de prática no manejo do maquinário. Na mesma edição do *A Folha de Sergipe*, que foi anteriormente citado, na última

página encontra-se a seguinte nota: *Tendo ainda pouca pratica no serviço da machina a pessoa que esta substituindo o nosso impressor pedimos, relevação das faltas que forem encontradas na impressão.* Uma prova emitida pelo próprio jornal das dificuldades técnicas do funcionamento de uma tipografia na necessidade de haver uma substituição de mão de obra.

O exercício da arte tipográfica conferia certa distinção social. O ofício de tipógrafo como sendo uma atividade que demandava força e resistência, além de exigir certo conhecimento técnico. O ofício acabava por contribuir “na divulgação de saberes, técnicas e doutrinas, participando ativamente do processo de estabelecimento de um espaço público” (MOREIRA, 2008), fator que contribuía para que o Estado estivesse sempre atento na repercussão do trabalho destes profissionais.

Ao entender a atividade e o que significa ser tipógrafo, é possível tomar a reflexão sobre as características despendidas a Capitolino Henrique da Costa. O reconhecimento de Capitolino como “mestre” proporciona o entendimento de sua qualidade também como aquele que passa o segredo do seu ofício. A ênfase no título de “artista” leva a perceber que ele não só era conhecedor de todas as funções de um tipógrafo, mas que ele desempenhava estas funções com muita prática e afinco, pois, *elle ligava seu espirito ao jornal ao jornal que administrava.*

O entusiasmo pelo trabalho e o ritmo da prática diária de seu ofício foi rompido com sua morte. E através da fatalidade, da perda, que passou a ter o reconhecimento de seus trabalhos. Fica evidente através do descrito em seu necrológio, *a morte, surpreendeu-o no meio de tantos e tão continuados trabalhos, dissipou para sempre todas as esperanças, que lhe pairavam n'alma de artista.*

2.2 POR TRÁS DAS LUTAS DIÁRIAS NO *FOLHA DE SERGIPE*

De acordo com Thétis Nunes (2008), em meados do século XIX os sinais de progresso e agitação vieram através dos jornais. Estes periódicos propagavam ideologias e cultura próprias. Cada publicação transmitia os interesses políticos e intelectuais dos administradores e responsáveis pela publicação dos títulos periódicos. Devido à forte representação ideológica dos jornais somados a crise política e dificuldade na manutenção de materiais, muitos tinham um período de circulação muito curto, ou sofriam constantes interrupções.

O jornal *Folha de Sergipe* foi um dos jornais que teve maior tempo de circulação em Sergipe, apesar de constantes interrupções na sua produção e circulação, e algumas mudanças em sua administração. O jornal teve origem no ano de 1886 e para definitivamente de circular em 1911, sendo que dentre esse período ele sofreu três interrupções ocasionadas por confrontos políticos e assaltos a tipografia. Somando suas fases o tempo total de circulação foi de 12 anos. Durante esse período, Capitolino Henrique da Costa estará presente na administração do *Folha de Sergipe* desde sua origem, em 1886 até o ano de sua morte, em 1895.

No ano em que foi inaugurado esse periódico denominava-se “A Folha de Sergipe – Diário da Manhã” o qual possuía um conteúdo literário e noticioso. Seu suporte material era impresso no formato 22 x 32 cm, com quatro folhas e texto redigido em três colunas. Sua produção e distribuição se davam em própria tipografia.

Características que enquadram o *Folha de Sergipe* nos modelos de jornais que surgem a partir da segunda metade do século XIX. Este modelo caracterizava-se por um jornal independente, com próprias gráficas e com impulso empresarial, independentemente de sua corrente ideológica, seja conservador ou liberal (BAHIA, 2009).

O *Folha de Sergipe* possuía gráfica própria, mas não significa que a mesma fosse uma grande oficina. Muitas tipografias funcionavam de forma rudimentar, somente nos grandes centros urbanos que tinham tipografias mais estruturadas e com suporte material e técnico favorável.

No entanto, o jornal já demonstrava um aspecto empresarial desde sua origem. Em sua tipografia já se oferecia serviços de impressão e espaços dedicados a anúncios no *Folha*, os quais ajudavam no orçamento a partir da venda de espaço para anúncios (Ver figura 5).

FOLHA DE SERGIPE

Albrecht & Companhia

DEPOSITO

Especial de generos nacionaes e estrangeiros. Casa de comissões. Importa directamente do estrangeiro. Vendas em condições muito favoraveis a retalho.

J. R. Bastos Coelho

CASA DE CONFIANCA

Em generos de molhados; especialidade em vinhos finos e Figueira. Agencia da Companhia de Agricultura e Interesse Publico

Na typographia d'A FOLHA DE SERGIPE,
a unica que possui um prelo americano de aperfecção systema, imprime-se qualquer trabalho com gosto e luxo.

A LOJA PHENIX

Esplendido sortimento de fazendas de todas as qualidades: calçados para senhoras, homens e meninos; parafumarias, chapéus de moda e de armario; grande quantidade de chapéus de cabeça para homens e senhoras.

A' RUA DE LARANJEIRAS

Araujo Porto & Comp.

Especialidade em madeiras e materias para construcções. Taboas de pinhos de todas as grossuras. Cabos, tintas e muitos outros artigos. Preços commodos.

JUCUNDO & COMP.

Tem a honra de scientificar ao respeitavel publico, que acaba de receber para a sua arrazena o mais completo e variado sortimento de fazendas finas e grossas, mucozas, perlamarias e objectos de moda. Vendas pelo preço da Bahia, onde tem um socio encarregado de recolher as fazendas e remette-las por todos os vapores.

NICOLAU PUNGITORI

Recebeu da Bahia na ultimo vapor um grande sortimento de generos seguintes:

Vinho-aguas, vinagre de Lisboa, cerviça marca cavallo, carta soca de 1ª qualidade, bolitas, coxilhas, macarrão e phosphores.

No Rio de Janeiro recebeu a guarente paraty, laranjinha essecul, cognac, vinagre nacional limo e branco, licor fino, genebra, velas de campalices, vinho vermouth Tormo, queijos flamengos, vinho do Porto, chá, manteiga a 1250 a libra, e café.

Recebeu o mesmo um grande sortimento de seixos, seixos brancos e de cores, velutinas pretas e de cores, lústio branco e de cores, lústio branco e de cores, setenta arrendada, dita lavrada, chapéus do sul para ambos os sexos, bengalas de phantasia, calçados para homens, senhoras e crianças, réos, armatias, fures de laranjeira, pentes de phantasia para francez.

leu-se

Nas ruas d'esta cidade uma volta de ouro com enfeites, propria para pescoso de criança; quem a achou póde entregar a Estevam Pereira Coelho, que será generosamente recompensado.

SEGUROS

José R. Bastos Coelho, agente ha mais de 10 annos nesta capital, da companhia Interesse Publico, uma das mais acreditadas do mundo, toma seguros maritimos de generos e dinheiros para qualquer p. rte do globo, em navios a vela ou em vapores, bem como segura por conta da mesma companhia, contra o risco de fogo, raios e suas consequencias, propriedades e generos depositados em trapiche, a premio muito modico.

E' diso-essario dizer-se qualquer coisa a respeito dos creditos d'esta companhia, pois que é bem conhecida, não sendo nunca embaraços sobre o pagamento de sinistro.

Figura 5- Página de anúncios de A Folha de Sergipe de 09 de julho de 1886.

O conteúdo apresentado no jornal *Folha de Sergipe*, nesta primeira fase, é um exemplar de um jornal amador, com um caráter de folhetim, no qual o conteúdo apresentado transitava entre a literatura e os noticiários. Também apresentava uma densidade de contos, poemas, conselhos diários, anedotas, queixas sobre o serviço público, notícias de âmbito local, nacional e internacional. Essas características irão mudar na segunda fase deste jornal.

Nesta primeira fase o tempo de circulação do jornal *Folha de Sergipe* foi bem mais curta que as demais. É provável que *A Folha de Sergipe* tenha circulado por menos de um ano nesta primeira fase. Originou-se e foi interrompido no mesmo ano de 1886. Clodomir Silva, em *Álbum de Sergipe*, ao tratar sobre a imprensa em Sergipe, apresenta uma listagem de jornais que circularam em Aracaju entre o século XIX e o início do XX. Ele aponta “A Folha de Sergipe” como tendo circulado somente no mesmo ano em que foi fundado (SILVA, 1920, p. 100).

Nas edições dessa primeira fase não há nenhuma justificativa apresentada por parte dos redatores sobre a interrupção de *A Folha de Sergipe* naquele ano. No entanto, retomando sua publicação no ano de 1890, período que se caracteriza como sendo segunda fase, o jornal reaparece com o título sem o artigo definido, intitulado somente como *Folha de Sergipe*.

Em seu primeiro número, tendo voltado a circular no fórum de opiniões de Sergipe em data significativa, 15 de novembro de 1890, quando o sistema político republicano

completava um ano que havia sido instaurado no Brasil, o jornal *Folha de Sergipe* justifica “o fim do aparecimento no foro de opinião”.

Pede o uso geralmente acceito que expliquemos o fim de nosso apparecimento no foro de opinião.

Inspirou-nos a gravidade da situação, na qual transcendem o revolotear dos elementos dynamicos para estabelecer nossa autonomia.

Nem de indifferentes ás difficuldades que assoberbam o novo caminho, nem de infieis ao exito da nova organização política jamais nossa fibra de patriotas toleraria a posição.

Verdadeira crise, em que explodiria o choque entre a dynamica e a statica se o patriotismo não actuasse como isolador, manifesta-se por toda parte ao encontro de interesses que se chocam e ao fermento de paixões que se desenvolvem.

A ordem e o progresso pedem franca estrada e desta devem ser obreiros a justiça e a liberdade.

Si a nossa educação política não dispensa ensinamento, o estado critico dos negocios publicos, agravando sobre modo os interesses privados, colloca-se na dependencia de criterio, que só pode encontrar-se na franca e livre discussão de todo o movimento social, collocada nas regiões serenas da neutralidade.

Ahi estão as razões de nossa entrada nas lides da imprensa com a Folha de Sergipe, periodico rigorosamente neutro, cioso de sua responsabilidade e moralidade e rico de zelos pela justiça e pela ordem.

Ella propõe-se advogar os interesses da communhão, esmerando-se de preferencia pela lavoura, como principal fonte de nossa riqueza, para a qual, não obstante, têm sido por demais escassos e sophisticos os auxilios do governo.

N’este intuito procurará collocar-se sempre superior às paixões e aos interesses privados, desviando-se das personalidades.

E tal é o compromisso que tomamos perante a opinião.

Apesar de se colocar como um periódico neutro, a justificativa apresentada para sua saída do fórum de opiniões, assim como seu retorno, acaba por revelar influências do contexto político vigente durante as duas fases de circulação. A neutralidade expressa não corresponde às agitações políticas que o *Folha de Sergipe* publicou em suas páginas durante essa segunda fase, assim como os conflitos vividos por Capitolino Henrique da Costa em decorrência de suas publicações.

O discurso apresentado na justificativa da ausência e do retorno do *Folha de Sergipe* no espaço de opinião pública está carregado do ideário republicano, que com uma proposta de maior participação popular no governo, sugeria que o público estaria acima dos interesses privados.

Os jornais têm a meta de atingir o público em nome de uma causa utilizando-se de vários artifícios (CAPELATO, 1988). O *Folha de Sergipe* em sua segunda fase coloca-se dentro de uma nova conjuntura política para atrair um público leitor ávido por informações

acerca da nova realidade, expondo para o público o conhecimento sobre as decisões públicas, principalmente em relação às decisões políticas que viessem a afetar a economia do estado.

Como Sergipe tinha uma base econômica agroexportadora, o retorno das publicações desse jornal deixa esclarecido que se coloca como meio de “advogar” os interesses em comum a respeito dos negócios da lavoura. A década de 1890 refletia uma crise na produção açucareira, que tinha como consequência a falta de mão de obra, a redução da lucratividade da produção somada ao avanço industrial, fazendo com que a produção artesanal do açúcar sofresse com o elevado preço desse produto no mercado de exportação (DANTAS, 2004).

É possível perceber que o jornal *Folha de Sergipe* retorna com o perfil que atingia um público elitizado, com interesses nas informações das decisões do governo e no interesse comercial e agrícola. Assim, diferente de sua primeira fase, o jornal volta com características mais sóbrias, afastando-se de seu caráter literário.

O distanciamento entre o jornalismo e a literatura se dá a partir da tendência, ao que Lavina Madeira Ribeiro (1998) chama de “industrialismo da imprensa”, que consiste no conjunto de fatores no qual consolidam a institucionalização da imprensa. Tais fatores correspondem à ampliação dos recursos infra estruturais de funcionamento e das suas condições organizacionais de divisão do trabalho, com especialização dos setores e funções, assim como, a implantação de maquinários tecnologicamente avançados, somados a novos eventos técnicos e métodos de reprodução em grande escala.

As mudanças percebidas no suporte físico e no conteúdo do jornal, entre sua primeira e segunda fase, refletem o processo de institucionalização da imprensa em Sergipe. É evidente que esse processo não se dá no mesmo ritmo e proporção como nos grandes centros urbanos, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, mas já é possível perceber que os donos de tipografias e jornais, já estavam procurando o aperfeiçoamento de suas oficinas e um melhoramento no seu produto.

Esse processo de transformação do *Folha de Sergipe* para um dos jornais mais próximos de uma institucionalização, dá-se a partir do momento em que passa a abandonar seu caráter literário, e começa a emitir um discurso jornalístico mais opinioso, mesmo que centrado em um discurso político.

Nesse caso, as questões políticas e econômicas abarcavam naquele momento o interesse da maioria da elite sergipana, acaba por ampliar a circulação do jornal *Folha de Sergipe*, que chegou a atingir outras cidades, tendo agentes que contribuíam para a circulação da dita Folha.

No ano de 1891, a *Folha de Sergipe* era distribuído em Laranjeiras, Maruim e Riachuelo. Tendo como agente Major Alexandre Telles de Menezes, o Dr. Arthur Pereira Meira e o negociante João Luiz de Vasconcellos, respectivamente. No ano de 1895, o *Folha de Sergipe*, além dos já citados municípios, era também distribuído em Pacatuba, tendo como agente nesta localidade o Sr. Batista Coelho e Mello; em Japaratuba, o agente Major Manoel Rolemberg Menezes e, São Paulo (Frei Paulo), o tenente João Rezende Cerqueira.

Se a circulação do jornal ampliou sua distribuição no espaço geográfico, isso possivelmente reflete da necessidade de transformação no espaço organizacional da produção e uma delimitação nas funções exercidas dentro das oficinas.

Nesses aspectos, o desenvolvimento do *Folha de Sergipe* torna-se bem mais tímido, pois, as tipografias sergipanas, possivelmente, eram de pequeno porte e, portanto, com pequeno número de empregados. Porém, a ampliação das reproduções das tiragens do jornal pode ter estimulado a algumas transformações e um acréscimo de mão de obra dentro da tipografia, mesmo que tenha sido um crescimento ínfimo.

Outro fator, que pode ter contribuído para um aperfeiçoamento das atividades tipográficas e do jornal, foi o fato de passar a ter uma publicação diária. Nessa segunda fase, iniciada no ano de 1890, o jornal é publicado duas vezes por semana, mas na sua primeira edição deixa ressalvas quanto à pretensão de tornar-se um jornal diário: *Damos presentemente este jornal duas vezes por semana, publicá-lo-hemos diariamente em pouco tempo*¹⁴ (ver figura 6).

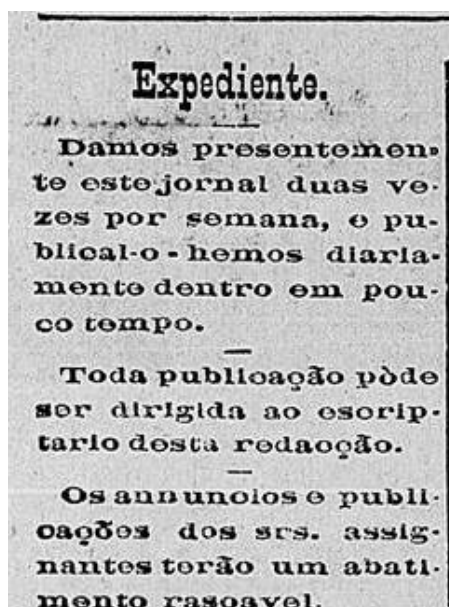


Figura 6 - Trecho da primeira página do Edição de nº2 do *Folha de Sergipe*.

¹⁴ *Folha de Sergipe*, 20 de novembro de 1891, Edição de n. 02. Acervo: Biblioteca Nacional.

A publicação e circulação dos jornais estavam condicionadas ao Código Penal através do decreto de Nº 847, de 11 de outubro de 1890, que determina a necessidade de uma licença prévia da Intendência ou Câmara Municipal, com declaração do nome do dono, ano, lugar, rua e casa onde tiver de estabelecer oficina.

DO USO ILLEGAL DA ARTE TYPOGRAPHICA

Art. 383. Estabelecer officina de impressão, lithographia, gravura, ou qualquer outra arte de reprodução de exemplares por meios mecânicos ou chimicos, sem prévia licença da Itendência, ou Camara Municipal do lugar, com declaração do nome do dono, anno, lugar, rua e casa onde tiver de estabelecer a officina,, ou o lugar para onde for transferida depois de estabelecida:

Pena - de multa de 100\$ a 200\$000.¹⁵

No ano de 1891, o *Folha de Sergipe* já era publicado diariamente, porém, Capitolino não tinha autorização perante a lei para que o jornal tornasse um periódico diário. O fato é que, em julho deste mesmo ano, Capitolino recebe uma intimação judicial para regularizar a situação do jornal *Folha de Sergipe* (ver figura 7).

¹⁵ Código penal dos Estados Unidos do Brazil. Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890. Fonte: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 28.05.2016.



N.º 78

Propriedade em 16-4-91

Páço da Intendencia Municipal de Aracaju

Em 13 de Julho de 1891

M.ºs Cidades D.ºs Chefe de Policia

Publicando-se nesta cidade a. Folha de Sergipe, sem que os seus redactores tenham pedido a esta Intendencia a previa licença com as declarações de que trata o art.º 383 do Codice criminal, levo isto mesmo ao vosso conhecimento, afim de que vos digneis de tomar providencias no sentido não só de ser applicada a pena do mesmo artigo ao mesmo jornal, com tambem de ser satisfeito o pagamento do imposto de 180000\$, devido a esta Intendencia por officina typographica.

S. J.

Senhor D.ºmº Valente
O Secretário
Munim Luis de S. Aguiar

Figura 7 - Notificação sobre a irregularidade da publicação do Folha de Sergipe. Fonte: Arquivo do Judiciário do Estado de Sergipe. Aju - 1VCRI. Sumário de culpa. cx. 2640.

Fazendo um cruzamento entre os depoimentos contidos no processo e as edições do jornal Folha de Sergipe, Capitolino investiu em uma tentativa de burlar o decreto. A acusação destinada ao proprietário do *Folha de Sergipe*, consistia na regularização da edição do

periódico, já que ele conseguira provar que tinha a declaração que regulamentava o funcionamento da tipografia desde o ano de 1880, a qual afirmava o seguinte:

Certifico, em vista de de que pedeo cidadão Capitolino Henrique da Costa, um a petição Extra, que recorro o respectivo livro de termos de responsabilidade de oficinas typographicas, á folha sete do mesmo livro – está lançado o seguinte termo – Termo de declaração do editor do periódico = Gazeta de Aracajú = , como abaixo se declarao.

Aos vinte e nove dias do mez de Maio de mil oito centos e oitenta, no Paço da Câmara Municipal desta capital, onde se achava o presidente da mesma – José Guilherme da Silva Martins, commigo Secretario a seu cargo nomeado, compareceo o cidadão Antonio Vieira de Jesus, e disse que declarava em virtude de seu requerimento, ser o editor responsável do periódico que está sendo publicado n'esta cidade, denominado “Gazeta de Aracajú” na typographia estabelecida à rua de Itaporanga; caza numero vinte; e que desde já assumia a responsabilidade do referido periódico. Sendo aceita pelo senhor Presidente a declaração feita; em presença das testemunhas abaixo assignadas, mandou lavrar o presente termo, em que assigna com as testemunhas, o dicto commigo Manoel Alves Machado, Secretario que o escrevi. José Guilherme da Silva Martins, P. Manoel Alves Machado, secretario, Antonio Vieira de Jesus, como testemunha Capitolino H. da Costa, como Testemunha Pedro Celestino de Rezende Nogueira. Com uma estampilha de duzentos reis devidamente inutilisada. Em que continha como dito termo a cujo original dou exposto e dou fé.

Para constar, Eu Manoel Dias de Souza Azevedo, Secretario

Lavrei a presente certidão a assigno

Paço da Câmara Municipal de Aracajú, em 30 de Julho de 1891.

Manoel Dias de Souza Azevedo¹⁶

No entanto, o documento apresentado por Capitolino neste processo consistia numa autorização dada à antiga *Gazeta de Aracajú* que iniciou seu funcionamento no ano de 1879, ou seja, o documento correspondia a autorização da circulação do jornal que anteriormente era impresso pela tipografia que Capitolino havia comprado e não para a circulação do jornal *Folha de Sergipe*.

Outras tentativas de burlar a lei foram investidas, como formas de evitar provas que viessem a incriminar Capitolino fez com que houvesse a retirada de seu nome do frontispício do jornal, durante o período em que tramitava o processo. Durante os meses de julho e agosto do ano de 1891, o jornal *Folha de Sergipe* era editado contendo somente a identificação de *redactores diversos*, em substituição ao nome de Capitolino. Quando questionado em depoimento, Capitolino afirmava que o jornal pertencia a uma associação.

Durante o processo, uma das testemunhas, Antônio Carracosa, agente de leilões, afirmou que soube que a tipografia foi comprada com a contribuição financeira do Barão de Maruim, Dr. Coelho e Campos e Dr. Lacinio Tavares Santos. Essa afirmação evidencia a proximidade de Capitolino com o grupo político de origem conservadora. Como também,

¹⁶ AGJES. AJU – 1VCRI. Sumário de Culpa. Cx. 2640.

demonstra como muitas vezes se buscava recursos financeiros em barganha ao apoio político, da mesma maneira estes grupos tinham nos jornais o apoio para a propaganda ideológica.

Sem conseguir provar que o jornal pertencia a uma associação, e com as testemunhas afirmando saber ou “ouvir dizer” que Capitolino Henrique da Costa era proprietário da tipografia e do jornal Folha de Sergipe, ele perde o processo sendo condenado a pagar multa de 150 mil réis.

O processo por falta de licença para a circulação diária revela uma entre tantas dificuldades que o exercício da atividade de tipógrafo conferia. Somando-se aos problemas que o ofício de Capitolino oferecia, estava a concorrência com outros periódicos e tipografias, além dos embates políticos que poderiam gerar mais processos ou o fechamento das oficinas.

2.3 NAS LIDAS DA IMPRENSA O EMBATE POLÍTICO

Associado aos interesses que estavam por trás do Jornal Folha de Sergipe soma-se a participação política de Capitolino Henrique da Costa. De acordo com seu necrológio, Capitolino sempre estivera envolvido com a política desde a vigência do regime monarquista, apoiando o grupo conservador. Após o estabelecimento da República, ele manteve-se fiel aos ideais do grupo político que compunha o partido conservador, sendo reconhecido como representante da imprensa para este grupo.

A representatividade de Capitolino na política não correspondia somente a defesa dos ideais de seu grupo partidário, mas também a sua participação na atividade pública. Capitolino deu início a sua vida política em 1873, quando eleito pela primeira vez como vereador para a Câmara Municipal de Aracaju, tendo mandatos consecutivos em 1877 a 1881, e de 1881 a 1885, voltando ao cenário político em 1894, este interrompido em 1895 com sua morte (NASCIMENTO; NASCIMENTO, 2012).

Em seu segundo mandato como vereador, especificamente no ano de 1880 assumiu a presidência da Câmara de Municipal. Durante seu mandato, a documentação existente revelou sua preocupação com as questões de ordenamento em Aracaju, como pode ser visto na transcrição de um edital publicado no Gazeta de Aracaju em dezembro de 1880¹⁷.

¹⁷ Gazeta de Aracaju, 11 de dezembro de 1880, n. 78. Acervo da Biblioteca Nacional.

EDITAES

O cidadão Capitolino Henrique da Costa, presidente da câmara municipal do Aracajú, e seu termo, em vista da lei &c.

Faz publico a todos os munícipes que, no 1º de janeiro do próximo anno de 1881, se procederá a correição, segundo determina a lei de 28 de outubro de 1828; e que serão multados os proprietários, cujos prédios não estiverem nas condições do art.21 do cod. de posturas em vigor, o qual vae abaixo transcripto.

Art. 21 são obrigados os proprietários de cazas, sobrados e muros desta capital a fassel-as caiar, ou pintar nas suas frentes e oitões que dão para as ruas, no mez de dezembro de cada anno, sob pena de 8\$000 de multa. E para constar lavrou-se o presente edital, que será afixado na porta da mesma câmara e publicado pela imprensa desta cidade, assignado pelo senhor presidente. Eu Manoel Luiz de Souza Azevedo, secretario, que o escrevi.

Secretaria da câmara municipal do Aracajú, 1º de dezembro de 1880

Presidente da câmara, Capitolino Henrique da Costa

Além do ordenamento de Aracaju e o cumprimento dos códigos de posturas, o mandato de Capitolino na Presidência da Câmara foi marcado pelas dificuldades financeiras da capital. As documentações existentes no Arquivo Público do Estado de Sergipe¹⁸ revelam uma série de correspondências em que funcionários e prestadores de serviços solicitam o pagamento por serviços executados, são ajudantes de ficiais, porteiros, arborizadores, serviços de asseio público, entre outros.

Entre os períodos de 1886 a 1893, não foi encontrado registros de atuações políticas de Capitolino. É a partir do ano de 1890, dentro do intervalo apontado anteriormente, que o *Folha de Sergipe* torna-se instrumento de notícias, denúncias e embates político. Os jornais eram veículos da propaganda ideológica política que estava se instituindo com o estabelecimento do regime republicano.

Os movimentos de combate ao regime monárquico e da propaganda republicana estabelece-se em Sergipe em 1888, utilizando-se da imprensa e inaugurando clubes republicanos, que possuíam um caráter progressista e tinha como figura representativa Silvio Romero. Essas ações tiveram origem na cidade de Laranjeiras, estendendo-se a cidades como Itaporanga, Maruim, Estância e Propriá (OLIVA, 1991).

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os embates entre os grupos políticos divergentes em Sergipe, um com caráter liberal e o outro conservador, passou a centrar-se em Aracaju, que dará origem a novos partidos políticos. No ano de 1890, surge nesse cenário, o Partido Republicano que possuía pouco suporte eleitoral, o Partido Católico, fundado pelo Pe. Olympio Campos por solidariedade ao clero baiano possuía um caráter conservador e o Partido Nacional, formado por ex-monarquista que aderiram a república após a Proclamação, eram provenientes do Partido Liberal do Império e tinha como representantes

¹⁸ APES. Correspondências. CM¹ 09. Documentos diversos.

de destaque Coelho e Campos e Leandro Maciel. (DANTAS, 1989, p.32). Estes grupos passaram a protagonizar os embates e disputas de poder em Sergipe, posteriormente, originando os grupos opositores, denominados “Pebas” e “Cabaús” (1894).

Até o ano de 1898, o grupo dos “Pebas”, constituído por republicanos, manteve-se no poder, gerando na política sergipana acirradas disputas com o grupo oposto, os “cabaús”, composto pelos antigos políticos (velhos monarquistas). Essas disputas ficaram marcadas pelos conflituosos processos eleitorais e tomadas de poder.

O conflituoso quadro político na primeira década do governo republicano no Brasil teve os jornais como veículos de embate e propagação ideológicos. De acordo com Juarez Bahia (2009, p. 64), o papel da imprensa é mais bem compreendido quando em momentos de conflitos sociais, econômicos e financeiros, pois, é nesse contexto que se pode observar as particularidades de um jornalismo militante, ideológico e agitador.

O jornal *Folha de Sergipe* sempre apresentou matérias atentas às disputas de interesse do grupo político conservador, criticando constantemente as medidas do grupo opositor e denunciando situações consideradas, através de sua orientação conservadora, o que estaria indo de encontro aos interesses públicos.

Estas reivindicações acabavam por provocar a ira dos adversários que de alguma maneira procuravam dar respostas ou vingar-se das acusações. Não era difícil que estas respostas viessem por meio da violência e depredação. Em 19 de agosto de 1894 circulou a edição de nº 277, após alguns dias que o jornal *Folha de Sergipe* não emitia a impressão e distribuição do periódico ao público, a justificativa é apresentada em primeira página.

Na noite de 4 para 5 do corrente, das 10 para as 11 horas da noite, muitos indivíduos desconhecidos, aproveitando se da sombra e do silêncio, arrombaram a porta de nossa officina, destruindo tudo quanto encontravam em seu caminho uns verdadeiros vândalos.¹⁹

Ao retomar as atividades da tipografia, o *Folha de Sergipe* ainda enfatiza, *de volta a luta que o de nos impôs, saberemos ter calma e a coragem necessárias para enfrentar novos atentados apelando para o futuro*²⁰. A afirmativa revela a constante ameaça que a imprensa vivia diante da adversidade política.

De fato, entre tantas batalhas enfrentadas e publicadas através do jornal *Folha de Sergipe*, novas formas de atentados e processos irão surgir ao longo do tempo, mantendo-se

¹⁹ Trecho da matéria intitulada Ataque à Imprensa. *Folha de Sergipe*, 19 de agosto de 1894, n.277.

²⁰ Idem.

no fórum de opiniões. Dentre estes mais um processo surge contra Capitolino Henrique da Costa, acusado de publicar matéria com conteúdo calunioso contra Sylvio Romero.

Na edição de número 380, datada de 13 de janeiro de 1895, aparece no *Folha de Sergipe* uma matéria de primeira capa intitulada “Anarchia no Tesouro”. A matéria consiste em uma denúncia acerca da situação em que se encontrava a repartição do Tesouro do Estado. O conteúdo consistia numa acusação ao governo estabelecido pelo grupo dos “Pebas” por má administração do Tesouro do Estado.

Segundo, descrito na matéria “tudo nessa repartição estava as apalpadellas, do maior ao menor dos empregados”, revelando a falta de sigilo e cuidado com os documentos, e descreve ainda, que a repartição estava “semelhando-se a um epectaculo de um armazém em liquidação”, que ali era difícil liquidar qualquer negócio. Mas, além da organização, o *Folha de Sergipe* apresenta a “denuncia a sahidias de quantias descricionariamente, fazendo-se despeza por conta de verbas determinadas”, e ainda acrescentou em tom exagerado que o Tesouro era “um abysmo insondável”.

Na edição de 17 de janeiro de 1895, outra matéria com a mesma titulação, “Anarchia no Tesouro”, enfatizava a situação descrita anteriormente, acrescentando ainda que a administração do tesouro beneficiava serviços públicos e que era necessário apresentar a imprensa o balanço das despesas demonstrando a verdade sobre os gastos do Tesouro do Estado.

Mas, é na publicação de 19 de janeiro de 1895, que a matéria “Anarchia no Tesouro”, além de mais uma vez, afirmar a desorganização da repartição do Tesouro irá alegar que

o inspetor do Tesouro em virtude de um insulto apoplético que ultimamente soffreu, esta soffrendo das faculdades mentais, e sendo isso real, convém que o presidente do Estado, mande inspeccional-o de saúde, porque a direção das finanças não póde continuar a cargo de um individuo cuja cabeça não governa o corpo.

Juntamente com a crítica a capacidade de exercício do cargo pelo inspetor do Tesouro, a matéria apresenta denúncias a respeito de políticos e funcionários que tenham recebido verbas que não foram destinadas a finalidade pública. E, acusa Sylvio Romero de ter recebido 10:000\$, que deveria ser destinado a compras de livros para a Biblioteca Pública, por ser conivente em aceitar recursos dos quais o governo vigente não poderia repassar por validação do reconhecimento do mesmo.

O fato é que o governo estava ocupado por políticos do grupo “Pebas”, que no ano de 1894 tomaram o governo através de um golpe, no qual os Republicanos que tinham por

liderança Sylvio Romero, ignoraram os resultados das eleições, ocuparam o palácio e consideraram como eleitos os candidatos de seu partido (OLIVA, 1991).

Desde que o golpe foi dado, uma acirrada disputa entre os grupos políticos opostos passou a ser exposta nacionalmente, e os jornais foram um dos veículos que representaram o campo de batalha entre Pebas e Cabaús. O processo gerado por Sylvio Romero contra Capitolino era mais uma consequência do cenário político da época.

Na edição de 11 de fevereiro de 1895, o *Folha de Sergipe*, em matéria intitulada “Processos de responsabilidade” traz em seu conteúdo a repercussão nacional a respeito do processo gerado por conta do conteúdo publicado na matéria “Anarchia no Tesouro”. Há uma tentativa de esclarecer a acusação interpretada como tendo posto em dúvida a idoneidade moral de Sylvio Romero, e acusa o jornal “O Paiz” (Rio de Janeiro) por mal interpretar o conteúdo da matéria Folha de Sergipe²¹.

Em 22 de fevereiro de 1895, outra nota intitulada “Processo – Sylvio” anuncia o resultado do processo, a condenação de Capitolino Henrique da Costa, que foi penalizado a pagar multa de 800\$ ao tesouro do Estado. No dia 08 de março de 1895, o *Folha de Sergipe* ainda comenta sobre o processo,

Um despacho de Aracajú diz que o Dr. Sylvio Romero mandou processar a Folha de Sergipe, por ter esta dado a noticia de que o mesmo doutor recebera dez contos de reis para a compra de livros destinados a biblioteca do Estado. O caso é estupendo. Compreender-se hia a indignação do literato sergipano, se houvesse dito que elle recebera dez contos de reis para servir de espoleta eleitoral do Sr. Valladão, no famoso pleito presidencial; mas... para comprar livros !?! Será por ventura num attestado de abrir os olhos, d'alma aos cidadãos de Sergipe fornecendo-lhe livros que os esclareçam sobre seus deveres cívicos?
D'ahi, a quem sabe? Sergipe esclarecido podia preferir o Sr. Coelho e Campos, e lá se ia por agia a baixo a caranguejola....
[...]

Fica evidente como os jornais eram utilizados para o combate político e a propaganda ideológica. O conflito entre Capitolino e Sylvio Romero foi um dentre tantos debates e acusações que saíram nas páginas do *Folha de Sergipe*, os quais revelam o contexto político sergipano em fins do século XIX, a própria interrupção da segunda fase do *Folha de Sergipe* estava estreitamente ligada as questões políticas.

Pouco tempo depois do processo de Sylvio Romero contra o *Folha*, Capitolino vem a falecer. Após sua morte o jornal aparece, no ano seguinte (1896) como propriedade do Partido

²¹ Até a finalização deste trabalho não foi identificada a edição do jornal O Paiz citado pela matéria do *Folha de Sergipe*

Republicano Federal, que tinha sua comissão executiva formada pelo Senador José Luiz Coelho e Campos (presidente), o deputado Olympio de Souza Campos (secretário), o senador Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel, o Coronel Antonio de Siqueira Horta e o Dr. Joviniano Joaquim de Carvalho.

Em 1897, o Folha de Sergipe, devido a disputas políticas, “praças de polícia roubaram o material da mesma Folha [de Sergipe] e lançaram no rio, impedindo-a de circular” (DANTAS, 2009, p. 324). Martinho Garcez em um discurso na Assembleia Legislativa, neste mesmo ano, justificou a saída de circulação deste jornal “por falta de recursos pecuniário, hipótese pouco provável” (DANTAS, 2009, p. 325), considerando que “o órgão do grupo adesista que dispunha de posses” para poder mantê-lo. O jornal *Folha de Sergipe* parou de circular, diante da impossibilidade de se manter dentro do cenário de disputas políticas do período em que estava inserido.

2.4 PARA ALÉM DA POLÍTICA

No final do século XIX, os jornais passaram a ser um instrumento importante no avanço da comunicação. A valorização do papel desenvolvido pela imprensa situava-se no interesse público, identificavam-se com valores de ordem jurídica, de aperfeiçoamento das instituições e conquistas sociais para o indivíduo (BAHIA, 2009).

E, para além, do uso partidário, os jornais do século XIX caracterizavam-se como um misto de publicidade e política. Apresentavam um aspecto social que atendia a necessidades dos indivíduos no que diz respeito a questões cotidianas. As fases da lua, as chegadas e saídas de embarcações, comerciantes que traziam em seus estabelecimentos produtos novos, os anúncios de espetáculos teatrais e tantos outros aspectos que deixavam a população bem informada.

O jornal em sua função de comunicar acaba por abarcar elementos de modernidade e tradição, próprios de uma sociedade que está passando por transformações políticas e sociais, as quais podem ser percebidas nas práticas culturais. Os jornais também eram instrumentos pedagógicos que refletiam os padrões de comportamento, o ideal de vida comunitária.

Segundo Ricardo M. Centurião (1999), a cidade é investida de simbolismos, seu espaço estava ligado à concretização de projetos políticos, utópicos e milenares. São os

espaços em que o *homo faber* manifesta-se. O ideal de cidade ficou carregado de princípios de racionalidade, harmonia e proporção, representando um corte abrupto com o passado próximo.

A cidade é um espaço essencialmente humano, neste sentido, é fato considerar, que ela também é essencialmente carregada de cultura, de representações que ligam aos ideais de civilidade e progresso. O *Folha de Sergipe* foi um instrumento de propagação de cultura e representações do grupo ao qual Capitolino estava inserido, propagando seus ideais, construindo e desconstruindo memórias.

A vida urbana, com um apelo de organização civilidade e progresso, representa uma ruptura com seu passado próximo (CENTURIÃO, 1999). Mas será que essa ruptura elimina todos os elementos que caracterizam o passado? Este homem citadino, com sua nova forma de manifestar-se, não traz em si elementos arraigados das representações e práticas de seus antepassados?

Os jornais como veículos de comunicação trazem uma representação dos ideais que a cidade está impregnada. Mas, será que também não traz em suas páginas elementos desse passado ao qual se tentava romper?

Pois bem, se os movimentos sociais e políticos estão retratados nas páginas dos periódicos, permitindo enxergar as agitações da vida social das cidades, os fatos culturais próprios dessas agitações, também se apresentam no jornal, cabe aqui avaliar e reconhecer esses elementos.

Os jornais trazem em si a representação da vida cultural ativa, circulação de ideias, práticas religiosas, os comportamentos que demonstram idoneidade ou não e as expressões dos sentimentos externados.

Se os jornais são instrumentos pelo qual se expressa a vida social de uma cidade, ele também pode ser um instrumento utilizado para demonstrar sobre a morte? A morte é algo inerente à vida e também faz parte da realidade do convívio social. Outrora as grandes manifestações fúnebres, carregadas de ritos e pompas expressavam as práticas cristãs que idealizavam a morte. Conforme as ideias expostas, os jornais seriam um novo suporte de comunicar a morte e um instrumento de legitimação da memória dos mortos?

3 ENTRE AS PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DA MORTE ATRAVÉS DO NECROLÓGIO DE CAPITOLINO HENRIQUE DA COSTA

3.1 AS LIDAS NA IMPRENSA E A MORTE À ESPREITA

Mais uma semana de trabalho na tipografia. As lidas na imprensa não dão trégua, os embates políticos cada vez mais acirrados precisam de respostas rápidas e à altura do adversário. É preciso manter a ideologia política do grupo aliado, é necessário resistir as acusações traiçoeiras dos grupos antagonistas, dos indivíduos que querem se manter no poder do Estado.

Mas, além de toda esta luta ideológica, que exige um esforço psicológico para se manter firme e atento aos debates políticos e sociais, há também a lida braçal, é preciso manter o maquinário funcionando perfeitamente, é necessário fiscalizar os impressores, os redatores, verificar os tipos, os textos e o processo de impressão do Folha de Sergipe.

Além das questões técnicas e práticas presentes no cotidiano de uma tipografia, soma-se uma vida política, uma vida familiar e conflitos internos pessoais que provavelmente um indivíduo com tantas preocupações, responsabilidades e afazeres possa ter. Há tempo para refletir como os mecanismos biológicos de seu corpo estão funcionando? Há tempo para perceber alterações na saúde, nos cuidados que é necessário dispensar a ela? É percebido algum sinal de que a vida pode estar mais curta do que se espera viver?

A descrição de uma vida em constante movimento, com várias atividades e preocupações, é típica de uma vida urbana. Capitolino Henrique da Costa possuía uma vida que continha todas estas características. Sua profissão já o distinguia como indivíduo urbano, ser tipógrafo era está conectado com as informações e reproduzi-las, era estar atento ao movimento que o próprio espaço social lhe proporcionava. Estes aspectos revelam a ansiedade característica do contexto da vida na cidade, que gera expectativa da vida futura, das conquistas profissionais e pessoais, da vida política, e da morte.

O autor do elogio fúnebre de Capitolino Henrique da Costa afirmou que *A morte, surpreendendo-o no meio de tantos e tão continuados trabalhos*. Quando descobriu sua doença Capitolino estava em pleno vigor de suas atividades cotidianas, aparentemente com saúde. Em seu necrológio está registrado: *Cheio de vida, de coragem e de abnegação, ainda ha pouco o víamos firme no seu posto sem voltar o rosto ao adversário*.

No período que Capitolino adoeceu ele estava exercendo várias funções, além da lida na tipografia, era membro do Gabinete Literário Sergipense, havia sido eleito vereador de Aracaju no ano de 1894 e estava exercendo o cargo de Conselheiro Municipal, somado a essas funções, ostentava o título de Capitão da Guarda Nacional. Suas atividades eram tão diversas que ao se identificar na carta de procuração ao seu advogado João Antônio Ferreira da Silva, que o representava no processo aberto por Sylvio Romero, Capitolino colocava seu título de *Cap^m da Guarda Nacional e etc.* (ver figura 8).

doc. 14 26
Capitolino Henrique da Costa
Cap^m da Guarda Nacional e etc.

Figura 8 - Trecho da carta de procuração para o advogado de Capitolino Henrique da Costa. Documento faz parte do Processo de Denúncia Crime aberto por Sylvio Romero. Fonte: AGJES. AJU/1ª V. CRI. CX. 2520.

Acrescentando movimento a esta rotina de Capitolino, disputando o tempo que estava preenchido com suas atividades, ainda havia de ceder espaço para as consequências de suas lidas na imprensa e na vida política. Articular resposta aos adversários, o debate político e as acusações se davam através da imprensa, algo comum na época. No entanto, tais discussões podiam gerar processos judiciais abertos por uma das partes que tenha se sentido ofendida ou lesada pelas palavras de seus opositores.

Um mês antes de partir para vizinha cidade de Laranjeiras, para cuidar de sua saúde, havia dado início ao processo em que era acusado de calúnia e difamação por Sylvio Romero. Ao citarmos o trecho do necrológio dedicado a ele, em que diz: ... *ainda ha pouco o víamos firme no seu posto sem voltar o rosto ao adversário*, é possível interpretar o termo “ao adversário” como uma menção ao enfrentamento entre Capitolino e Sylvio Romero nos tribunais, ou mesmo ao grupo que redigia o periódico *Gazeta de Sergipe*, opositor a *Folha de Sergipe*.

Dez dias antes de sua morte ainda corria em processo de apelação, solicitado por Capitolino, a revisão da sentença dada pelo juiz. Será que as inquietações provenientes do processo, que Sylvio Romero acusava Capitolino de difamação, foi um fator relevante para agravar o seu estado de saúde? Talvez este questionamento seja de difícil comprovação.

Algumas hipóteses podem apontar prováveis respostas para a questão. É possível que ao início do processo Capitolino já tenha percebido certa fragilidade na sua saúde e, devido a esta circunstância teve pouco entusiasmo em manter a luta, já que a documentação deixa a entender que o processo não se estendeu por muito tempo. Outra possibilidade, é que a doença

tenha se manifestado durante o processo ou após ele, presumindo que diante de tantas preocupações Capitolino não tenha percebido que a morte estava à espreita.

No entanto, não há documentação que apresente um registro ou relato que o processo judicial tenha sido um fator que viesse a contribuir para o agravante da doença de Capitolino. O que a proximidade do processo com a sua morte pode nos revelar, é a confirmação do que está escrito em seu necrológio, que Capitolino era um homem ativo, laborioso e cheio de vida quando a enfermidade lhe atingiu. É neste ponto que poderemos compreender como a cultura, a vida social e política pode refletir na forma de morrer.

A ideia do morrer surge quando a vida se encontra em risco, quando há uma ameaça que interrompe a rotina, ou há evidência de uma longa vida, marcada pela contagem dos anos vividos sinalizando o fim biológico. O morrer antecede a morte e envolve a sociedade, a relação entre o indivíduo morrente e seus laços sociais.

A compreensão do morrer vai além de uma definição dos mecanismos biológicos que rege a vida humana. Há um fator moral que também pode definir o morrer. A aceitação ou negação da morte está carregada de aspectos culturais que envolvem crenças, valores e como a morte surge no convívio social. Pois, a morte é uma experiência percebida pelos membros sociais, e o fim de uma vida pode proporcionar mudanças na sociedade ou no grupo social (KELLEHEAR, 2016).

É através da percepção de que se está morrendo é que as diversas sociedades buscaram entender o que acontecia com seus membros, o que levava a uma reflexão individual. Assim o morrer leva a construções de tensões, principalmente, nas sociedades mais desenvolvidas. Estas tensões, por sua vez, contribuem para o surgimento de costumes, valores e rituais.

A busca por compreender o que acontece quando se está morrendo e como isto afeta os vivos deu origem a ideia de morte boa ou ruim. Utilizando-se das palavras de Kellehear (2016, p. 162), para conceituar a boa morte, entende-se como tal “um morrer moral que pode ser feito bem ou mal, como um desempenho social”.

A boa morte possui características que ajuda a compreender sua definição, dentre elas é que ela tem origem a partir de uma percepção da morte como uma viagem além vida; deve haver uma consciência e antecipação de que a morte pode vir a ocorrer, tanto através do autoconhecimento como através do reconhecimento social da proximidade da morte.

Assim, a boa morte existe quando há o reconhecimento que se está morrendo. É a partir deste conhecimento que os valores sociais existentes nas diversas sociedades irão determinar quando a morte é boa ou ruim dando um valor moral, os quais dão origem a ritos

ou costumes ritualizados diante do evento do morrer e da morte, o que leva a preparação dos vivos e dos morrentes.

De acordo com Kellehear (2016) o costume de transferir herança para os sobreviventes é um aspecto do costume ritualizado diante do morrer. Este pode caracterizar-se como bens materiais, sociais ou itens pessoais. O rito de transferir herança aos sobreviventes é uma forma que o morrente tem de manifestar consideração e continuidade e a prosperidade da família e outras redes sociais.

Nobert Elias (2001, p. 8) observa que o morrer inicia antes mesmo do fim efetivo e está marcado pelo isolamento social dos indivíduos diante da fragilidade, seja pelo envelhecimento ou pela doença. Este isolamento que separa os morrentes dos vivos, leva a um esfriamento das relações sociais e acaba resultando num distanciamento do indivíduo morrente de tudo que lhe dava sentido e segurança.

Assim o morrer de Capitolino inicia com sua partida para Laranjeiras, ele se isola da segurança familiar e de sua rotina habitual em busca de tratamento, o que, no entanto, leva ao início do processo que resultará na sua ausência do convívio social e perda da vida.

A ritualização de sua morte vai ocorrer através da transmissão de sua herança social e pessoal, quanto a herança material não foi possível obter registros, já que não encontramos as fontes necessárias para fazer esta análise, devido à ausência de testamento ou inventário.

3.2 A MORTE COMO ASSUNTO RECORRENTE NO FOLHA DE SERGIPE

A morte sempre esteve à espreita na vida de Capitolino, senão pela sua própria, mas pela morte de conhecidos e desconhecidos no meio social em que vivia. A morte do outro leva a lembrança da própria morte. E, provavelmente, Capitolino deve ter se deparado várias vezes com este tipo de reflexão ao notificar um obituário ou elogios fúnebres no jornal que porventura iria publicar o seu obituário.

A época em que Capitolino viveu em Aracaju, a estimativa de vida não era longínqua, devido a diversos problemas sanitários na cidade e as epidemias, a média de vida da população estava em torno dos 40 anos de idade, acompanhada de uma grande mortalidade infantil. Antônio Samarone Santana (2005) aponta que no século XIX quase metade da

população morria antes de completar 2 anos de idade, chegando a atingir quase 50% do total da população.

No ano da morte de Capitolino, em 1895, dos 192 registros de óbitos no livro da Igreja de Nossa Senhora da Conceição²², 111 mortes correspondem a indivíduos com idade entre 0 e 15 anos. Na fase da juventude, entre 16 e 30 anos de idades, o número de 31 mortos estavam registrados no livro. Na idade adulta e na idade senil, entre 31 e 50 anos, o número era de 21 óbitos, já entre 51 e 120 anos (a maior idade entre os registros de óbito) o registro era de 29 falecimentos.

Estes dados, apesar de traçar um perfil correspondente à faixa etária e número de óbitos na cidade de Aracaju no ano de 1895, não correspondem a um dado preciso da realidade vivida pelos aracajuanos. Considerando que os registros condizem com a prática religiosa de encomendação do corpo, própria do catolicismo, os dados não podem nos revelar o número real de óbitos ocorridos na cidade, pois, excluem grupos que não professavam o catolicismo e aqueles que não conseguiram obter o ritual de socorro espiritual.

Dados mais precisos podem ser percebidos nos relatórios de governantes a respeito da saúde pública em Sergipe, no entanto, o ano de 1895 não identificamos esta documentação, porém, relatórios anteriores e posteriores ao período podem nos dar um traço do número real de óbitos em Aracaju no período correspondente.

No relatório de José Martins Fontes, então vice-presidente da Província de Sergipe, apresentado no ano de 1878²³, revela uma mortandade de 296 pessoas destas, 153 mortos correspondiam a *meninos e meninas* (ver figura 9).

**Hospital de Caridade de N. S. da
Conceição**

MAPA DAS PESSOAS FALLECIDAS E SEPULTADAS NOS CE- MITERIOS DA CAPITAL DURANTE O ANNO FINDO				TOTAL
SEXOS	{ Masculino }	Homens	76	160
		Menicos	84	
	{ Feminino }	Mulheres	67	136
		Meninas	69	

Aracajú 6 de Janeiro de 1878.

O Secretario,

Vigario José Luiz d'Azevedo.

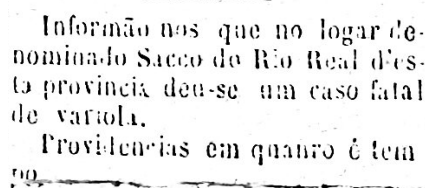
Figura 9 - Mapa com registro de óbitos presente no relatório do Vice-presidente José Martins Fontes.

²² Livro de registro de óbito da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Aracaju. Ano 1895. Disponível em: <https://familysearch.org>. Acesso em: 16/01/2016.

²³ Relatório com que o exm. snr. dr. José Martins Fontes, 1.º vice-presidente, abriu a 1.ª sessão da 22.ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 1.º de março de 1878. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú [n.d.].

Apesar de no relatório de José Martins Fontes registrar que *a condição sanitária na província não ia máo*, os casos de febres intermitentes e perniciosas na capital sergipana não cessava, e se manteve até as primeiras décadas de XX, apresentando um quadro endêmico assustador, somando-se ao conjunto de doenças como tifoide, impaludismo, ancilostomíase e opilação, que foram chamadas de *febres do Aracaju*, além da sífilis e da tuberculose (SANTANA, 2005, p.24), as quais eram causadoras dos grandes números de mortos na cidade.

A atenção ao registro das doenças contagiosas que constantemente ameaçaram a saúde pública não só dos aracajuanos, mas também em todo território sergipano apareciam em notas nos jornais. No ano de 1886, *A Folha de Sergipe* publicou uma tímida nota que registra um caso fatal de varíola no território sergipano, exclamando para que *providências sejam tomadas enquanto é tempo*²⁴ (ver figura 10) A pequena nota revela-nos sobre o assunto da morte nas primeiras edições deste jornal.



Informão nos que no lugar denominado Sacco do Rio Real desta província deu-se um caso fatal de variola.
Providências em quanto é tempo

Figura 10 - Nota sobre caso de varíola em território Sergipano. Fonte: *A Folha de Sergipe*, 17/07/1886, N. 07.

No início do século XX, os problemas de saúde pública não extinguiram. Em 1908, na mensagem do presidente Guilherme de Souza Campos à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe²⁵, é registrado os casos de varíola que persistia a enfermar a população, além dos casos de disenteria que vitimava adultos e crianças, apontam a constância da sombra da morte sobre a população aracajuana. Essa constante era expressa pela imprensa provocando os diversos sentimentos que a população pode externar diante de uma morte prematura, seja pela idade, seja pelo sentimento a pessoas queridas na sociedade.

O tema mórbido é presente na imprensa, noticiando as vítimas das epidemias, as perdas de indivíduos distintos a seus grupos sociais, nas diversas expressões escritas, através da literatura, nos folhetins, dos poemas e até mesmo de forma humorística, nas anedotas. Todas estas formas de apresentação do tema da morte podem ser encontradas no jornal *Folha*

²⁴ *A Folha de Sergipe*, 15 de julho de 1886. N. 07.

²⁵ Mensagem enviada pelo presidente Guilherme de Souza Campos à Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, no dia 07 de setembro de 1908. [Aracaju] J. Costa e C.[n.d].

de Sergipe e, é através delas que apresentaremos como a temática era um assunto recorrente neste jornal.

A morte é um assunto presente na literatura, através dela é exposto o paradoxo humano e suas representações, assim, vida e morte aparecem de maneira constante nas obras literárias. Maria Zaira Turchi (2003, p.129) ao tratar sobre *o imaginário da morte na literatura*, afirma que a presença da morte nas obras literárias é a matriz de todos os outros temas, considerando-o como um tema vasto e complexo que pode ser direcionado para várias abordagens críticas.

A forma literária é um dos estilos que a temática da morte é apresentada nos impressos. No Folha de Sergipe podemos tomar, como exemplo literário, a história dramática *O Crime de Manaos*, que trata de uma trama que envolve um assassinato na cidade de Manaus. Em resumo, a história aborda o drama de um sergipano, que toma uma embarcação para uma viagem a negócios em Manaus, durante a viagem, o mesmo viajante, conhece um senhor, Luis de Albuquerque e sua filha Leonor de Albuquerque. Ao envolver-se num romance com Leonor, o personagem-narrador da trama descobre que a engravidara e Leonor ameaça cometer um crime, caso ele não viesse tomar partido da situação. O personagem-narrador descreve a cena mórbida,

Era hediondo o quadro que tinha diante meus olhos [...] Sobre o leito, em meio a uma poça de sangue, que se derramava pelo soalho, estava deitado o pai d'quella mulher, com os punhos cerrados, como que em uma ultima ameaça, os olhos amortecidos e a boca a deixar escapar o ultimo alento.²⁶

Leonor assassinara seu pai e ele foi acusado do crime.

O drama começou a ser publicado como folhetim em *A Folha de Sergipe* a partir da edição número 08 do jornal, datada de 16 de julho de 1886, que segundo em nota na edição de número 07, teria sido ofertada por um assinante de *A Folha de Sergipe* que residia na cidade de Maroim. O drama está impregnado de conceitos de moralidade da época, o amor proibido pela sociedade e pela igreja, o assassinato como uma morte injuriosa, a moralidade, são alguns aspectos que podem ser percebidos em *O Crime de Manaos*.

A literatura na imprensa contribuiu para intervir na concepção de mundo. De acordo com Lavina Madeira Ribeiro (1998, p. 156), a literatura na esfera pública colaborou para a emergência de novos valores que se apresentam de forma tematizada através da produção literária, refletindo as experiências humanas vividas dentro das estruturas sociais. Ainda de

²⁶ Trecho do drama literário *O Crime de Manaos*, publicado em 03 de agosto de 1886, no jornal *A Folha de Sergipe*, edição nº15.

acordo com a autora, o gênero literário tornou-se para o público uma forma acessível “à compreensão e formalização das suas próprias experiências particulares”.

Jornais que publicavam literatura buscava um público mais heterogêneo, diverso e moralmente diferenciado, distanciando-se do discurso das práticas políticas (RIBEIRO, 1998). O *Folha de Sergipe* não se afastou de seu caráter político, mas apresentou o gênero literário de uma maneira bem tímida e em algumas vezes, diante dos casos políticos vigentes, omitiu a publicação do gênero em suas edições. Mas, sem sombra de dúvida, foi utilizado para atingir um público mais diversificado principalmente, no ano de 1886.

Além da expressão artística literária, a linguagem poética também pode ser identificada em algumas publicações do jornal. Assim como, a literatura a poesia com toda sua carga de subjetivismo, apresenta construções sintáticas que apresentam a dualidade da natureza humana e, assim, como o amor, a natureza, a vida, a morte também aparecem neste gênero textual.

Na edição de número 8 de *A Folha de Sergipe*, publicada em 19 de julho de 1886, é publicado o poema *Echos do Passado*. Um poema mórbido, apresentando construções sintáticas impregnadas de simbolismo referente a morte. Diversos aspectos sobre o fim da vida, expressos na poesia revelam vários signos que a representa, alguns deles revelam um caráter mítico – *No Pathernon deserto a virgem attica*, uma representação noturna – *o silencio da noite cai funérea*, e a aparência da morte como algo belo – *vejo a fronte bella e florida / N’uma explosão de luz serena e plácida* (ver figura 11).

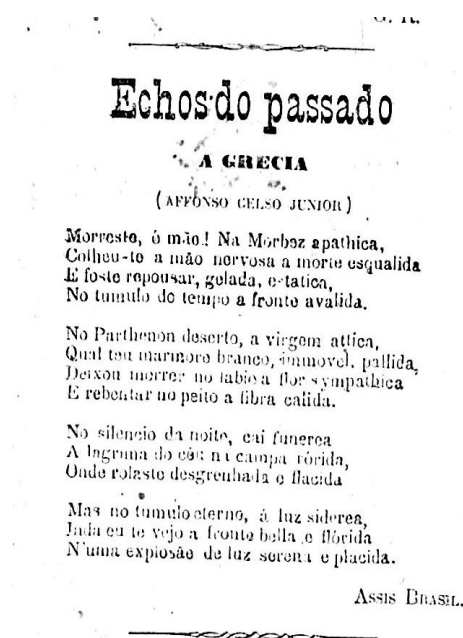


Figura 11 - Poesia publicada na Folha de Sergipe, em 19/07/1894, n. 263.

Assim como a literatura e a poesia revelam a visão de mundo, externa sentimentos, apresentam experiências particulares e realismo, também favoreceram para a diversificação do conteúdo ofertado ao público. Somado a estes segmentos, que muito contribuiu para ampliação temática nos jornais, revela-se o gênero humorístico que colaborou para uma esfera auto reflexiva.

De acordo com Lavina Madeira Ribeiro (1998, p.161),

O humor casou-se com o noticiário, a crônica o colunismo, os artigos; com críticas e quase todos os gêneros do jornalismo, inclusive com a publicidade. Foi de certa forma, mais um recurso linguístico criado neste ambiente em que se expunham, criticavam, exploravam e debatiam desde as questões mais amplas da nacionalidade brasileira àquela imediatas dos problemas e situações da vida urbana [...].

A expressão humorística no jornal *Folha de Sergipe* não apresenta o recurso linguístico da charge, mas aparece através de anedotas. Como apontado por Ribeiro, o recurso humorístico, dentre outras funcionalidades, também era utilizado como linguagem crítica a respeito de problemas e situações da vida urbana, portanto, o tema da morte também era trabalhado através do humor.

Em *A Folha de Sergipe*, na mesma edição em que se inaugura a publicação do drama *O Crime de Manaus*, aparece em sua segunda página uma anedota que apresenta claramente uma crítica ao modo que os médicos da época administravam o tratamento a seus pacientes em diferentes estágios de enfermidade. Aqui, o tema da morte revela os problemas da vida urbana no que se refere aos cuidados com a saúde e a iminência da morte (ver figura 12).

—Ora o João morreu e o Manoel lá está esperto como um alho.
— Pois olhe, não sei porque o medica tinha mais cuidado com o João e dava-lhe mais remédios.
— Foi justamente por isso! 4

Figura 12 - A Folha de Sergipe, 16.07.1886, N. 08.

Mesmo sendo um jornal de caráter político o *Folha de Sergipe* não dispensou a reflexão acerca das questões públicas e da análise política conjuntural se utilizando do tema da morte. Em decorrência da posse de Luiz Vicente de Oliveira Ribeiro, no ano de 1891, fato que ocorreu de maneira ilegítima²⁷, a edição de número 158 do *Folha de Sergipe*, datado de

²⁷ Devido a conflitos no pleito da primeira constituinte em Sergipe, Vicente Ribeiro assumiu o governo em substituição do governador Mendes Moraes que foi demitido pelo poder Central (DANTAS, 1989, p.33).

03 de setembro de 1891, apresentou o fato como forma de pesar e luto pela *morte da autonomia sergipana*.



Figura 13 - Primeira página da edição de nº 158 do Folha de Sergipe lamentando a morte da autonomia sergipana em virtude da posse de Vicente Ribeiro no Governo sergipano. Fonte:

O interessante nesta publicação de primeira página é que a carga simbólica que remete a morte não foi utilizada somente através do gênero textual, também foi usado do recurso imagético para despertar a atenção e curiosidade dos leitores, elemento que podem ser observados no necrológio de Capitolino Henrique da Costa. As representações simbólicas apresentadas através da iconografia serão tratadas de maneira mais detalhada logo a frente.

Estes foram alguns exemplos de gêneros textuais presentes no jornal *Folha de Sergipe* que expõem percepções sobre a morte, que circulavam entre a sociedade aracajuana. Estes

gêneros trazem reflexões e críticas acerca dos fatos vividos dentro de uma sociedade urbana. Porém, havia as publicações que tratavam da morte diretamente, composta por notas fúnebre/obituários, necrológios, manifestações de pesar, convites a enterros e à missas póstumas.

3.3 NOTICIAR, CONVIDAR E AGRADECER – A MORTE NO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Os anúncios fúnebres era mais um recurso dos jornais que atraíam o público. As notícias de morte e as manifestações de pesar compunham a função social dos impressos do século XIX. Como qualquer anúncio de jornal, as notas de falecimento possuem a finalidade de criar certa familiaridade, associação e automatismo em torno do que se é anunciado (WITTER, 1983).

Estas publicações possuíam características que as padronizavam na estrutura textual e estética, o que facilitava na identificação dos anúncios de óbitos nas publicações diárias. Normalmente o conjunto de informações apresentadas constituíam-se pela identificação do falecido, causa de morte, idade do morto, quais indivíduos viventes eram deixados pelo finado, palavras de pêsames, elogios ao morto e local do falecimento. Esta estrutura pode ser observada na transcrição da nota de falecimento da jovem Maria Laura da Silveira, publicada na *Folha de Sergipe*, em 04 de julho de 1894.

Falecimento

Hontem pelas 2 ½ horas da tarde entregou seu espirito ao Creador, a indictosa Maria Laura da Silveira, victima de uma moléstia insidiosa, a qual zombou de todos os recursos da medicina.

Moça ainda, deixou este mundo para adejar em uma athmosfera mais límpida e pura como era sua alma.

A sua consternada mãe, e a seus parentes, nossos sentidos pezames.

Normalmente editados na segunda página do jornal *Folha de Sergipe*, os anúncios de morte aparecem após as matérias de destaque, que tratava de assuntos políticos. Os anúncios podiam ser identificados na coluna denominada *Notícias* ou aleatoriamente, pois, é possível encontra-los editados em outros espaços do jornal.

Vários aspectos desses anúncios podem revelar a posição socioeconômica do morto, seja através da maneira que eram depostos na página do jornal, da construção textual ou

iconografias de destaque. Anúncios fúnebres de indivíduos comuns podem ser encontradas sem evidência, muitas vezes noticiados de forma gratuita, motivado pelos aspectos da causa da morte, aproximando-se mais do interesse noticioso do que pelo anúncio familiarizado e solidário com o morto e seu grupo social. Anúncios com estes aspectos são observados através de exemplos encontrados num fragmento de uma das edições²⁸ de *A Folha de Sergipe* do ano de 1886.

NOTÍCIAS

Falleceu hontem, na caza de prisão de cachexia palustre, o sentenciado João José da Piedade, vulgamente conhecido por Fragata.

Falleceu ontem o sr. Pretestato Mano da Cruz, empregado do sr. Antonio Pedro dos Santos.

Falleceu hontem repentinamente junto a ponte do trapiche Chagas, o saverista Thomaz de Aquino Vasconcellos.

O sr. Subdelegado da freguesia, Joaquim Castro Lima, comparecendo ao logar do fato mandou que o cadáver fosse recolhido ao Hospital de Caridade, para proceder ao competente corpo de delicto.

Em Pernambuco, e por causa de desgostos domésticos, um cunhado do abastado negociante Manoel da Silva [ilegível] feri-o mortalmente com uma punhalada.

Foi imediatamente prezo.

As notas de falecimento, apresentadas acima, chamam a atenção mais pela causa da morte que a respeito das pessoas falecidas. A doença adquirida na prisão, a morte repentina e o assassinato eram formas de morrer que causavam comoção e temor na sociedade. Os seres humanos possuem a necessidade de regularem as condutas e de limitarem as relações sociais dentro da comunidade, os meios de comunicação são usados como forma de coerção (ELIAS, 2001, p.11), de definir padrões na sociedade, da mesma maneira a experiência de morte pode fazer o mesmo efeito, ainda mais aliada aos meios de comunicação.

Ao considerar que a forma de comunicar a morte causa certa comoção, a descrição da natureza da morte no anúncio pode ser vista como um instrumento de coerção nos leitores, seja com o objetivo de causar consternação ou para despertar a solidariedade através da ideia da morte. O juízo dado pela sociedade ao se deparar com a reflexão do fim da vida contribui para legitimação de concepções padrão sobre a morte que, por sua vez dá origem a ritualizações que enfatiza o aspecto de socialização. Nobert Elias (2001, p.12) afirma que ideias e ritos comuns unem as pessoas.

²⁸ Devido a fragmentação do documento não foi possível encontrar a data e o número da edição do referido jornal.

A socialização das pessoas diante da morte pode ser observada a partir de olhar detalhado sobre as notícias no Folha de Sergipe. Como já foi dito no capítulo anterior, a década de 1890, em Sergipe, é marcada pelo enfretamento político, que gerou diversas contendas no campo pessoal e na política entre os indivíduos de grupos opostos. Já foi enfatizado neste trabalho, como o grupo conservador, ao qual era adepto o dono do Folha de Sergipe, utilizou-se diversas vezes para expressar suas rivalidades. Mesmo dentro deste cenário é possível perceber como pode ocorrer a socialização quando a morte atinge um membro da comunidade.

Na Edição de número 409, de 17 de fevereiro de 1895, como é de costume anunciar a chegada ou saída da cidade de pessoas ilustres, o Folha de Sergipe apresenta em sua segunda página uma nota, cheia de desdém, a qual se referia a chegada do Coronel Valladão, o então governante do Estado, pertencente ao grupo opositor.

Chegada

O *Una* entrou hontem, trouxe o sr. coronel Valladao, que veio continuar a anarchisar o Estado e satisfazer assim o seu capricho.
Nec semper lilia florent.

Figura 14 - Nota anunciando a chegada do Coronel Valladão. Folha de Sergipe, 17 de fevereiro de 1895, n. 409.

A notícia omite a motivação que teria forçado o coronel Valladão a retornar para Aracaju, porém, na edição de número 410, de 19 de março de 1895, acaba por revelar em um texto com palavras bem mais brandas do que o da notícia da chegada do ilustre. O fato é que a filha do Coronel Valladão falecera e este a trouxe para ser sepultada em Aracaju. A nota de falecimento é publicada no Folha de Sergipe com uma construção poética solidária à perda sofrida pela família.

Falecimento

Mais um anjo evolou se da terra, indo reunir-se aos outros que voejam no céu. Esse que assim se partiu tão depressa do lar onde nascera e onde recebera os primeiros afagos e os múltiplos carinhos de seus extremos progenitores era inocente [pela], filha do sr. Coronel Manoel Prisciliano de Oliveira Valladão, há pouco chegado do Rio de Janeiro. O anjo a que nos referimos, segundo nos consta, desembarcou nesta capital já trazendo em si o germen da moléstia que o arrebatou ás caricias do amor maternal.

Ao observarmos a nota de falecimento da filha do Coronel Valladão, é possível perceber a socialização que a morte pode causar entre indivíduos pertencentes a um mesmo grupo social ou a grupos distintos. Na nota é esquecida a hostilidade que a política provocava entre as partes, mantendo o foco na expressão de sentimentos e crenças que dão significado a perda de uma criança.

Os anúncios fúnebres permitem revelar, não somente a morte de um indivíduo, mas a perda sofrida pela família ou pelo grupo social a qual o morto pertencia (ver figura 15). Os anúncios se apresentam como um mecanismo para uma fórmula de continuidade da essência do indivíduo falecido na sociedade, dando origem a mais um elemento que compõe o processo de socialização, que salva a coesão e solidariedade da família e, portanto, do próprio grupo, juntamente com os outros elementos básicos: sepultura, funerais, religião (WITTER, 1983, p.87).



Figura 15 - Anuncio de falecimento do filho de Hermes Paulino da Costa (irmão de Capitolino). Folha de Sergipe, 03 de agosto de 1895, n.533.

Kellehear (2016, p.279) ao tratar da administração da morte afirma que “o morrer desafiava o senso de ordem social na carreira, na casa e no corpo da pessoa. O morrer representava a perda de controle, dignidade e paz de espírito”. Assim os sentimentos de solidariedade poderiam ser externados através da publicação de anúncios fúnebres e notas de pesar. Neste sentido a construção textual era um instrumento utilizado como meio de abrandar a notícia da morte. Num mundo urbano e moderno a morte passa a ser interdita.

Phillipe Ariés (2012, p.84-85) diz que o fenômeno da morte se tornou inaudito, o que era tão presente e familiar no passado, vai aos poucos desaparecendo, tornando a morte

vergonhosa e objeto de interdição. O fato que a modernidade passou a apresentar a vida como algo sempre feliz, assim, de acordo Ariés, tudo o que possa perturbar a ideia de felicidade passa a ser ocultada. Desta maneira, não se diz que a criança ainda na tenra infância morreu, mas, que ela *evoluiu-se a regiões sideraes para fazer parte do câro dos anjos*. Não é descrito que o pequeno João foi vitimado pela coqueluche²⁹, diz que *foi um archanjo que não pode habituar-se ao ar empestado da vida terrena*. Neste contexto, o discurso religioso permanece para amenizar a dor da perda entre os vivos e legitimar a ideia de uma ultravida.

Anunciar a morte pelos jornais seria uma maneira dos vivos se esquivarem da tarefa (WITTER, 1983, p.87), transferindo-a a terceiros, assim como os cuidados com o doente, o preparo para o velório. Esta transferência de obrigações ao contratar um serviço prestado para comunicar a morte pode ser caracterizada como mais um elemento que compõem a morte bem administrada.

A morte bem administrada desenvolve-se nas sociedades urbanas como um desencadeamento da boa morte. Com o crescimento dos profissionais liberais, a exemplo de médicos e advogados, a preocupação com o morrer e a morte ganhou aspectos mais complexos, a preocupação com o fim da vida e uma provável jornada ultravida passou a se somar entre os aspectos religiosos, medicinais e jurídicos.

Assim, o morrer, e podemos dizer a morte, bem administrada é determinada por uma combinação de fatos sociais estreitamente sincronizados que envolve idas e vindas dos médicos, advogados e padres (KELLEHEAR, 2016, p.278). Neste sentido, podemos acrescentar os redatores de jornais ao grupo de profissionais que ao longo dos anos se tornaram relevantes para ajudar a transformar a boa morte em uma experiência bem administrada.

Para Witter (1893, p.88) os anúncios podem ser compreendidos como parte integrante de um ritual, quase asséptico, que desobriga o próprio grupo familiar da tarefa árdua e dolorosa de comunicar a cada um dos membros componentes da sociedade o falecimento do “morto querido”.

As badaladas de sinos das igrejas era uma forma de comunicar o falecimento e garantir uma maior participação de conhecidos e populares nas últimas homenagens ao morto. A prática também contribuía para reforçar as práticas de bem morrer implantadas pela religiosidade do catolicismo, garantindo orações distribuição de esmolas e cortejo fúnebre memorável pelo grande número de participantes.

²⁹ A informação foi retirada do registro de nº 9119, do livro de óbitos da Igreja Nossa Senhora da Conceição (Aracaju/SE). Fonte:

Rafael Santa Rosa Cerqueira (2014, p.33;36), ao analisar a representação social da morte em Aracaju, no período da primeira República, afirma que a preocupação em dar publicidade a morte nos jornais, colaboraria para que os enterros não tornassem cerimônias restritas a poucas pessoas. O autor afirma ainda, que a publicidade da morte contribuía para dar significação ao fato, estreitar laços sociais e tornar o fato um acontecimento social.

Considerando a importância dada ao número de participantes nos rituais póstumos, a publicação nos jornais de convites a missas póstumas, também surgem como forma de ampliar o público nas homenagens ao falecido. Assim como os anúncios fúnebres, estes convites assemelham-se nas estruturas textuais imutáveis, com presença de alguns clichês e aspectos gráficos representativos (ver figura 16).

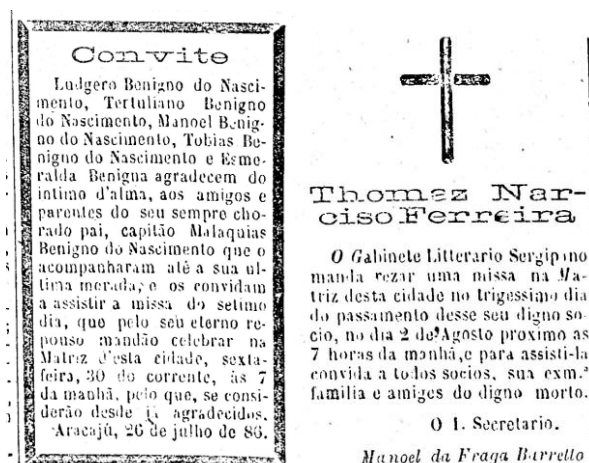


Figura 16 - Anúncios religiosos convidando para missas póstumas. A Folha de Sergipe, 30.07.1886, n.13.

À primeira vista anúncios de falecimento, notas de pesar, necrológios e convites religiosos podem parecer fontes superficiais para se analisar sobre a morte. A utilização dos obituários de uma forma isolada ou serial não poderia possibilitar grandes avanços, mas quando contextualizados e cruzados com outras fontes poderiam apresentar significativos resultados.

Desta maneira, após percebermos que mesmo em um jornal, cujo objetivo era abordar questões políticas, é possível apreender uma história do cotidiano de Aracaju em fins do século XIX. Surgem sujeitos, conflitos sociais e individuais, que revelam comportamentos e representações de uma época. Tecendo-se os fios visíveis e invisíveis dos obituários, tem-se argumentos para várias histórias (SANTOS, 2008, p.49). E quais histórias podem ser contadas? A história de Capitoline. É a partir de sua morte que vamos entender as representações sociais e culturais presentes no final do século XIX.

3.4 A MORTE DE CAPITOLINO É NOTICIADA

Laranjeiras, 26 de março de 1895, 10 e ½ da noite. Mesmo com todo esforço do Dr. Bragança, não houve recursos da medicina que pudesse conter a severidade do avanço da enfermidade. Capitolino teve seu último momento em vida rodeado de amigos, provavelmente correligionários, que tiveram em Capitolino um representante patriótico nas questões políticas.

A sete dias que antecedia o 25 de março, o Folha de Sergipe havia publicado,

Capitolino Costa

Felizmente acha-se melhorado da moléstia de que foi acometido o nosso amigo capitão Capitolino Costa, que se acha em Laranjeiras entregue aos cuidados do distinto especialista Dr. Bragança.³⁰

A notícia havia enchido a todos de esperança e alívio a família. No entanto, ao que parece, a moléstia zombou de todos.

Em Aracaju, na tipografia do Folha de Sergipe, todos estavam terminando de compor os prelos, já era tarde quando chegou à redação a infausta notícia. É possível que houvesse a esperança entre amigos e parente que Capitolino retornasse da vizinha cidade de Laranjeiras com a saúde restabelecida, pronto para voltar aos continuados trabalhos na tipografia. É fácil imaginarmos os trabalhadores da oficina consternados com a notícia, apressaram-se em montar os tipos e incluir nas formas dos prelos a notícia de última hora.

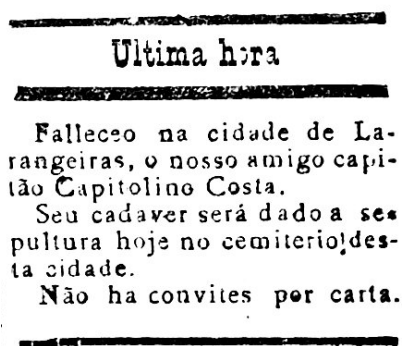


Figura 17 - Notícia da morte de Capitolino publicada na Folha de Sergipe de 26 de março de 1895

Não foi possível apresentar uma nota digna de sua importância para a tipografia. Não houve tempo suficiente para juntar os tipos, não havia mais espaço nas formas do prelo para

³⁰ Folha de Sergipe, 19 de março de 1895, n.432.

uma nota de falecimento mais sofisticada, mas foi realizado o possível para destacar o luto que aquela notícia iria disseminar na sociedade aracajuana.

Apesar da referência que a pessoa de Capitolino representava para a Folha de Sergipe, sua morte foi noticiada dentro dos padrões já publicados no jornal por outras mortes noticiadas. O anúncio enfatiza que não haverá convites, portanto, o jornal seria o único meio de informação sobre a perda ocorrida. Não houve badaladas de sino como em outros tempos, sua morte fora anunciada através do produto do seu trabalho. Mas nem sempre a forma de anunciar se resumia a um noticiário de jornal.

Durante todo século XIX diversas práticas eram realizadas para anunciar a morte de alguém para a sociedade. De acordo com Reis (1991, p.128) a casa ou capela eram decoradas com panos ou ramos fúnebres com o intuito de apresentar um sinal da presença da morte, também era comum se utilizar das carpideiras, sinos e convites que eram produzidos e impressos em tipografia, a própria tipografia do Folha de Sergipe ofertava este tipo de serviço, a distribuição dos convites era dada por indivíduos contratados.

Dentre as formas tradicionais de anunciar a presença da morte, provavelmente, o pano fúnebre possa ter sido usado na casa ou na tipografia para anunciar a morte de Capitolino. Contudo, outra forma de anúncio pode ser identificada, em virtude da morte de Capitolino a Intendência Municipal hasteou uma bandeira a meio mastro, como forma de comunicar o falecimento de um dos membros da instituição, à época Capitolino ocupava o cargo de conselheiro municipal.

O anunciar a morte dá início ao movimento que gera o acontecimento social, mobiliza e reúne pessoas que contribuem para tornar o evento um espetáculo. Ao atingir seu objetivo, o anúncio da morte de Capitolino, tendo fornecido a informação necessária, sua execução e resultado se torna automática e formal, atingido o público alvo. Ao completar o mecanismo de comunicação e chegando aos leitores a notícia, as primeiras manifestações dos vivos começam a emergir. Todo o fato é transmitido e anunciado pelo jornal e este, por sua vez, apresenta o registro das primeiras notas de pesar.

A notícia se espalha pela cidade, o cortejo fúnebre é preparado para os últimos rituais. O corpo de Capitolino é trasladado de Laranjeiras para Aracaju, provavelmente o transporte funerário deve ter seguido por terra, já que na época havia uma comunicação entre Laranjeiras e Aracaju através da ponte Madre de Deus, na época o acesso mais próximo para se chegar à capital.

Chegando em Aracaju o corpo de Capitolino deve ter sido levado à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, para os rituais religiosos de despedida. A administração dos ritos foi realizada pelo padre Olympio Campos, que fora de grande influência e representação política do grupo ao qual Capitolino pertencia.

Terminada as homenagens na matriz, o corpo de Capitolino seguiu em cortejo fúnebre para o cemitério público da cidade (atual Santa Izabel). A medida que o cortejo seguia pelas ruas da cidade é provável que curiosos tenham se somado a amigos, parentes, figuras políticas e trabalhadores de ofícios, aglomerando-se para acompanhar o caminho ao qual destinava levar o morto a sua última morada, a imprensa de oposição também se fizera presente dando trégua aos embates políticos.

Na edição do Folha de Sergipe publicada em 29 de março de 1895, aparece algumas transcrições de homenagens que foram publicadas no jornalpositor o Gazeta de Sergipe. Dentre as expressões manifestadas pela imprensa de oposição as exclamações que apresentam a trégua, *Armas no funeral!! Tréguas na política!!*. Enfatizando a oposição ao morto e seu grupo reconhece o valor do inimigo que falecera: *Typographo, tinha primazia na classe, e era proprietário da Folha de Sergipe, a quem temos constantemente combatido como adversários leaes, que não costumam recusar a justiça a nenhum dos nossos contendores*³¹.

Capitolino foi sepultado às 17 horas, no dia 27 de março de 1895, numa carneira de segunda ordem. Sua sepultura não fora monumental, mas também, não fora enterrado como um indivíduo comum. A sua campa fora prestadas homenagens, por seus familiares, companheiros de trabalho e inimigos, “flores foram desfolhadas sobre seu túmulo”.

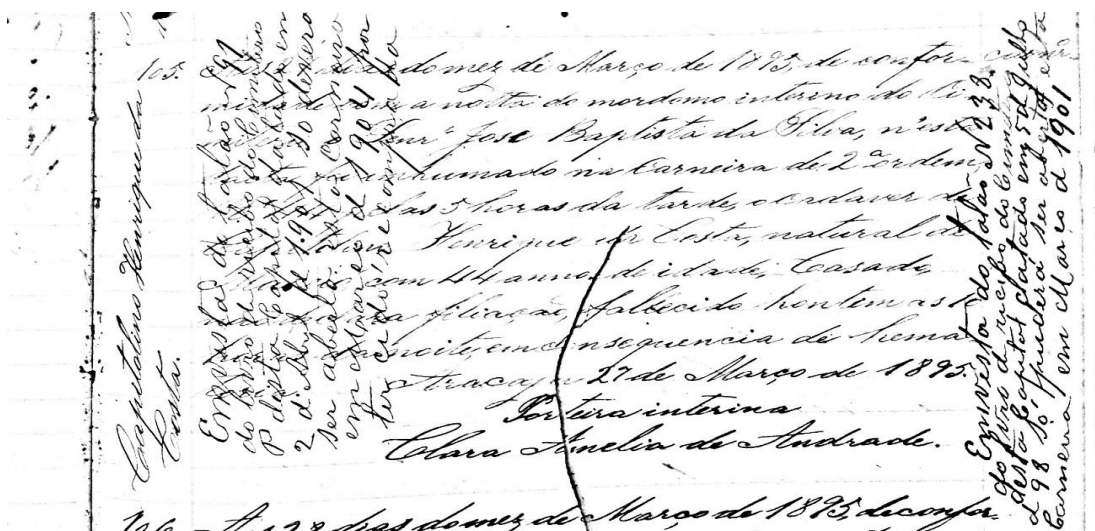


Figura 18 - Registro do enterro de Capitolino Henrique da Costa presente no livro de sepultamento do cemitério Santa Izabel.

³¹ Folha de Sergipe, 29 de março de 1895, N. 440.

3.5 O LUTO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE CAPITOLINO

Passado o evento dar-se início ao luto, que é por excelência a manifestação da dor da perda, o qual dá origem a expressão mais violenta e espontânea dos sentimentos de perda. Por muito tempo a reclusão era a atitude mais comum diante da morte, porém no século XIX, os hábitos tradicionais vão sendo conciliados com a exaltação do morto, veneração da sepultura e a presença da mulher que anteriormente era posta em reclusão como uma forma de preservar a moralidade (ARIÈS, 2012, p. 231).

A primeira expressão de luto pela morte de Capitolino vai ser apresentada por seu necrológio (ver figura 19), publicado no Folha de Sergipe no dia seguinte ao seu enterro (28 de março de 1895). Apresentando uma construção textual e iconografias representativas dos simbolismos de expressão da morte e do luto, o necrológio traz em sua construção os sentimentos externado pela dor da perda e a construção da lembrança de um Capitolino vivo na memória dos que com ele conviveram.



Figura 19 - Necrológio de Capitolino Henrique da Costa publicado em 28 de março de 1895.

Com a função de lembrar e eternizar os mortos, os necrológios consistem em simples elogios históricos de cadáveres decido a covas, representam lições de vidas e a paga da dívida de gratidão, se mostrando como exemplo a ser seguidos pelos vivos (LEONZO, 1983). Tais elogios poderiam ser apresentados oralmente durante o sepultamento, publicados em periódicos, ou apresentados em sessões de aniversário de falecimento ou agremiações, como é comum nos Institutos Históricos Geográficos do Brasil.

Nanci Leonzo explica que

A pretensão de todos necrólogos é fazer com que os “homens notáveis” passem do domínio da morte, “sombra impenetrável que é a noite profunda e misteriosa”, para o da história, “panteon sublime e universal” a qual confere aos bons que souberam destacar-se na vida a imortalidade honrosa.³²

A autora apresenta que é possível identificar dois tipos de necrológios, comuns no século XIX, um caracterizado como partidário, que são aqueles que lamentam a perda de um correligionário político, e os denominados científicos, que apresentam uma censura ou compreensão das posturas tendenciosas nas obras do cientista falecido (LEONZO, 1983).

Obviamente, o necrológio de Capitolino se caracterizará, dentro da classificação apresentada acima, como um necrológio partidário. Este tipo de necrológio apresenta uma preocupação em reabilitar a memória do falecido destacando sua atuação na política, na profissão e na família.

[...]

Attrahente e amável no trato social, tinha um circulo crescido de bons e leaes amigos, que o amava, pela firmeza e pureza de suas crenças.

Envolvido desde o tempo da monarchia na politica local foi por muitas vezes representante na imprensa de idéas de seu partido, dando provas de seu valor e lealdade. Ninguém foi mais leal e dedicado que ele.

Exerceu diversos cargos públicos e ultimamente ocupava o de membro da Intendência Municipal desta Capital e era Capitão da Guarda Nacional.

[...]

Inditoso amigo que tão cedo partiste, deixando entregue às agruras da orphandade a única filha que tinhas e tanto amavas, e inconsoláveis tua idolatrada mãe e o teu dedicado irmão, eles que, como nós, neste momento se confrange de dor, dizendo-te o derradeiro adeus! Paz a tua alma...³³

No entanto, como o necrológio de Capitolino trata sobre a morte? Como se fala sobre a morte? A primeiro momento para responder às questões, é fácil perceber que o necrológio

³² LEONZO, 1983, p.79

³³ Trechos do necrológio de Capitolino Henrique da Costa. Folha de Sergipe, 28 de março de 1895, n.439.

traz uma interpretação da morte como algo que se apresentou com violência: *Ferido pela alfanje da morte, no encarniçamento mais impetuoso da luta, resvalou sem vida no solo revolvido pelos pés lutadores o nosso companheiro de trabalho, aquelle que vivo se chamava Capitolino Henrique da Costa.*

Ao reconhecer a presença da morte e sua ação, o necrólogo apresenta os primeiros sentimentos externado pelo abatimento do luto: *Não podemos neste momento de legitima angustia encontrar palavras bastante expressivas para significar a dor que nos consome vendo abrir-se em nossas fileiras tão inesperado claro.* A angústia e a dor, palavras utilizadas para determinar a consequência da perda humana, expresso pela ideia de ausência, de vazio ou lacuna.

O necrólogo também transmite a presença da morte como algo repentino, inesperado, com aspecto obscuro: *Tudo, porem, desapareceu de improviso, torvo aspecto da morte, deixando-nos banhados em lagrimas e cobertos de luto. Misera Humanidade!.* Acrescenta a estes aspectos da morte a condição humana, uma reflexão que expressa o sentimento de impotência diante da realidade vivida pela perda.

O sentimento de impotência expresso pela condição humana diante dos mecanismos biológicos, são reforçados em mais um trecho do necrológio, em que diz: *Si, seu cadáver gelado pela morte foi dado ao pasto dos vermes tumulares, sua memória ficará entre nós como recordação inapagável desse passado que já não existe.* O enxerto acaba por romper com a representação de uma morte bela em que traz a interpretação do cadáver estático, mas com aspectos vivos para apresentar a decomposição do corpo, a morte a partir de uma descrição científica.

No entanto, apesar do necrólogo trazer à tona a descrição mórbida, imediatamente ele apela para a atenção do leitor em resgatar a memória de Capitolino através da recordação de sua vida. Um passado que não tem movimento no presente e nem perspectiva de futuro, mas que deve ser lembrado para amenizar o aspecto da morte e o sentimento que ela desperta nos vivos.

Tais aspectos descritos através do necrológio para expressar o luto, é provável que tivesse o objetivo de provocar solidariedade e comoção na sociedade, tornar o público leitor familiarizado com o morto e o sofrimento da família. Mas, as manifestações de pesar não se restringiram ao necrológio. Na edição em que o elogio fúnebre fora publicado e nas edições seguintes do Folha de Sergipe trouxe em suas páginas outras manifestações de luto e solidariedade.

Demonstrações de pesar

Recebemos ontem os seguintes telegramas:

De Penedo: - “Sentimentos a morte de Capitolino . Pezames – Josino.”

De Maroim – Causou-nos profundo pesar a noticia do falecimento de nosso amigo Capitolino Costa. Bem sensível perda tão leal companheiro, esforçado batalhador. Pezames família – Miguel Pereira – Horacio – João Francisco.”³⁴

Passada a reclusão do luto, sete dias após a morte de Capitolino é publicado no Folha de Sergipe o convite a missa de sétimo dia. Que apresentava os seguintes dizeres:

Capitolino Costa

Amanhã, as 7 horas, será celebrada na Igreja Matriz desta cidade uma Missa em suffragio de nosso sempre lembrado amigo e companheiro de trabalho Capitolino Costa.³⁵

A ligação entre morte e memória possui grande difusão no cristianismo. No século IX já se celebrava de maneira comemorativa a lembrança dos fiéis defuntos, instituída no dia 2 de novembro. No século XII se estabelece a crença nas três geografias celestes – céu, purgatório e inferno, contribuindo para a expansão da prática de orações e celebrações de missas, que tinham por intuito amenizar os sofrimentos dos já falecidos ou garantir sua estadia no paraíso. No século XVII os cristãos já registravam necrológios com o objetivo de guardar a memória das pessoas por quem rezavam, entretanto, a memória que era estabelecida consistia somente naquela em que se caracterizava como “boa” e “bela” (LE GOFF, 1990).

Celebrar missas aos defuntos era uma prática comum no século XIX. O culto religioso fazia parte do ritual que contribuía para a manifestação dos vivos para celebrar a memória do falecido e cumprir o preceito religioso na crença na vida após a morte. A missa, em si, já se caracteriza como um memorial, praticado milenarmente pela Igreja Católica, é por excelência uma celebração que tem por objetivo relembrar os gestos de salvação de Deus para com a humanidade (ANDRADE, 2008).

As missas fúnebres têm por objetivo obter os frutos espirituais para vivos e mortos, dentre estes a proteção divina e o perdão dos pecados. Com a propagação da crença de que a missa era uma forma de paga na economia salvífica tornou-se comum que vivos mandassem celebrar o culto religioso para os mortos. A celebração consiste em resgatar a memória do falecido para que estes sejam lembrados nas orações e pudesse conquistar uma “vida” tranquila após a morte. Para os vivos as celebrações consistiam numa forma de praticar a solidariedade e piedade cristã, garantindo que estes também lucrem com os bens espirituais.

³⁴ Folha de Sergipe, 28 de março de 1895, n.439.

³⁵ Folha de Sergipe, 31 de março de 1895, n°442.

Assim tanto a publicação quanto a celebração religiosa contribuem para consolidar a memória do falecido, a qual vai está registrada nos necrológios e nos obituários apresentando características positivas do defunto, como pode ser observado nos obituários já apresentados e no de Capitolino, reforçando a ideia de que somente os que tiveram a “boa” e “bela” morte possuem suas memórias resgatadas.

Se enfatizando as qualidades do morto ou a dor da perda que são registradas através das publicações do jornal os ritos, estas publicações são de considerável importância para analisar como a memória social era estabelecida na Aracaju dos anos de 1890, seja ela apresentada de maneira social ou coletiva, contribui para a busca da compreensão do mundo cultural a qual pertencia.

Contudo, ao investigar o suporte técnico escrito e impresso se deve buscar refletir a questão: que tipo de memória se procurava estabelecer através dos necrológios? A maneira que o escritor fala dos mortos, a apresentação de expressões sentimentais exacerbadas, os aspectos mórbidos e a reflexão sobre a vida possui o objetivo de prender o leitor e resgatar a lembrança de uma vida. Mas, será que a vida descrita corresponde à realidade vivida por Capitolino? Será que há aspectos ocultados que apresentem uma nova realidade?

3.6 O NECROLÓGIO COMO UM MEMORIAL À CAPITOLINO

A memória é constituída do encadeamento de atos, que possuem a função de trazer a lembrança ou levar ao esquecimento através do conhecimento que é transmitido. Seja de maneira voluntária ou não a memória pode ser manipulada, e acaba por se tornar seletiva, resgatando somente o que quer ser lembrado. Ao lembrar de um indivíduo social, seu grupo pode vim a censurá-la, pela afetividade ligada ao grupo ou para inibir fatos que sejam convenientemente apagados.

De acordo com Le Goff (1990), a memória nas sociedades modernas está essencialmente ligada a escrita, por tanto, a educação e a imprensa tornam-se fundamentais para a expansão da memória. Esta, por sua vez, se apresenta através de recursos técnicos das letras e da impressão, sendo reproduzidas e transmitidas a partir de uma construção de palavras que provoca a lembrança ou esquecimento daquilo que venha a legitimar o poder de

um grupo social. De que maneira que identidade de Capitolino foi transmitida através dos necrológicos?³⁶ E como estas podem revelar uma identidade coletiva?

Seguindo a ordem da construção textual do necrológio publicado no dia 28 de março de 1895, no Folha de Sergipe, é possível identificar elementos que enfatizam as características de Capitolino que foram exaltadas. Estas informações nos permitem construir como o seu grupo social queria que a memória de Capitolino fosse perpetuada, dentre estas foi possível identificar três aspectos: o trabalhador da imprensa, o político e o homem sociável.

Como trabalhador da imprensa, o necrológio de Capitolino enfatiza diversos aspectos que permitem compreender o papel desempenhado por ele dentro da sociedade aracajuana. O primeiro aspecto destacado pelo necrólogo é o caráter de lutador dado a Capitolino: [...] *no encarniçamento mais impetuoso da luta, resvalou sem vida no solo revolvido pelos pés luctadores o nosso companheiro de trabalho [...]*.

Esta frase do necrológio revela dois aspectos referente a descrição de lutador dada a nosso personagem: uma revela o fato de Capitolino ter buscado meios para lutar pela própria vida. A expressão [...] *no encarniçamento mais impetuoso da luta [...]* apresentada pelo necrólogo enfatiza que Capitolino lutou contra a morte pela própria vida, em seguida, é mais uma vez ressaltado o aspecto de lutador, porém, chamando a atenção para o exemplo de trabalhador que era para o seu grupo de ofício, revelando ainda que quem escreve a homenagem é pertencente a seu grupo – [...] *resvalou sem vida no solo revolvido pelos pés luctadores o nosso companheiro de trabalho [...]*.

A descrição de lutador dada a Capitolino se estende a defesa de seu ofício. Além de estabelecer sua memória como um homem que labutava e procurava sobreviver de seu ofício, o autor do elogio fúnebre destaca que Capitolino lutava pela liberdade no exercício de seu trabalho – [...] *reunidos á sombra da nossa bandeira, lamentar a perda de tão emérito combatente da liberdade [...]*. A frase revela as dificuldades em que os trabalhadores da imprensa tinham para exercerem a liberdade de opinião. Vários eventos vividos por Capitolino na sua lida na imprensa, revelam como os embates políticos, por vezes, acabavam por oprimir e fazer calar a imprensa adversária.

A profissão é o que mais se destaca entre as práticas exercidas por Capitolino que mais é lembrada após sua morte. Em seu necrológio é recorrente a lembrança do exercício de sua arte. Seu caráter de trabalhador é sempre enfatizado pelo ofício que exercia,

³⁶ Considerando que várias manifestações de pesar e homenagens foram publicadas através do jornal Folha de Sergipe.

[...]

Natural do Estado de Alagoas, o finado para aqui viera ainda muito jovem, afim de exercer a sua profissão de typographo; mas relacionando-se entre nós, nunca mais voltou à pátria, que aliás amava eternamente.

[...]

A morte, surpprehendendo-o no meio de tantos e tão continuados trabalhos dissipou para sempre todas as esperanças , que lhe pairam n'alma de artista.

Foi elle o diretor das oficinas de jornaes – *Crença, Jornal do Commercio, Americano, Gazeta do Aracajú, Estado de Sergipe* e actualmente o era desta *Folha*.

[...]

As colunas da Folha, cobrindo-se de pesado luto, parecem gemer soturnas, com saudades daquele que tão bons serviços prestara.

O registro da atividade de tipografo como uma característica fundamental para legitimação da memória de Capitolino, não foi registrada somente pelo Folha de Sergipe, a imprensa de oposição também reforçou o papel dele como um indivíduo a ser lembrado pelo exercício do ofício. No necrológio publicado pelo Gazeta de Sergipe descreve da seguinte maneira,

Hontem a tarde foi sepultado no cemiterio desta cidade o cadaver desse antigo trabalhador da imprensa Sergipana.

Capitolino Costa era natural de Alagôas e habitou neste Estado pelo espaço de 28 annos: estabelecera residência nesta cidade desde 1867.

Era artista typographo, e a atual geração de typographos de Sergipe não se desdourava de reconhecêl-o como um mestre, como o primeiro entre todos.

Homem intelligente, com verdadeira aptidão para o jornal, a sua vida de typographo não se passou como a do comum dos operarios, que collaboram anonymamente nessa parte do desenvolvimento material: elle ligava seu espirito ao jornal ao jornal que administrava e teve dois periodicos de sua criação e propriedade: *o Americano* e *o Jornal do Commercio*.

Servio nas officinas do << jornal do Aracaju>> nas dos dois periodicos acima citados, <<Gazeta do Aracajú>> Estado de Sergipe, ultimamente << Folha de Sergipe>>

[...] ³⁷

Além da exaltação do tipografo, os necrológios de Capitolino também apresentam a figura política que ele era. De maneira mais tímida, com menos expressões de exaltação, mas sem eliminar o valor da sua participação na política, os necrológios trazem em seus textos a dedicação aos seus ideais partidários. No necrológio publicado no Folha de Sergipe, ainda destacando seu caráter de batalhador, apresenta Capitolino como *valente soldado da democracia*, e salienta seu envolvimento político.

³⁷ Trecho do necrológio à Capitolino publicado pelo Gazeta de Sergipe e transcrito no Folha de Sergipe em 29 de março de 1895, edição de nº 440.

[...]

Envolvido desde o tempo da monarchia na politica local foi por muitas vezes representante na imprensa da idéas de seu partido, dando provas de seu valor e lealdade. Ninguem foi mais leal e dedicado que elle.

Exerceu diversos cargos públicos e ultimamente occupava o de membro da Intendência Municipal desta Capital e era Capitão da Guarda Nacional.

[...]

O necrológio apresentado no Gazeta de Sergipe acrescenta ainda,

[...]

Era dedicado ao antigo partido do conservador,e , ao estabelecer-se a república, continuou dedicado ao agrupamento dos homens dirigentes que formavam esse partido.

O redactor destas linhas considera innovidaveis os serviços que elle prestava a essa parcialidade política, como inolvidaveis são os serviços prestados, em geral, a imprensa local.

[...]

É válido observar que mesmo ao exaltar o caráter político seus necrológios não dissociam a imagem de Capitolino a de sua profissão. Neste sentido, tanto o seu grupo social simpatizante quanto os que estavam em oposição pelos ideais políticos, atentaram em resgatar uma imagem de Capitolino após sua morte, muito mais associada a seu ofício de tipografo do que a sua participação política.

Com relação ao trato social e a vida familiar, os aspectos apresentados nos necrológios exaltam seus traços de educação e amizade, em relação a família, as imagens de filho e pai dedicado lhe acrescenta atributos.

[...]

Attrahente e amável no trato social, tinha um circulo crescido de bons e leaes amigos que oamava, pela firmeza e pureza de suas crenças.

[...]

Inditoso amigo que tão cedo te partiste, deixando entregue às agruras da orfandade a única filha que tinhas e que tanto amavas, e inconsoláveis tua idolatrada mãe e o teu dedicado irmão, eles que, como nós, neste, momento se confrangem de dor, dizendo-te o derradeiro adeus!

No jornal de oposição ainda é ressaltado,

Era homem de boas maneiras, valendo-lhe esta qualidade a estima de todos em geral.

Deixa neste Estado sua velha mãe e uma filha ás quaes seu trabalho affectivo de 28 annos, segundo nos parece, não deixou muito abrigo das necessidades da vida.

A essas duas creaturas feridas em sua alma e ao seu laborioso irmão, tambem artista typographo, apresentamos nossas condolências.

O que foi possível identificar sobre sua vida pessoal foi encontrado através do cruzamento entre as diversas fontes aqui utilizadas, jornais, processos, registros de óbitos. Pouco se pôde revelar sobre sua vida familiar e algumas lacunas até o momento são presentes. A figura da mãe, da filha e do irmão são constantes, entretanto, sobre sua esposa e pai, pouca ou nenhuma informação ajudou a trazer aspectos sobre suas participações na vida e na morte de Capitolino, o que nos leva a compreensão que provavelmente já eram falecidos.

Porém, os necrológios apontam para uma informação importante, Capitolino não possuía uma condição financeira estável, o que era comum para quem exercia o ofício de tipógrafo. O fato do necrológio publicado na Gazeta de Sergipe nos chamar a atenção para o *abrigo das necessidades da vida*, auxilia a entender a dificuldade em encontrarmos testamento ou inventário, que pudesse nos ajudar a interpretar ainda mais sobre a pessoa de Capitolino e suas preocupações e anseios diante da morte³⁸.

Quanto ao trato social e suas relações estabelecidas por amizade, ao que parece a imagem de Capitolino está associada a admiração de seu grupo político por sua fidelidade aos ideais partidários, os quais podem ter contribuído para um encadeamento de outras relações com personalidades destacadas na política do estado. Porém, o que por ser percebido através dos necrológios é que a admiração por Capitolino se destaca entre sua classe de ofício de tipógrafos, os inimigos aos quais o admiravam, provavelmente, constituíam esta classe, pois os tributos de admiração estão registrados através da imprensa de oposição.

Pouco se pôde encontrar sobre Capitolino nos impressos após sua morte, se foi lembrado 30 dias ou um ano depois de sua morte, não foi possível identificar, pois, há uma lacuna na documentação correspondente ao período. Ao mês que se segue a sua morte, só foi encontrada uma citação de seu nome na Gazeta de Sergipe, datado de 06 de abril de 1895, que dizia:

Elles é que são selvagens

Atirarão-nos a pesada sir-/vente de *selvagens*, porque, sem profanação dos túmulos, dissemos que não nos mettia medo a alma de Capitolino, que em vida, nem aos pintos nunca fizera mal.

Gravíssima e perversa injustiça, com o fim de nos tornar odiosos perante a sociedade que crê nos impenetráveis mysterios da vida futura!
Que querião que disséssemos do pobre morto? [...]³⁹

³⁸ Até a finalização desta pesquisa não foi encontrado nenhum registro de testamento ou inventário de Capitolino Henrique da Costa.

³⁹ Gazeta de Sergipe, 06 de abril de 1895, n.79.

Dentro dos aspectos já apresentados, o enxerto da matéria *Elles é que são selvagens*, mantém a imagem de Capitolino associado ao trato social. Além de enfatizar a rivalidade entre os periódicos Folha de Sergipe e Gazeta de Sergipe, sustentada pela dualidade de ideais políticos.

Os registros necrológicos destinados à preservação da memória de Capitolino demonstram um conjunto de simulacros que contribuem para uma construção de memória sustentada no trabalhador, no homem importante ao seu ofício, procurando legitimar seu caráter profissional em detrimento do político, sem dispensar os aspectos de seu convívio social exaltando a família e a amizade suprimindo suas prováveis falhas humanas, até mesmo as tensões sociais vividas por ele.

Os aspectos enfatizados pelas características adotadas pelos necrólogos para construir a memória de um trabalhador da imprensa são somados à ideologia cristã. Associando o apelo sentimental e religioso como uma forma de atingir o público e legitimar a memória através de certa publicidade. A forma de comover os leitores através das construções de frases com expressividade sentimental e exaltação a imagem de Capitolino apresentam-se associadas a imagens iconográficas que transformam o texto em monumento.

3.7 O NECROLÓGIO: DAS REPRESENTAÇÕES DA MORTE E RELIGIOSIDADE

O necrológio traz em seu conjunto uma maneira de organizar a memória. Alguns recursos apresentados nele são utilizados como mecanismos de reforçar a lembrança. É possível perceber que através de descrições da morte, das expressões de sentimentos de luto e a reconstituição de características dadas ao falecido, resultam na construção da imagem que queiram dar a lembrança do morto, possa ela ser real ou forjada.

No entanto, como uma forma de associativismo a temática motivada a elaboração de um elogio fúnebre, o recurso imagético foi aliado as construções e organizações de palavras do texto. Nos aspectos imagéticos do necrológio de Capitolino sua associação está em relação ao luto externado. As imagens dispostas no necrológio se apresentam com valor significativo tanto quanto o texto apresentado.

Os elementos iconográficos observados no necrológio correspondem a cruz ornada por folhagens, a caveira e uma moldura que apresentam aspectos de velas. Cada um dos elementos apresentam significados associados a morte e a religiosidade cristã. Como a

imagem também pode ser considerada um recurso para a formalização da memória, se busca apresentar como a iconografia está disposta no necrológio de Capitolino pode contribuir para formalizar o luto unindo tradição ao suporte tecnológico impresso.

Ao observar o necrológio as tarjas em negrito, a presença de ícones que remetem à morte já são o suficiente para causar certa impressão. Porém, o símbolo cristão da cruz apresenta-se em destaque ao centro e no topo do texto. A cruz por si só já representa a morte de Cristo e é utilizada pelos cristãos no intuito de memorizar a morte do crente que viveu na fé cristã.



Juan-Eduardo Cirlot (2005) ao apresentar o simbolismo da cruz, enfatiza sua complexidade, mas realça que seu sentido histórico ficou detido a realidade do Cristianismo. Vista como uma ligação entre dois mundos, a cruz representa a ligação entre Deus e os homens, possui uma representação significativa que corresponde a memória do martírio de Cristo. Cirlot aponta que o sentido ideal e simbólico da cruz está na sua essência antagônica, que constitui na dualidade da vida e da morte, simboliza a duplicidade do espaço e tempo.

A cruz ornada com folhagem agrega significado ao símbolo. As folhagens possuem a representação da vida e da felicidade, sua adição a cruz remete a ideia de uma morte cristã feliz, como ponto de partida para o início de uma nova vida. A vegetação, em todas as suas formas, pode simbolizar a morte e a ressurreição (CIRLOT, 2005) dando sentido a uma renovação de ciclos.

Outro elemento iconográfico que aparece no necrológio de Capitolino é a caveira. Apresenta-se nos quatro cantos da moldura que envolve o texto necrológico. Adalgisa Arantes Campos (2014) ao analisar a iconografia da morte em diferentes obras (pinturas, esculturas, painéis) nas igrejas do Brasil, em diferentes períodos, aponta a presença da representação da caveira em diversas dessas manifestações artísticas.



Campos apresenta a interpretação de que a caveira corresponde a elementos simbólicos que fazem referência a penitência e ao macabro, representa a passagem entre a vida mundana e a sagrada. As iconografias com caveiras teriam a finalidade de alertar aos vivos a brevidade da vida terrena em oposição à ultravida.

A representação da caveira casa-se com o texto necrológico, pois, ambos expressam a decomposição dos corpos, revelando aquilo que não se vê, esta acaba por defrontar a mentalidade da época que remete a morte à miséria humana (ARIÉS, 2012). A apresentação a imagem da morte também cumpre a função de despertar o medo.

Claudia Rodrigues (2005) ao analisar as *artes morriendis* propõe que estas compunham um conjunto de caminhos e técnicas que viessem a dá sentido na vida sobre a reflexão em torno da morte. Dentre os meios técnicos, a autora apresenta a iconografia como um importante instrumento de difusão da sensibilidade diante do tema da morte. A caveira possui o sentido emblemático da caducidade da existência, propõe a reflexão sobre o que resta do ser vivo quando seu corpo é destruído, ganhando o sentido de vaso da vida e do pensamento (CIRLOT, 2005).

Portanto, entende-se que o uso de caveiras no necrológico possui a função de sensibilizar o público leitor, além de resgatar nestes a lembrança da condição humana, dando incentivo a reflexão sobre a morte, não só de quem se estava prestando homenagem, mas, também da individual, de quem se lê ou visualiza a publicação.

A outra representação iconográfica presente no necrológico de Capitolino constitui a vela acesa que aglomeradas compõe a moldura do texto fúnebre. Cirlot (2005) ao apresentar a vela acesa como verbete em seu Dicionário de Símbolos, explica que assim como a lâmpada, luz individualizada, a vela acesa constitui o símbolo de uma vida particular, em contraposição a vida cósmica e universal.



A simbologia da vela acompanha todo o ritual fúnebre possuindo uma representatividade mística incentivada pelas práticas religiosas e sustentada na crença na vida após a morte. Durante os ritos do velório a presença constante de velas acesas apresentam o significado de iluminação do cadáver com o objetivo de afastar os maus espíritos. Toda simbologia envolvendo a iluminação tem por intuito contribuir na passagem do defunto para o território dos mortos. (REIS, 1990).

Ao analisar o conjunto iconográfico que compõe o necrológio de Capitolino é possível perceber sua ligação com o texto, juntos apresentam uma mensagem que enfatiza a crença religiosa e a condição humana. Mas a composição do necrológio vai além das manifestações fúnebres, ela revela vida e aponta para a funcionalidade de preservar a memória desta vida passada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação tem como ponto de partida um documento, o necrológio de Capitolino Henrique da Costa. As características desta documentação revelaram uma possibilidade favorável para a análise das representações da morte a partir do testemunho da época. Porém, os aspectos textuais e iconográficos apresentaram mais do que elementos que levam a explicação das ideias e rituais os quais envolvem o morrer na sociedade aracajuana das últimas décadas do século XIX.

Tendo como marco principal a morte de Capitolino, ocorrida no ano de 1895, este fato foi determinante para a compreensão de outros acontecimentos que ligam a vida do personagem. Assim, ao buscar compreender sua morte, considerando o conhecimento de uma história individual, foi possível chegar a abordagem de outras temáticas trabalhadas pela historiografia. Ao tentar entender a morte de Capitolino pudemos apresentar ponderações que abarcam as doenças, a saúde pública, a relação médico e paciente no processo de administração do morrer, e a realidade do exercício do ofício de tipografo na Aracaju do século XIX.

Além dos diversos temas citados acima, que foram apresentados nesta dissertação, vale a ressalva de que esta pesquisa revela para a história sergipana, um novo personagem, contribuindo para complementar informações sobre a história política e cultural de Sergipe. As informações sobre Capitolino Henrique da Costa foram encontradas em sua maior parte no Jornal Folha de Sergipe, salvo pequenos registros de seu nome em outros trabalhos de pesquisadores sergipanos, o que pouco poderia nos dizer deste personagem, o que de fato desperta a importância deste trabalho.

Ao buscar alcançar o objetivo desta dissertação, que consiste em entender os aspectos sobre a morte e a construção da memória dos mortos, deparou-se com a monumentalidade do necrológio dedicado a Capitolino. Ao homenagear a marca deixada por este personagem em vida ficou registrado através do texto e dos elementos simbólicos o testemunho dos vivos. Tais elementos apontam para a ideia de como a vida e a morte deveriam ser representadas como modelo para os vivos, ao mesmo tempo deveria redimir o morto de qualquer juízo de valor negativo.

Não houve aqui uma tentativa de construir a biografia de Capitolino para apresentá-lo como um homem ideal ou um herói de seu grupo social. Entretanto, ao descrever a história de

Capitolino buscou-se responder a questões sobre o porquê fazer elogios a pessoas falecidas, o que a exaltação desses indivíduos possa vim a ocultar ou revelar a realidade vivida pelo mesmo.

Ao buscar respostas sobre os questionamentos ao documento, se pode encontrar elementos para descrever os conflitos existentes no exercício da atividade tipográfica, e o que enfrentavam os trabalhadores deste ofício na Aracaju da década de 1890. Estas informações tornam esta pesquisa ainda mais relevante considerando que o estudo sobre tipografias e tipógrafos no Brasil esbarram nas dificuldades de encontrar fontes que deem informações sobre os trabalhadores da imprensa neste período.

Na construção dos fatores que identificam a prática tipográfica em Aracaju foi possível chegar à conclusão de que na década de 1890 a cidade possuía um aspecto cultural efervescente, cada vez mais próximo da modernidade e o meio de comunicação impresso contribuía para disseminar ideias dentro da sociedade, sendo instrumento formador de opinião, estas influenciavam as crenças, o comportamento e a política.

Esta pesquisa reafirmou o fato de a imprensa e a política terem estreitas relações podendo estes trabalhadores da imprensa envolverem-se não somente com seu ofício, mas aderirem a participação atuante no exercício de cargos públicos. Porém, ao estudar a vida de Capitolino e sua atuação política foi possível concluir que não sobressaiu quanto personalidade política. Sua participação na sua vida pública apresenta-se no necrológio somente enfatizando sua fidelidade ao grupo conservador.

A ênfase na imagem de tipografo deve ser considerado como o fator mais preponderante para que a perenidade da imagem de Capitolino fosse mantida. Após sua morte foi regatada sua imagem de trabalhador da imprensa, o que pode ter contribuído para subliminar seu caráter político. O resgate da imagem de tipografo pode ser considerada uma estratégia do necrólogo para ampliar a memória a ser preservada, já que no exercício de seu ofício Capitolino era reconhecido por amigos e opositores pelas suas habilidades.

Num aspecto geral o necrológio acaba por omitir, e ao mesmo tempo deixa pistas, dos conflitos que Capitolino vivera e que possa afetar na construção de uma memória positiva associada a imagem de Capitolino. Entretanto, as omissões são reveladas no confronto de fontes, expondo as falhas individuais do nosso personagem que revela as articulações de grupos políticos em detrimento do poder.

Tais revelações ampliou a expectativa de análise das fontes, não sendo possível apresentar todo o apanhado de discussões acerca dos fatos que os documentos acabaram por

revelar nesta pesquisa. No entanto, favorecem para a ampliação do estudo que será projetado para uma pesquisa futura.

Por fim, o necrológio de Capitolino permitiu através da sua análise e através do cruzamento com diversas fontes, perceber as transformações nas práticas diante da morte já influenciadas pelo avanço da medicina. O processo de dessacralização da morte também pode ser percebido ao analisar as estratégias da luta pela sobrevivência. No entanto, aspectos dos comportamentos tradicionais relacionados a preocupação com a imagem do ser já não vivente e os rituais que correspondem aos cuidados com o morto nos trouxe ao entendimento de que a influência da cultura cristã, ligada ao catolicismo contribuiu para manter práticas religiosas associadas à crenças na vida após a morte, o que se apresenta através de constructos textuais e é reforçado por elementos iconográficos.

FONTES

Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. Sumário de Culpa. AJU/1ºV. CR. Sumário de Culpa. 18.07.1891. Cx. 2640

Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe. AJU/1ºV. CR. Denuncia Crime. Cx. 2520.

Arquivo Público do Estado de Sergipe. Correspondências. CM¹ 09. Documentos diversos.

BRAGANÇA, Antonio Militão. **Paralisias consecutivas às moléstias agudas**. These apresentada na Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Imprensa Economica, 1883. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/7483>> Acessado em 26 de janeiro de 2016.

"Brasil Batismos, 1688-1935," database, *FamilySearch*. 5 December 2014, Capitulino Henrique Da Costa in entry for Luzia Da Costa, citing Maceió, Alagoas, Brazil. Disponível em: <<https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:XNBX-3JY>> Acessado em 16 de janeiro de 2016.

Código Penal dos Estados Unido do Brasil. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em 17 de janeiro de 2016.

COUTO, José Luiz de Almeida. **Hematuria Endemica dos paizes quentes**. These apresentada na Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia: Typographia do Diario, 1872. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12630>> Acessado em 15 de janeiro de 2016.

Diário do Imperador D. Pedro II em visita à Aracaju, em 11 de janeiro de 1860. Fonte: www.museuimperial.gov.br/images/stories/images_museu/PDF/Diarios-imperador/vol04.pdf. Acessado em 10/08/2015.

Folha de Sergipe. 28 de março de 1895, edição nº 439. Pac. 30G. Acervo: Biblioteca Pública Epifânio Dórea.

Folha de Sergipe. 29 de março de 1895. Edição nº 440. Pac.30G. Acervo da Biblioteca Pública Epifânio Dórea.

Folha de Sergipe. 31 de março de 1895, edição nº 442. Pac. 30G. Acervo: Biblioteca Pública Epifânio Dórea

Livro de registro de óbito da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Aracaju. Registro nº 9092. Ano 1895. Microfilme: 005536462. Disponível em: <https://familysearch.org>. Acesso em: 16/01/2016

Mensagem enviada pelo presidente Guilherme de S. Campos à Assembleia Legislativa de Sergipe no dia 07 de setembro de 1908 [Aracaju] J. Costa e C. Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>> Acessado em: 20/08/2016.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto, MG: Typographia de Silva, 1832.

Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe , no dia 07 de março de 1859. Ao Illm. Sr. Dr. Manoel da Cunha Montalvão pelo Sr. Dr. João Dabney D'Ávellar Brotero. Sergipe. Typographia Provincial, 1859. Disponível em: < <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/sergipe>> Acessado em: 20/08/2016.

Relatório com que o exm. snr. dr. José Martins Fontes, 1.º vice-presidente, abriu a 1.ª sessão da 22.ª legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe no dia 1.º de março de 1878. [Aracajú] Typ. do Jornal do Aracajú [n.d.].

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Suelayne Oliveira. **Morte e Religiosidade: As missas votivas e póstumas em disposições testamentárias em Laranjeiras (1850-1900)**. 57f. Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2008.

ANDRADE, Humberto Santos de. A associação Tipográfica Baiana: o mutualismo entre os tipógrafos baianos (Salvador – Séculos XIX e XX). In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364784267_ARQUIVO_AAassociacaoTipograficaBaiana_TextoAnpuh_2013.pdf> Acesso em 15/05/2015.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. Experiência Histórica: Além da virada linguística. In: _____. **A escrita da história: a natureza da representação histórica**. Tradução Jonathan Menezes. Londrina: Eduel, 2012, p.227-268.

ARIÉS, Philippe. **História da morte no Ocidente**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. Edição especial. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira**. Vol. 1. 5ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **A Imprensa na História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. Contribuição ao estudo da iconografia da morte na cultura artística luso-brasileira. In: RODRIGUES, Claudia; LOPES, Fabio Henrique (Orgs.). **Sentidos da morte e do morrer na Ibero-América**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. **A cidade colonial no Brasil**. Porto Alegre: EDIPURCS, 1999.

CERQUEIRA, Rafael Santa Rosa. **Nos domínios de Hades: A representação social da morte em Aracaju/SE durante a Primeira República**. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2014.

CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos**. Trad. Rubens Eduardo Ferreira Frias. São Paulo: Centauro, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. De Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1990.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: Republica (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel: o patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe**. Aracaju: Criação, 2009.

_____. **Os partidos políticos em Sergipe (1889 – 1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: Escrever uma vida**. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

EDLER, Flavio Coelho. **A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil**. In: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. Mai-ago. 2002. p. 357-385.

_____. Saber médico e poder profissional: do contexto luso-brasileiro ao Brasil Imperial. In: PONTE, Carlos Fidelis; FALLEIROS, Ialê (orgs). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/ EPSJV, 2012. P.25-48.

ELIAS, Nibert. **Teoria Simbólica**. Portugal: Editora Celta, 1994.

_____. **A solidão dos moribundos, seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.

GOMES, Cristiano; MAIA, Marta R. Da prensa à imprensa na região dos Inconfidentes. In: **Anais do Encontro Nacional de História da Mídia**. UFOP. Ouro Preto/ MG. 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/da-prensa-a-imprensa-na-regiao-dos-inconfidentes>>

GUARANÁ, Armino. **Dicionário biobibliográfico sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

KELLEHEAR, Allan. **Uma história social do morrer**. Trad. Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora UNESP, 2016.

LEONZO, Nanci. O culto aos mortos no século XIX: Os necrológios. In: MARTINS. José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.p.76-84.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1990.

MEYER, Marlyse. Morte na Poesia, Mortes severinas. In: MARTINS. José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.p.113-141.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLIV, n.1 (jan/jun de 2008). p. 25-41.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas do; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Os Camaristas: contribuição a história do poder legislativo de Aracaju (1855-2012)**. Aracaju: Criação, 2012.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. p.13-30.

NASCIMENTO, Dilene R.; SILVEIRA, Anny J. Torres. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana M. de (Orgs.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília, Paralelo 15, 2004.

NETO, Amâncio Cardoso dos Santos. **Sob o signo da peste: Sergipe no tempo do Cholera (1855-1896)**. Campinas, SP: [s. n.], 2001.

NETO, Henrique Valentins Santos. Dr. Antônio Militão Bragança. In: **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**. 24 XIX, 1960. P. 94-97.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

_____. **Sergipe Provincial II (1840/1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

OLIVEIRA, Jônatas de Oliveira. **História de Laranjeiras Católica**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura/ DEGRASE, 2005.

PEREIRA, Júnia Sales. Ser médico e ser doente: final do século XIX e início do século XX. In: _____. **História da pediatria no Brasil de final de século XIX e meados do século XX**. Tese de doutorado. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

PETER, Jean-Pierre; REVEL, Jacques. O corpo: O homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro, F. Alves, 1995. P. 141-159.

PONTE, Carlos Fidelis. O Brasil no Microscópio. In: _____. FALLEIROS, Ialê (orgs). **Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história**. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/ EPSJV, 2012. P.49-74.

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju 1855-1865: ensaios de evolução urbana**. 2ªed. Aracaju: Governo de Sergipe/ FUNDESC, 1991.

PRATA, Henrique dos Santos. **Teatro Aracajuano: “Um sonho civilizador” (1855-1910)**. São Cristóvão/SE: [s.n.]. 1998.

REIS, José Carlos. O conceito de tempo histórico em Ricoeur, Koselleck e nos Annales: uma articulação possível. In: _____. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 179-206.

REIS, João José. Civilizar os costumes (I): A medicalização da morte. In: _____. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **A institucionalização do jornalismo no Brasil: 1808- 1964**. Campinas, SP: [s.n.], 1998.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e espaço público: a institucionalização do jornalismo no Brasil 1808 -1964**. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. 382 p.

RICOEUR, Paul. Entre o tempo vivido e o tempo universal: o tempo histórico. In: _____. **Tempo e narrativa – Tomo III**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997. P. 179-215.

_____. A Representação Historiadora. In: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007. P.247-296.

RODRIGUES, Claudia. **Nas Fronteiras do Além: A secularização da morte no Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SAMPAIO, Gabriel dos Reis. **Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

SANTANA, Antonio Samarone. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju – SE: O Autor, 2001.

SANTOS, Maria Nely. **Aracaju: um olhar sobre sua evolução**. Aracaju: Triunfo, 2008.

SILVA, Clodomir Souza e. **Álbum de Sergipe (1820-1920)**. Aracaju, Estado de Sergipe, 1920.

SILVA, Henrique Batista. **História da Medicina em Sergipe**. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.br/arquivos/aHistoriaDaMedicinaEmSergipe.pdf>> Acessado em 10/01/2016.

SIMÕES, Juliano. Dr. Antônio Militão de Bragança. In: **Revista do Instituto Histórico de Sergipe**. 24 XIX, 1960. P. 75-93.

SOUSA, Antonio Lindvaldo. **“Disciplina e Resistência” – Cotidiano dos Operários Têxteis em Aracaju (1910 a 1930)**. Aracaju: [s.n.], 1991.

_____. Um olhar sobre a nova Capital sergipana: relatório da área de História. In: **Relatório do projeto Bairros Centrais de Aracaju: Patrimônio Cultural e Proteção**. Aracaju: IPHAN, 2013.

TURCHI, Maria Zaira. O imaginário da morte na literatura. In: _____; SANTOS (Orgs.). **Encruzilhada do Imaginário: Ensaios de Literatura e História**. Goiânia: Câne Editorial, 2003. p.129-145.

OLIVA, Terezinha Aves de. Estrutura de Poder. In: DINIZ, Maria de Faro Leal (org.). **Textos para a história de Sergipe**. Aracaju: UFS/ Banco do Estado de Sergipe, 1991. P.127-166.

VOLVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

WITTER, José Sebastião. Os anúncios fúnebres (1920-1940). In: MARTINS. José de Souza. **A morte e os mortos na sociedade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1983.p.85-89.